CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 204, DE 2024
(Do Poder Executivo)
MSC 587/2024
OF 649/2024

Submete à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante da Portaria nº 9.918, de 6 de julho de 2023, que renova permissão outorgada à Rádio Vale Feliz Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 587

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 9.918, de 6 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2023, que renova, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à Rádio Vale Feliz Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 17 de julho de 2024.



Brasília, 25 de Julho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU/2023, acompanhado da Portaria nº 9918, de 06 de julho de 2023 publicada em 24 de julho de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/07/2023 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 44 Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 9.918, DE 6 DE JULHO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





OFÍCIO № 649/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luciano Bivar Primeiro Secretário Câmara dos Deputados – Edifício Principal 70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 9.918, de 6 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2023, que renova, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à Rádio Vale Feliz Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

RUI COSTA Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 18/07/2024, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5911560** e o código CRC **86BAE317** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.042861/2018-13

SEI nº 5911560

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121 CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO							
Nome da Pessoa Jurídica:			RÁDIO VALE FELIZ LTDA.				
CNPJ:	91.825.802/0001-96		-96	CEP da sede:	95.770-000		
Endereço da sede: Rua João Ruschel nº 149 - Sobreloja - Centro - Feliz/RS							
E-mail de contato: sergio@radiovalefeliz.com.br							
Serviço a ser renovado:		ıdo:	(X) Radiodifusão sonora		(X) em frequência modulada() em ondas curtas() em ondas médias() em ondas tropicais		
		() Radiodifusão de sons e imagens					
Período da renovação:		08/08/2018 a 08/08/2028.					
Localidade da renovação:		Feliz			UF: RS		

Eu, SÉRGIO LUIZ SELBACH, inscrito no CPF sob o nº 172.470.040-53, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7°, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Feliz/RS, 15 de Julho de 2018.

Sérgio Luiz Selbach

Sócio-Administrador

Rádio Vale Feliz Ltda.

Rua João Ruschel nº 149, sobreloja - Centro 95.780-000 Feliz - RS



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(e) prova de inscrição no CNPJ;

- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica ART.

RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA

CONTRATO SOCIAL

Os abaixo assinados: ARACY ROQUE BRAUN, brasileiro, casado, jor nalista, residente e domiciliado em FELIZ, RS, na vila Bela Vista, localidade de Escadinhas, portador da cédula de identidade de número 1022981862, inscrito no CIC sob o minero 013479690-04; CESAR LU-IZ ASSMANN, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado em FELIZ,RS, na rua Júlio de Castilhos nº 385, portador da cédula de identidade de número 6006508235, insgrito no CIC sob o número 268868710-72; CLOVIS JOSÉ ASSMANN, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado em FELIZ, RS, na rua Bom Fim, 28, portador' da cédula de identidade de número 6007727131, inserito no CIC o número 241666930-34; GABRIEL STEINER, brasileiro, casado, comer ciante, residente e domiciliado em FELIZ, RS, na rua Anita Garibal* di, nº 36, portador da cédula de identidade de número 109241629, ins crito no CIC sob o número003667060-04; JONO NESTOR RAUBER, brasilei ro, casado, arquiteto, residente e domiciliado em FELIZ, RS, na rua Santa Catarina, nº 271, portador da cédula de identidade de número! 9012436235, inscrito no CIC sob o número 055230010-15; JOSÉ AGNELLO THALHEIMER, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado em FELIZ, RS, na localidade de Morro Belo, portador da cédula de identidade de número 1007209297, inscrito no CIC sob o número 001487330-34; LICEU PAULO CAYE, brasileiro, casado, médico, residen te e domiciliado em FELIZ, RS, na rua Vale do Hermes, nº 80, portador da cédula de identidade de número 2032170314, inscrito no CIC ! sob o número 005550450-72; MARIO FLORES MOTTA, brasileiro, casado , advogado, residente e domiciliado em FELIZ, RS, na rua Santa Catari na, nº 360, portador da cédula de identidade de número 2020820565, inscrito no CIC sob o número 005549520-68; REMI SCHNEIDER, brasilei ro, solteiro, funcionário público municipal, residente e domiciliado em FELIZ, RS, na estrada Júlio de Castilhos, s/nº, na localidade de Arroio Feliz, portador da cédula de identidade de número 8021228526, inscrito no CIC sob o número 062688540-04; SMRGIO LUIZ SELBACH, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em FELIZ, na run Tiradentes, nº 555, portador da cédula de identidade! de número 8024193628, inscrito na CIC sob o número 172470040-53 e WILLIBALDO GRAEBIN FILEO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em FELIZ, RS, na rua Santa Catarina, nº 340, porto dor da cédula de identidade de número 3025235502, inscrito no CIC : sob o número 018030770-34, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, resolveram constituir, como na verdade constituem entre si, uma SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITA

likis of

De

\$

M.

E Supp

DA, que será regida pelas cláusulas seguintes:

<u>CLÁUSULA PRIMETRA</u>: A sociedade girará sob a denominação de RÁDIO VALLE FELIZ LTDA, e terá a sua sede na cidade de FELIZ, RS, na rua Bom Fim, nº 28.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá por objetivo específico a exploração dos serviços de radiofusão, mediante concessão ou permissão do Poder Público Federal, submetendo-se, integralmente, aos preceitos testabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, a provados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições tentidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao mesmo tipo de serviço.

CLAUSULA TERCETRA: O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, não podendo, entretanto, em nenhuma hipótese, ser inferior a 2 (dois) anos.

Párágrafo único. O início das operações ocorrerá no data da edição, pelo Poder Público Federal, do competente ato de outorga para a execução do serviço de radiodifusão.

CLAUSULA QUARTA: O capital social nominal declarado e subscrito é de CZ\$ 1 540 000,00 (hum milhão quinhentos e quarenta mil cruzados), di vidido em 154 (cento e cinquenta e quatro) cotas no valor nominal unitário de CZ\$ 10 000,00 (dez mil cruzados) e assima distribuído en tre os cotistas:

NOME DO COTISTA	Nº DE COTAS	VALOR EM CZS
ARACY ROQUE BRAUN	1)+	140.000,00
CESAR LUIZ ASSMANN	11+	140,000,00
CLOVIS JOSÉ ASSMANN	14	1,40.000,00
GABRIEL STEINER	14	140.000,00
JOAO NESTOR RAUBER	14	140.000,00
JOSÉ AGNELLO THALHEIMER	1)+	140.000,00
LICEU PAULO CAYE	14	140.000,00
MARIO FLORES MOTTA	14 (48)	1,40.000,00
REMI SCHNEIDER	14.	140.000,00
SERGIO LUIZ SELBACH	11+	140.000,00
WILLIBALDO GRAEBIN FILHO	2860014	11+0.000,00
TOTAL	154	1.540.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A realização das cotas de capital ora subscritas 'deverá ocorrer até 20 de janeiro de 1988, em moeda corrente no País.

ledis _

100

格

La V

1. Chy.

S S

M

CLAUSULA SEXTA: As cotas representativas do capital social são inalie náveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou 'pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual ou transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SÉTIMA: As cotas representativas do capital social são indivisíveis e sua transferência a terceiros, estranhos à sociedade, total ou parcialmente, só poderá ser efetivada mediante autorização prévia' e expressa dos órgãos competentes e dos sócios, observando o disposto na cláusula anterior, ficando-lhes assegurado o pleno direito de opção, procedendo-se, nesta hipótese, de conformidade com o determinado no Parágrafo único desta cláusula.

Parágrafo único. O sócio que desejar transferir suas cotas de capital deverá comunicar, por escrito, à sociedade, o nome do pretendente, o preço ajustado e as condições de pagamento; se, ao término de trinta! dias, contados da data do recebimento dá comunicação, os demais cotis tas não tiverem exercido o direito de preferência, o sócio alienante! poderá transferilas ao pretendente indicado, observando o disposto! nas cláusulas sexta e sétima.

CLAUSULA OITAVA: Em consonância com o disposto no artigo 2º da Lei nº 3708, de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos cotistas ficalimitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA NONA: A sociedade será gerida e representada judicial e ex trajudicialmente pelos cotistas CLÓVIS JOSÉ ASSMANN, WILLIBALDO GRAEBIN FILHO e SERGIO LUIZ SELBACH, com a designação de Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Técnico e Diretor Comercial, respectiva mente, ficando estes dispensados de caução e investidos dos mais am plos, gerais e ilimitados poderes para, em conjunto ou individualmente, gerir os negócios da sociedade, respeitando cada um dos cotistas'
administradores a área de atuação dos demais, de acordo com as atri buições que serão fixadas pelo Regimento Interno da Diretoria.

Parágrafo 1º - Fica expressa e terminantemente vedado aos administradores, inclusive aos procuradores por eles nomeados, o uso ou emprego da denominação social em fianças, avais, endossos e abonos de favor, ou a prática de quaisquer atos por sua natureza gratuitos, salvo, evidentemente, se essas garantias forem impostas à sociedade como condição necessária à realização de contratos e demais operações de sua conveniência ou interesse respondendo sempre, o transgressor dos presentes proceitos, pelas sanções civis e criminats cominadas em lei. A nomeação de procuradores com poderes de administração e gerência fica condicionada à prévia aprovação do Ministério das Comunicações.

Jests

A A & L M.

8

MA

Parágrafo 2º - Todos os administradores serão brasileiros natos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido a-provados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios com funções efetivas na sociedade farão 'jus a uma retirada mensal e fixa, a título de pro-labore, levada a 'despesas gerais ou conta subsidiária, reajustável em qualquer época 'do exercício social, respeitadas as limitações estabelecidas pela legislação vigente do imposto de renda.

CLÁUSULA DECIMA PRIMETRA: O balanço patrimonial do ativo e passivo da sociedade será encerrado anualmente a 31 (trinta e um) de dezembro e os lucros líquidos que então forem apurados permanecerão, temporariamente, escriturados em Patrimônio Líquido, à conta de RESERVA PARA AU MENTO DE CAPITAL, ou semelhante, e os eventuais prejuízos no Ativo 'Pendente, à conta de PREJUÍZOS A COMPANSAR, ou semelhante, enquanto 'não decorrer o prazo compensatório previsto na legislação vigente do imposto de renda, podendo, igualmente, a juízo exclusivo da Adminis tração, ser o crédito positivo distribuido, total ou parcialmente, en tre os sócios, na exata proporção de suas cotas de capital efetivamen te integralizadas "pro rata temporis".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O falecimento ou a retirada de qualquer dos cotistas não acarretará a dissolução da sociedade, que prosseguirá, 'sem interrupção, com os remanescentes, salvo deliberação em contrário destes.

Parágrafo 1º - Faledendo o cotista, proceder-se-á ao levantamento de' um Balanço Patrimonial Extraordinário do ativo e do passivo da sociedade, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do óbito, com a assistência do representante legal do espólio e do curador' especial nomeado, se necessário, e o que couber ao "de cujus", por capital, reservas, lucros e demais haveres, será pago aos seus legítimos herdeiros ou sucessores, a qualquer título, em 6 (seis) presta - ções mensais, iguais e sucessivas, representadas por notas promissórias, vencendo-se a primeira a noventa dias da data do término do Balanço Patrimonial Extraordinário, ressalvado o disposto no Parágrafo' 2º desta Cláusula.

Parágrafo 2º - É assegurado ao cônjuge sobrevivente e aos sucessores, a qualquer título, com capacidade jurídica plena, o direito de livremente ingressarem na sociedade com as cotas de capital que o sócio 'pré-morto era titular, em consonância com o que ficar accrdado na respectiva partilha, devendo, para tanto, manifestarem seu expresso dese jo nesse sentido, dentro do prazo improrrogável de 90 (noventa) dias,

المنتخل

SOBE EM. W. S.

contados da data do óbito. Nenhum deles, porém, terá direito à administração, senão por escolha dos demais cotistas, através da competente alteração contratual na MM. Junta Comercial do Rio Grande do Sul, submetendo-se, ainda, à prévia e expressa autorização do Ministério das Comunicações.

Parágrafo 3º - desejando qualquer dos cotistas retirar-se da socie - dade, seus haveres serão apurados e pagos pelo mesmo modo estabele - cido no Parágrafo 1º desta Cláusula, se outras condições não foram' ajustadas de comum acordo entre os interessados, devendo o sócio retirante, porém, manifestar-se neste sentido perante a administração, por escrito, com uma antecedência nunca inferior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCETRA: Nenhum sócio poderá ingressar em juízo e pleitear a dissolução judicial da sociedade sem a prova de prévia a presentação de proposta amigável, por escrito, aos demais cotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A dissolução da sociedade somente se dará pe la vontade de sócio ou sócios cujas cotas de capital efetivamente realizadas representam, mo mínimo, 2/3 (dois terços) do capital so cietário, observando o disposto no Parágrafo único desta Cláusula.

Parágrafo único. Dissolvida a sociedade, cor qualquer motivo, os cotistas, convocados pela administração, reunir-se-ão desde logo a fim de tomar conhecimento dela, eleger o liquidante ou liquidantes, ditar a forma e o prazo da indicação, podendo a escolha recair nos integrantes da própria administração. Depois de liquidada, satisfeitas todas as obrigações sociais, a sua extinção definitiva se dará automaticamente, com a divisão do seu patrimônio entre os sócios, na exata proporção de sua cotas de capital efetivamente realizadas, cum pridas, também, todas as exigências e demais formalidades legais e regulamentares.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: O presente instrumento social é modificável, total ou parcialmente, em qualquer época, não só no tocante à administração, como também em qualquer de suas disposições, especialmente para aumentar ou reduzir o capital social, alterar seu objetivo, transferir sua sede e domicílio, pela vontade de sócio ou sócios, cu jas cotas de capital efetivamente realizadas representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital societário, produzindo, pois, tais deliberações, desde logo, toda a eficácia jurídica, desde que prévia e expressamente autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os cotistas CLÓVIS JOSÉ ASSMAUN, MILLIBALDO 'GRAEBIN FILHO e SÉRGIO LUIZ SELBACH, ora investidos nas funções de Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Técnico e Diretor Comer - cial, respectivamente, nos termos da Cláusula nona, usarão a tenominação social, nos negócios e operações de exclusivo interesse da em-

(isal)

presa, da seguinte forma: RADIO VALE FELIZ LIDA. CLÓVIS JOSÉ ASSMANN Diretor Administrativo-Financeiro

RADIO VALE FELIZ LIDA. WILLIBALDO GRAEBIN FILHO Diretor Técnico

RADIO VALE FELIZ LTDA. SÉRGIO LUIZ SELBACH Diretor Comercial

CLAUSULA DECIMA SETIMA: Fica eleito o Foro de SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ.

E, por assim justos e contratados, mandaram datilografar este ins trumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, que serão assinados por todos os cotistas, juntamente com duas testemunhas, sendo a pri meira via arquivada na NM Junta Comercial do Rio Grande do Sul e as demais vias devolvidas aos contratantes, depois de anotadas.

FELIZ, RS, 13 de janeiro de-1988.

ROQUE BRAUN

LICEU PAULO CAYE

www SELBACH FILEO GRAEBIN BERGAMASCHI 2 6, JAN 1988

MEHROMETER 43.201.454.918*

CRATING CONTACTOR ON THE CONTACTOR OF SELLSOR Minero Contactor Contactor Contactor Contactor

The Contactor Contactor Contactor Contactor

The Contactor Contactor Contactor

The Contactor Contactor Contactor

The Contactor Contactor Contactor

The Contac

10000

Section 1

apay Little

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

RÁDEG VALE FELIZ LTDA CNPJ:91.825.802/0001-96

ARACY ROQUE BRAUN, brasileiro, casado, maior, jornalista, inscrito no CPF sob nº 013.479.690-04, portador da cédula de identidade RG 1022981862, emitida pela SSP/RS, residente e domiciliado na vila Bela Vista, na localidade denominada de Escadinhas, na cidade de Feliz/RS, neste ato representado por seu procurador CLÓVIS JOSE ASSMANN, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado na rua Bom Fim nº 28, na cidade de Feliz-RS, portador da cédula de identidade de nº RG 6007727131, emitida pela SSP/RS, inscrito no CIC sob o nº 241.666.930-34, conforme instrumento, nº 2.155/147, livro nº39, folha nº161, Demócrito de Abreu Nogueira, Tabelião, CIC 027.205.580-87;

CESAR LUIZ ASSMANN, brasileiro, casado, maior, comerciante, portador da cédula de identidade de nº RG 6006508235, emitida pela SSP/RS, inscrito no CIC sob o nº 268.868.710-72, residente e domiciliado na rua Julio de Castilhos nº 385, bairro Matiel, na cidade de Feliz-RS;

CLÓVIS JOSE ASSMANN, brasileiro, casado, maior, comerciante, portador da cédula de identidade de nº RG 6007727131, emitida pela SSP/RS, CIC Nº 241.666.930-34,residente e domiciliado na rua Bom Fim nº 28, na cidade de Feliz-Rs;

GABRIEL STEINER, brasileiro, casado, Comerciante, portador da cédula de identidade de nº RG 109241629, emitida pela SSP/RS, e inscrito no CIC sob o n º 003.667.060-04, residente e domiciliado na rua Anita Garibaldi nº 36, na cidade de Feliz-RS;

JOÃO NESTOR RAUBER, brasileiro, casado, arquiteto, portador da cédula de identidade de nº RG 9012436235,emitida pela SSP/RS, inscrito no CIC sob o nº 055.230.010-15, residente e domiciliado na RS 452, nº 234, na cidade de Feliz-RS; neste ato representado pelo seu procurador INÁCIO DARCY LUFT, brasileiro,casado, Industrial, portador da cédula de identidade de nº RG 9024774953, emitida pela SSP/RS, CIC 122.097.080/87, residente e domiciliado na rua Bom Fim nº 155, na cidade de Feliz-RS, conforme instrumento, nº 2.146/138, registrado no livro 039, folha nº 152, Demócrito de Abreu Nogueira, CIC 027.205.580-87;

JOSÉ AGNELLO THALHEIMER, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade de nº RG 1007209297, emitida pela SSP/RS, inscrito no CIC sob nº 001.487.330-34, residente e domiciliado na localidade denominada de Morro Belo, na cidade de Feliz-RS, neste ato representado por seu procurador INÁCIO DARCY LUFT, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade de nº RG 9024774953, emitida pela SSP/RS, CIC 122.097.080/87, residente e dimiciliado na rua Bom Fim nº 155, na cidade de Feliz-RS, conforme instrumento de nº 3.495/211, registrado no livro nº 44 folha 168v Luis Augusto Busanello dos Santos, Tabelião;

LICEU PAULO CAYE, brasileiro, casado, Médico, portador da cédula de identidade de nº RG 2032170314, emitida pela SSP/RS, CIC 005.550.450-72, residente e domiciliado na rua Vale do Hermes s/nº, na cidade de Feliz-RS, neste ato representado por sua

B A

PS sparif

1×

Fl. nº 15

procuradora **RAQUEL SCHNEIDER**, brasileira, solteira, maior, advogada, OAB/RS nº 38.039, CIC 388.306.200/68,residente e domiciliada na Av. Artur Ruschel s/nº, na cidade de Feliz-RS, conforme instrumento registrado no livro nº 56 folha 020, Oficio de sede municipal Bom Princípio, Comarca de Feliz-RS, Marcelo Markert, Tabelião;

MÁRIO FLORES MOTTA, prasileiro, gasado, advogado, portador da cédula de identidade de nº RG 2020820565, emitida pela SSP/RS,CIC 005.549.520-68, residente e domiciliado na rua Santa Catarina nº 360, na cidade de Feliz-RS, neste ato representado pela sua procuradora RAQUEL SCHNEIDER, brasileira, solteira, maior, advogada, OAB/RS nº 38.039, CIC 388.306.200/68, residente e domiciliada na av. Artur Ruschel s/nº, na cidade de Feliz-Rs,conforme instrumento registrado no livro 43, folha 193v, Tabelionato de Feliz Serviços Notariais Busanello, Luiz Augusto Busanello dos Santos, Bacharel em Direito;

REMI SCHNEIDER, brasileiro, casado, Comerciante, portador da cédula de identidade de nº RG 8021228526, emitida pela SSP/RS, CIC 062.688.540-04, residente e domiciliado na rua Julio de Castilhos, s/nº, na cidade de Feliz-RS, neste ato representado pela sua procuradora RAQUEL SCHNEIDER, brasileira, solteira, maior, advogada, OAB/RS 38.039, CIC nº 388.306.200/68, residente e domiciliada na av. Artur Ruschel s/nº, bairro Centro na cidade de Feliz, conforme instrumento nº 3.081/057, registrado no livro nº43,folha 49v, Tabelionato de Feliz Serviços Notariais Busanello, Luis Augusto Busanello dos Santos, Tabelião;

SÉRGIO LUIZ SELBACH, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade de nº RG 80241993628, emitida pela SSP/RS, CIC 172.470.040-53, residente e domiciliado na rua Tiradentes nº 525, na cidade de Feliz-RS;

LEANY NELSI GRAEBIN, brasileira, casada em 2as. núpcias, comerciante, aposentada, portadora da cédula de identidade de nº RG 1010528972 emitida pela SSP/RS, CIC

018.030.770-34, residente e domiciliada na Rua Santa Catarina, nº 340, bairro centro na cidade de Feliz-RS; **KARIN GRAEBIN LAMB** e **PAULO LAMB**, brasileiros, casados, comerciantes, portadores da cédula de identidade de nº RG 2007897529 emitida pela SSP/RS e RG 1007285677 emitida pela SSP/RS, CIC nº 300.362.160-20 e 287.397.520-20, residentes e domiciliados na Av. Perímetral s/nº, bairro Centro, na cidade de Feliz-RS; herdeiros relativos a totalidade de quotas de seu 1a esposo, pai e sogro **WILLIBALDO GRAEBIN FILHO**, neste ato representado pelo procurador **CLÓVIS JOSE ASSMANN**, brasileiro, casado, jornalista, aposentado, portador da cédula de identidade de nº RG 6007727131 emitida pela SSP/RS, CIC 241.666.930-34, residente e domiciliado na rua Bom Fim nº 28, na cidade de Feliz-RS, conforme instrumento de nº 3.554/019, registrado no livro 45, folha 018, Tabelionato de Feliz Serviços notariais Bussanello, Luis Augusto Bussanello dos Santos, Tabelião.

Resolvem, de comum acordo, modificar e consolidar o pacto contratual de **RÁDIO VALE FELIZ LTDA**, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 43.201.454.918 em sessão de 26.01.1988, situada na rua Bom Fim, na cidade de Feliz-RS, inscrita no CNPJ sob nº 91.825.802/0001-96, vem alterar seu instrumento constitutivo, mediante as seguintes cláusulas:

I - DA CESSÃO DE QUOTAS A NOVO SÓCIO, MEDIANTE A RETIRADA DE SÓCIOS

Retiram-se da sociedade os sócios ARACY ROQUE BRAUN, GABRIEL STEINER, MARIO FLORES MOTTA, CESAR LUIZ ASSMANN, LEANY NELSI GRAEBIN, KARIN GRAEBIN LAMB E PAULO LAMB, cedendo e transferindo neste ato

your Po

12 Pour

DMCARS

direitos, obrigações e a totalidade de suas cotas, com sua plena e geral quitação, ao socio CLÓVIS JOSE ASSMANN:

Retiram-se da sociedade os sócios JOÃO NESTOR RAUBER, JOSE AGNELLO THALHEIMER, REMI SCHNEIDER, LICEU PAULO CAYE, cedendo e transferindo neste ato direitos, obrigações e a totalidade de suas cotas, com plena e geral quitação ao sócio ingressante INÁCIO DARCY LUFT, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade de n°RG 9024774953 emitida pela SSP/RS, CIC 122.097.080-87, residente e domiciliado na rua Bom Fim nº 129, bairro Centro, na cidade de Feliz-RS;

Retira-se da sociedade o novo sócio INÁCIO DARCI LUFT, cedendo e transferindo neste ato, direitos, obrigações e a totalidade de suas cotas, com plena e geral quitação, adquiridas de JOÃO NESTOR RAUBER, JOSE AGNELLO THALHEIMER, REMI SCHNEIDER, LICEU PAULO CAYE, ao sócio ingressante EDUARDO ANTONIO NIENOW, brasileiro, casado, Industrial, portador da cédula de identidade de n°RG 5025902321 emitida pela SSP/PC-RS, CIC 533.784.310-91, residente e domiciliado na rua das Camélias n° 50, Bairro Bela Vista, na cidade de Feliz-RS;

II - DO AUMENTO DE CAPITAL E SUA NOVA DISTRIBUIÇÃO

O capital social que era de R\$ 0,01 (Hum centavo), é elevado para R\$ 85.624,00 (Oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais), mediante a utilização de R\$ 1,74 (Hum real e setenta e quatro centavos), provenientes da conta Reserva da Correção Monetária do Capital Realizado; R\$ 19.622,25 (Dezenove mil seiscentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos), da conta Reserva de Capital; R\$\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais), que os sócios integralizam neste ato em moeda corrente nacional.

Face ao aumento de capital para R\$ 85.624,00)Oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais), dividido em 154 (cento e cinquenta e quatro), quotas no valor de R\$\$ 556,00 (Quinhentos e cinquenta e seis reias) cada uma ,assim distribuídas:

CLÓVIS JOSE ASSMANN	84 QUOTAS	R\$ 46.704,00 R\$ 31.136,00
EDUARDO ANTONIO NIENOW SERGIO LUIZ SELBACH	56 QUOTAS 14 QUOTAS	R\$ 7.784,00
TOTAL	154 QUOTAS	R\$ 85.624,00

III - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação social de RÁDIO VALE FELIZ LTDA.

IV - DA SEDE SOCIAL

A sociedade tem sua sede, foro e administração, na cidade de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul, na rua João Ruschel nº 149, sobre-loja, podendo abrir, fechar Agências, Escritórios ou filiais, em qualquer parte do território nacional.

V - DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade tem duração por tempo indeterminado.

VI - DOS FINS SOCIAIS

By Door Po

× 000

Fl. 10 Late for Languar

A Sociedade tem por objeto a execução, instalação e exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins culturais, educacionais, artísticos e comerciais, na forma da legislação federal em vigor e mediante permissão ou concessionária do Governo Federal.

VII - DAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO AS EXIGENCIAS LEGAIS RELATIVAS AO FIM SOCIAL

A Sociedade se obriga a cumprir todas as exigências legais e administrativas, vigentes ou futuras, relativas aos serviços de que seja ou se torne permissionária ou concessionária.

VIII - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Qualquer alteração contratual neste instrumento contratual somente poderá ser efetivada com prévia autorização do Governo Federal, através de seu órgão competente.

IX - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A Responsabilidade dos sócios e limitada ao valor do capital social.

X - DA CONDIÇÃO DOS SÓCIOS

A Sociedade será sempre constituída exclusivamente por brasileiros nascidos no pais ou naturalizados há mais de 10 (dez)anos.

XI - DAS INABILITAÇÕES E PROIBIÇÕES

As quotas da sociedade são indivisíveis e podem ser transferidas sempre e somente às pessoas devidamente habilitadas perante a Lei e regulamentos e após prévia anuência do Governo Federal , através de seus órgãos competentes. As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros, sempre e em qualquer caso conforme a Constituição Federal e às Leis. As quotas representativas ao capital social são incausionáveis a pessoas jurídicas.

XII - DA RETIRADA DE SÓCIO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Caso haja interesse de qualquer dos sócios em retirar-se da Sociedade, ou alienar suas quotas, deverá manifestar sua intenção expressamente e com antecedência minima de 60 (Sessenta) dias, por escrito, à sociedade e a todos os demais sócios. Em não exercendo a sociedade ou os sócios direito de preferencia no referido prazo, poderá o sócio alienante tranferir sua participação a terceiro, cujo ingresso na sociedade depende de anuência de todos os demais sócios, ou , ainda, do sócio que mantém a maioria do capital social. Em caso de retirada simples ou de rejeição do ingresso do terceiro adquirente na sociedade, se procederá conforme a cláusula seguinte.

XIII - DO FALECIMENTO, INTERDIÇÃO OU FALÊNCIA DOS SÓCIOS

De Pl

36,

DMCRS

O falecimento, interdição ou falência de qualquer um dos sócios não dissolverá a no 18 de sociedade

Os herdeiros do sócio falecido terão direito a ingressar na sociedadse, e serão dela sócios, independentemente da concerdância dos sócios remanescentes, porém mediante prévia autorização do Governo Federal, atravéz de seu órgão competente.

a) Tanto na hipótese de morte em que os herdeiros não queiram continuar na sociedade, como nos casos da cláusula XIII supra, seus direitos junto à sociedade serão apurados com ase no patrimônio liquido apontado no último balanço geral levantado, e complementado pêlos balancetes mensais respectivos, e serão pagos em prestações a serem combinados entre as partes, se de acordo estiver o retirante, nunca superiores a um ano de prazo.

b) A parte retirante deverá receber durante o prazo acordado para o pagamento das

prestações, a correção vigente no momento, mais juros de 12% ao ano.

Em caso de não pagamento após um ano, ou atraso no pagamento de alguma parcela, o retirante deverá receber mais o valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor apurado, a titulo de multa.

XIV - DA ORIENTAÇÃO DA SOCIEDADE

A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberá somente a brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

XV - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A sociedade será administrada e representada pelo sócio SERGIO LUIZ SELBACH , no cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, dispensado de caução.

XVI - DOS PODERES DO DIRETOR

Ao Diretor Administrativo e Financeiro, será conferido poderes administrativos, de gerência e de uso da firma podendo representar a sociedade, ativa ou passivamente, em conjunto ou individualmente, em juízo ou fora dele, ceder direitos e, no interesse da sociedade, firmar compromissos, contratos e alienar bens móveis ou imóveis e praticar todos os atos necessários para a uma boa administração.

XVII - DAS LIMITAÇÕES DOS DIRETORES, SÓCIOS, PROCURADORES E ENCARREGADOS

É expressamente vedado aos diretores e/ou sócios, assim como aos procuradores ou encarregados, utilizar-se da sociedade em negócios, transacões ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais e interesses da sociedade, como também avalizar ou afiançar em nome da sociedade obrigações de terceiros, sendo individualmente responsabilizados pelos compromissos contraídos.

XVIII - DA REMUNERAÇÃO

Os diretores tem direito a uma retirada mensal a título de pro-labore, acordado entre os sócios nos limites estabelecidos pela legislação vigente.

XIX - DA CONSTITUIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

J. O

Pol

12 10/20

O quadro de pessoal será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dos terços) de brasileiros.

Para as funções de gerentes, procuradores, locutores e encarregados de instala radio elétricas só serão admitidos brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos. Os administradores deverão ser beasileiros natos, ou naturalizados ha mais de 10 (dez) anos e a sua investidora nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

XX - DO BALANÇO

Anualmente aos 31 (trinta e um) dias do mes de dezembro de cada ano, será realizado um Balanço Geral , sendo que os lucros ou prejuizos verificados nesse Balanço serão repartidos ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas quotas, facultando-se por deliberação dos sócios que representam a maioria do capital votante, a dedução de 20% (vinte por cento), dos lucros liquidos para constituição de reserva, até que o mesmo atinja a metade do capital social.

XXI - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Em caso de liquidação da sociedade, os sócios que representam a maioria do capital com direito a voto nomearão o liquidante, determinando seus poderes, funções e remuneração, procedendo este de acordo com as leis vigentes. Nessa hipótese, após solvido o passivo, o ativo liquido será dividido entre os sócios na proporção do valor realizado de suas quotas.

XXII - DA NOMEAÇÃO DO FORO E COMARCA

Fica eleito o Foro da Comarca de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer dúvida e/ou questões oriundas do presente contrato.

XXIII - DAS DÚVIDAS E CASOS OMISSOS

As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela maioria do capital votante, conforme a legislação em vigor, observando ainda as leis, normas e regulamentos referentes à permissão e concessão de serviços de radiodifusão

O sócio EDUARDO ANTONIO NIENOW, declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil.

E, por assim estarem justos e acertados, assinan o presente instrumento de alteração contratual, juntamente com as testemunhas;

Feliz, 16 de Junho de 2000

CLÓVIS JOSE ASSMANN

P.P.LICEU PAULO CAYE RAQUEL SCHNEIDER

CIC 388.306.200-68

CESAR L. ASSMANN

P.P. ARACY R BRAUN

CLÓVIS J ASSMANN CIC 241.666.930-34

P.P. JOAO N. RAUBER INÁCIO DARCI LUFT CIC 122.097.080-87

GABRIEL STEINER

P.P. MARIO F MOTTA RAQUEL SCHNEIDER CIC 388.306.200-68

Vanuel

INÁCIO DARCI LUFT

CIC 122.097.080-87

Langelle P.P. REMI SCHNEIDER RAQUEL SCHNEIDER CIC 388.306.200-68

Bonza Ossuar

P.P LEANY N GRAEBIN KARIN G LAMB P.P. **PAULO LAMB** P.P. CLÓVIS J ASSMANN CIC 241.666.930-34

TESTEMUNHAS

JOÃO L FREIBERGER RG 7013567594 SSP/RS

MIGUEL É BERRES RG 6011204747 SSP/RS

SERGIO L SELBACH

Curu EDUARDO A NIENOW

Coull RAQUEL SCHNEIDER OAB RS 38039

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/06/2001

SOB O NÚMERO: 2052397

Protocolo: 01/068546-4

Empresa:43 2 0145491 8

ROSANE MACHADO ROLLO SECRETARIA-GERAL

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 02 DA SOCIEDADE RÁDIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91.825.802/0001-96

CLÓVIS JOSÉ ASSMANN, brasileiro, natural de Feliz/RS, casado pelo regime de comunhão de bens, Jornalista, inscrito no CIC sob nº 241.666.930-34, portador da Cédula de Identidade RG nº 6007727131, emitida pelo SSP-PC/RS, residente e domiciliado na Rua Bom Fim, nº 28, bairro Centro, na cidade de Feliz/RS, CEP 95770-000, e;

EDUARDO ANTONIO NIENOW, brasileiro, natural de Alvorada/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, Industrial, inscrito no CIC sob nº 533.784.310-91, portador da Cédula de Identidade RG nº 5025902321, emitida pelo SSP-PC/RS, residente e domiciliado na Rua das Camélias, nº 50, bairro Bela Vista, na cidade de Feliz/RS, CEP 95770-000, e;

SÉRGIO LUIZ SELBACH, brasileiro, natural de Bom Principio/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, Industrial, inscrito no CIC sob nº 172.470.040-53, portador da Cédula de Identidade RG nº 8024193628, emitida pelo SSP-PC/RS, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 525, bairro Centro, na cidade de Feliz/RS, CEP 95770-000;

Sócios componentes da Sociedade Limitada, que gira sob a denominação social de RÁDIO VALE FELIZ LTDA, com sede na Rua João Ruschel, nº 149, sobre-loja, bairro Centro, na cidade de Feliz/RS, CEP 95770-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o NIRE 43201454918, em sessão de 26/01/1988, e última alteração contratual sob nº 2052397, em sessão de 25/06/2001, inscrita no CNPJ sob nº 91.825.802/0001-96, resolvem, assim, alterar:

PRIMEIRA: - A cláusula segunda - do capital, fica substituída pela cláusula

quarta, com a seguinte redação no contrato social:

"CLÁUSULA QUARTA: O capital social é de R\$ 85.624,00 (oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro reais), dividido em 85.624 (oitenta e cinco mil, seiscentas e vinte e quatro) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

 CLÓVIS JOSÉ ASSMANN
 46.704 quotas
 R\$ 46.704,00

 EDUARDO ANTONIO NIENOW
 31.136 quotas
 R\$ 31.136,00

 SÉRGIO LUIZ SELBACH
 7.784 quotas
 R\$ 7.784,00°

- A cláusula terceira – da denominação social, fica substituída pela cláusula primeira, com a seguinte redação no contrato social:



"CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial RÁDIO VALE FELIZ LTDA."

- A cláusula sexta - dos fins sociais, fica substituída pela cláusula terceira, com

a seguinte redação no contrato social:

"CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social é a execução, instalação e exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins culturais, educacionais, artísticos e comerciais, na forma da legislação federal em vigor e mediante permissão ou concessionária do Governo Federal."

 A cláusula sétima – das obrigações da sociedade em relação as exigências legais relativas ao fim social, fica substituída pela cláusula sexta, com a seguinte redação no contrato social:

"CLÁUSULA SEXTA: A sociedade se obriga a cumprir todas as exigências legais e administrativas, vigentes ou futuras, relativas aos serviços de que seja ou se

torne permissionária ou concessionária."

 A cláusula vigésima segunda – da nomeação do foro e comarca, fica substituída pela cláusula vigésima terceira, com a seguinte redação no contrato social:

"CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro de Feliz/RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato."

- A cláusula vigésima terceira - das dúvidas e casos omissos, fica substituída

pela cláusula vigésima segunda, com a seguinte redação no contrato social:

"CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela maioria do capital votante, conforme a legislação em vigor, observando ainda as leis, normas e regulamentos referentes à permissão e concessão de serviços de radiodifusão."

SEGUNDA: A cláusula IV – da sede social, está sendo desdobrada nas

seguintes cláusulas, que passam a ter a seguinte redação no contrato social:

"CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede, foro e administração, na cidade de Feliz/RS, na Rua João Ruschel, nº 149, sobre-loja, bairro Centro, CEP 95770-000."

"CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios."

TERCEIRA: Ficam alteradas as cláusulas, quinta, nona, décima sexta, décima oitava e vigésima do contrato social, que passam a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA QUINTA: A sociedade iniciou suas atividades em 13 de janeiro

de 1988 e seu prazo de duração é indeterminado."

"CLÁUSULA NONA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."

"CLÁUSULA DECIMA SEXTA: Ao sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, são conferidos poderes e atribuições de administrador, e de uso da firma podendo representar a sociedade, ativa e passivamente, em conjunto ou individualmente, em juízo ou fora dele, ceder direitos e, no interesse da sociedade, firmar compromissos, contratos e alienar bens móveis ou imóveis e praticar todos os atos necessários para uma boa administração."

60

"CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de " pró labore", observadas as disposições

regulamentares pertinentes."

"CLÁUSULA VIGÉSIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados."

QUARTA: Fica excluída a cláusula oitava do contrato social.

QUINTA: Fica incluída a cláusula oitava no contrato social, com a seguinte

redação:

"CLÁUSULA OITAVA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso."

SEXTA: À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial RÁDIO VALE FELIZ LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede, foro e administração, na cidade de Feliz/RS, na Rua João Ruschel, nº 149, sobre-loja, bairro Centro, CEP 95770-000.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social é a execução, instalação e exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins culturais, educacionais, artísticos e comerciais, na forma da legislação federal em vigor e mediante permissão ou concessionária do Governo Federal.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social é de R\$ 85.624,00 (oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro reais), dividido em 85.624 (oitenta e cinco mil, seiscentas e vinte e quatro) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade iniciou suas atividades em 13 de janeiro de 1988 e seu prazo de duração é indeterminado.

(JA)

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade se obriga a cumprir todas as exigências legais e administrativas, vigentes ou futuras, relativas aos serviços de que seja ou se torne permissionária ou concessionária.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA OITAVA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA NONA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade será sempre constituída exclusivamente por brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10(dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As quotas da sociedade são indivisíveis e podem ser transferidas sempre e somente às pessoas devidamente habilitadas perante a Lei e regulamentos e após prévia anuência do Governo Federal, através de seus órgãos competentes. As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros, sempre e em qualquer caso conforme a Constituição Federal e às Leis. As quotas representativas ao capital social são incaucionáveis a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Caso haja interesse de qualquer dos sócios em retirar-se da sociedade, ou alienar suas quotas, deverá manifestar sua intenção expressamente e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por escrito, à sociedade e a todos os demais sócios. Em não exercendo a sociedade ou os sócios direito de preferência no referido prazo, poderá o sócio alienante transferir sua participação a terceiro, cujo ingresso na sociedade depende de anuência de todos os demais sócios, ou, ainda, do sócio que mantém a maioria do capital social. Em caso de retirada simples ou de rejeição do ingresso do terceiro adquirente na sociedade, se procederá conforme a cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O falecimento, interdição ou falência de qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade. Os herdeiros do sócio falecido terão direito a ingressar na sociedade, e serão dela sócios, independentemente da concordância dos sócios remanescentes, porém mediante prévia autorização do Governo Federal, através se seu órgão competente.

a) Tanto na hipótese de morte em que os herdeiros não queiram continuar na sociedade, como nos casos da cláusula décima segunda supra, seus direitos junto à sociedade serão apurados com base no patrimônio líquido apontado no último balanço geral levantado, e complementado pelos balancetes mensais respectivos, e serão pagos em prestações a serem combinados entre as partes, se de acordo estiver o retirante, nunca superiores a um ano de prazo.

b) A parte retirante deverá receber durante o prazo acordado para o pagamento

das prestações, a correção vigente no momento, mais juros de 12% ao ano.

Can

Em caso de não pagamento após um ano, ou atraso no pagamento de alguma parcela, o retirante deverá receber mais o valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor apurado, a título de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberá somente a brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A sociedade será administrada e representada pelo sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, no cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, dispensado de caução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Ao sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, são conferidos poderes e atribuições de administrador, e de uso da firma podendo representar a sociedade, ativa e passivamente, em conjunto ou individualmente, em juízo ou fora dele, ceder direitos e, no interesse da sociedade, firmar compromissos, contratos e alienar bens móveis ou imóveis e praticar todos os atos necessários para uma boa administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: É expressamente vedado aos diretores e/ou sócios, assim como aos procuradores ou encarregados, utilizar-se da sociedade em negócios, transações ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais e interesses da sociedade, como também avalizar ou afiançar em nome da sociedade obrigações de terceiros, sendo individualmente responsabilizados pelos compromissos contraídos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de " pró labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O quadro de pessoal será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de brasileiros. Para as funções de gerentes, procuradores, locutores e encarregados de instalações rádio elétricas só serão admitidos brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos. Os administradores deverão ser brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidora nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Em caso de liquidação da sociedade, os sócios que representam a maioria do capital com direito a voto nomearão o liquidante, determinando seus poderes, funções e remuneração, procedendo este de acordo com as leis vigentes. Nessa hipótese, após solvido o passivo, o ativo líquido será dividido entre os sócios na proporção do valor realizado de suas quotas.

Py.

(da)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela maioria do capital votante, conforme a legislação em vigor, observando ainda as leis, normas e regulamentos referentes à permissão e concessão de serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro de Feliz/RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração em três vias.

Feliz/RS, 04 de Novembro de 2003.

CLÓVIS JOSÉ ASSM

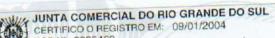
EDI ARDO ANTONIO NIENOW

TESTEMUNHAS:

MIGUEL EDUARDO BERRES C.L: 6011204747 SSP/PC-RS

ESTER MARIA STEIN

C.I.: 1022403198 SSP/PC-RS



SOB Nº: 2335469 Protocolo: 03/249261-8

Empresa:43 2 0145491 8 RADIO VALE FELIZ LTDA

Maria Honorina de Bittencourt Souza SECRETÁRIA-GERAL

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE RÁDIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91.825.802/0001-96

NIRE: 43201454918

CLÓVIS JOSÉ ASSMANN, brasileiro, natural de Feliz/RS, casado pelo regime de comunhão de bens, Jornalista, inscrito no CPF sob nº 241.666.930-34, portador da Cédula de Identidade RG nº 6007727131, emitida pelo SSP-PC/RS, residente e domiciliado na Rua Bom Fim, nº 28, bairro Centro, na cidade de Feliz/RS, CEP 95770-000, e;

EDUARDO ANTONIO NIENOW, brasileiro, natural de Alvorada/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, Industrial, inscrito no CPF sob nº 533.784.310-91, portador da Cédula de Identidade RG nº 5025902321, emitida pelo SSP-PC/RS, residente e domiciliado na Rua das Camélias, nº 50, bairro Bela Vista, na cidade de Feliz/RS, CEP 95770-000, e;

SÉRGIO LUIZ SELBACH, brasileiro, natural de Bom Princípio/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, Industrial, inscrito no CPF sob nº 172.470.040-53, portador da Cédula de Identidade RG nº 8024193628, emitida pelo SSP-PC/RS, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 525, bairro Centro, na cidade de Feliz/RS, CEP 95770-000;

Sócios componentes da Sociedade Limitada, que gira sob a denominação social de **RÁDIO VALE FELIZ LTDA**, com sede na Rua João Ruschel, nº 149, sobre-loja, bairro Centro, na cidade de Feliz/RS, CEP 95770-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o NIRE 43201454918, em sessão de 26/01/1988, e última alteração contratual sob nº 2335469, em sessão de 09/01/2004, inscrita no CNPJ sob nº 91.825.802/0001-96, resolvem, assim, alterar:

PRIMEIRA: O capital social que era de R\$ 85.624,00 (Oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro reais) é elevado para R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), utilizando R\$ 314.376,00 (Trezentos e catorze mil, trezentos e setenta e seis reais) da conta Lucros Acumulados, totalmente integralizado neste ato, ficando assim distribuído entre os sócios:

a) O sócio CLÓVIS JOSÉ ASSMANN, aumenta sua participação que era de R\$ 46.704,00 (quarenta e seis mil, setecentos e quatro reais) para R\$ 218.160,00 (duzentos e dezoito mil, cento e sessenta reais), com a utilização de R\$ 171.456,00 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e cinqüenta e seis reais) da conta Lucros Acumulados.

b) O sócio EDUARDO ANTONIO NIENOW, aumenta sua participação que era de R\$ 31.136,00 (trinta e um mil, cento e trinta e seis reais) para R\$ 145.440,00 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais), com a utilização de R\$ 114.304,00 (cento e catorze mil, trezentos e quatro reais) da conta Lucros Acumulados.

A G

c) O sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, aumenta sua participação que era de R\$ 7.784,00 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais) para R\$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais), com a utilização de R\$ 28.616,00 (vinte e oito mil, seiscentos e dezesseis reais) da conta Lucros Acumulados.

CLÓVIS JOSÉ ASSMANN.......218.160 quotas..RS 218.160,00..54,54% EDUARDO ANTONIO NIENOW...145.440quotas..R\$ 145.440,00..36,36% SÉRGIO LUIZ SELBACH.......36.400 quotas..R\$ 36.400,00....9,10% TOTAL...............400.000 quotas..R\$ 400.000,00..100,00%

SEGUNDA: Retira-se da sociedade o sócio EDUARDO ANTONIO NIENOW, cedendo e transferindo a totalidade de sua quota, representada por 36,36% do capital social, bem como os direitos sobre a mesma no valor de R\$ 145.440,00 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais) para o sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, ficando o Capital Social assim distribuído:

CLÓVIS JOSÉ ASSMANN......218.160 quotas...R\$ 218.160,00...54,54% SÉRGIO LUIZ SELBACH......181.840 quotas...R\$ 181.840,00...45,46% TOTAL.......400.000 quotas...R\$ 400.000,00..100,00%

TERCEIRA: O sócio retirante EDUARDO ANTONIO NIENOW, dá plena e geral quitação a sociedade e aos sócios remanescentes, nada mais tendo a reclamar e a participar no presente, passado e futuro.

QUARTA: Fica alterada a cláusula décima sexta do contrato social, que passa a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Ao sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, são conferidos poderes e atribuições de administrador, podendo constituir procurador ou procuradores para quaisquer fins, mas exclusivamente em negócios da sociedade, e de uso da firma podendo representar a sociedade, ativa e passivamente, em conjunto ou individualmente, em juízo ou fora dele, ceder direito e, no interesse da sociedade, firmar compromissos, contratos e alienar bens móveis ou imóveis e praticar todos os atos necessários para uma boa administração."

QUINTA: À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial RÁDIO VALE FELIZ LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede, foro e administração, na cidade de Feliz/RS, na Rua João Ruschel, nº 149, sobreloja, bairro Centro, CEP 95770-000.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social é a execução, instalação e exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins culturais, educacionais, artísticos e comerciais, na forma da legislação federal em vigor e mediante permissão ou concessionária do Governo Federal.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividido em 400.000 (quatrocentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

CLÓVIS JOSÉ ASSMANN......218.160 quotas...R\$ 218.160,00...54,54% SÉRGIO LUIZ SELBACH......181.840 quotas...R\$ 181.840,00...45,46% TOTAL.......400.000 quotas...R\$ 400.000,00..100,00%

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade iniciou suas atividades em 13 de janeiro de 1988 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade se obriga a cumprir todas as exigências legais e administrativas, vigentes ou futuras, relativas aos serviços de que seja ou se torne permissionária ou concessionária.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA OITAVA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA NONA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade será sempre constituída exclusivamente por brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10(dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As quotas da sociedade são indivisíveis e podem ser transferidas sempre e somente às pessoas devidamente habilitadas perante a Lei e regulamentos. As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros, sempre e em qualquer caso conforme a Constituição Federal e às Leis. As quotas representativas ao capital social são incaucionáveis a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Caso haja interesse de qualquer dos sócios em retirar-se da sociedade, ou alienar suas quotas, deverá manifestar sua intenção expressamente e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por escrito, à sociedade e a todos os demais sócios. Em não exercendo a sociedade ou os sócios direito de preferência no referido prazo, poderá o sócio alienante transferir sua participação a terceiro, cujo ingresso na sociedade depende de anuência de todos os demais sócios, ou, ainda, do sócio que mantém a maioria do capital social. Em caso de retirada simples ou de rejeição do ingresso do terceiro adquirente na sociedade, se procederá conforme a cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O falecimento, interdição ou falência de qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade. Os herdeiros do sócio falecido terão direito a ingressar na sociedade, e serão dela sócios, independentemente da concordância dos sócios remanescentes, porém mediante prévia autorização do Governo Federal, através se seu órgão competente.

a) Tanto na hipótese de morte em que os herdeiros não queiram continuar na sociedade, como nos casos da cláusula décima segunda supra, seus direitos junto à sociedade serão apurados com base no patrimônio líquido apontado no último balanço geral levantado, e complementado pelos balancetes mensais respectivos, e serão pagos em prestações a serem combinados entre as partes, se de acordo estiver o retirante, nunca superiores a um ano de prazo.

b) A parte retirante deverá receber durante o prazo acordado para o pagamento das prestações, a correção vigente no momento, mais juros de 12% ao ano.

Em caso de não pagamento após um ano, ou atraso no pagamento de alguma parcela, o retirante deverá receber mais o valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor apurado, a título de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

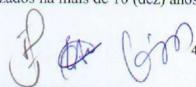
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A sociedade será administrada e representada pelo sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, no cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, dispensado de caução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Ao sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, são conferidos poderes e atribuições de administrador, podendo constituir procurador ou procuradores para quaisquer fins, mas exclusivamente em negócios da sociedade, e de uso da firma podendo representar a sociedade, ativa e passivamente, em conjunto ou individualmente, em juízo ou fora dele, ceder direito e, no interesse da sociedade, firmar compromissos, contratos e alienar bens móveis ou imóveis e praticar todos os atos necessários para uma boa administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: É expressamente vedado aos diretores e/ou sócios, assim como aos procuradores ou encarregados, utilizar-se da sociedade em negócios, transações ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais e interesses da sociedade, como também avalizar ou afiançar em nome da sociedade obrigações de terceiros, sendo individualmente responsabilizados pelos compromissos contraídos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O quadro de pessoal será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de brasileiros. Para as funções de gerentes, procuradores, locutores e encarregados de instalações rádio elétricas só serão admitidos brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos. Os administradores deverão ser brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos



e a sua investidora nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Em caso de liquidação da sociedade, os sócios que representam a maioria do capital com direito a voto nomearão o liquidante, determinando seus poderes, funções e remuneração, procedendo este de acordo com as leis vigentes. Nessa hipótese, após solvido o passivo, o ativo líquido será dividido entre os sócios na proporção do valor realizado de suas quotas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela maioria do capital votante, conforme a legislação em vigor, observando ainda as leis, normas e regulamentos referentes à permissão e concessão de serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro de Feliz/RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração em três vias.

Empresa: 43 2 0145491 8

Feliz/RS, 07 de Julho de 2008.

CLÓVIS JOSÉ ASSMANN

EDUARDO ANTONIO NIENOW



RÁDIO VALE FELIZ LTDA

CNFJ: 91.825.802/0001-96 NIRE: 43.201.454.918

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL Nº 04 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, o Sr. CLÓVIS JOSÉ ASSMANN, Brasileiro, Natural de Feliz – RS, Casado no Regime da Comunhão Universal de Bens, Jornalista, Inscrito no CPF sob número 241.666.930-34 e Portador da Carteira de Identidade número 6007727131 expedida pela SSP do RS, residente e domiciliado à Rua Bom Fim, nº. 28, Centro, na cidade de Feliz – RS, Cep: 95770-000; e o Sr. SÉRGIO LUIZ SELBACH, Brasileiro, Natural de São Sebastião do Caí – RS, Casado no Regime da Comunhão Universal de Bens, Empresário, Inscrito no CPF sob número 172.470.040-53 e Portador da Carteira de Identidade número 8024193628 expedida pela SSP do RS, residente e domiciliado à Rua Tiradentes, nº. 555, Centro, na cidade de Feliz – RS, Cep: 95770-000; únicos sócios da sociedade limitada, que gira sob o nome empresarial de RÁDIO VALE FELIZ LTDA, inscrita no CNPJ sob número 91.825.802/0001-96, com sua sede e domicilio à Rua João Ruschel, nº. 149, Sobre-loja, Centro, na cidade de Feliz – RS, Cep: 95770-000; com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob número 43201454918 em sessão de 26 de Janeiro de 1988 e posteriores alterações; resolvem de comum acordo, introduzir as seguintes modificações em seus atos constitutivos:

PRIMEIRA: Admite-se na sociedade o Sr. SÉRGIO LUIZ GRAEBIN, Brasileiro, Natural de Feliz – RS, Solteiro, Maior, Nascido em 03 de Outubro de 1967, Empresário, Inscrito no CPF sob número 502.607.230-53 e Portador da Carteira de Identidade número 7035388854 expedida pela SJS do RS, residente e domiciliado à Rua Guilherme Weissheimer, nº. 496, Centro, na cidade de Feliz – RS, Cep: 95770-000.

SEGUNDA: Retira-se da sociedade o sócio CLÓVIS JOSÉ ASSMANN, cedendo e transferindo, por venda, a totalidade de suas quotas, no valor de R\$ 218.160,00 (duzentos e dezoito mil, cento e sessenta reais) da seguinte forma: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o sócio aqui admitido, Sr. SÉRGIO LUIZ GRAEBIN, valor que declara haver recebido neste ato em moeda corrente nacional; e R\$ 198.160,00 (cento e noventa e oito mil, cento e sessenta reais) para o sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, valor que declara haver recebido neste ato também em moeda corrente nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: O sócio CLÓVIS JOSÉ ASSMANN retira-se da sociedade declarando nada mais ter a receber desta ou de seus sócios.

TERCEIRA: O capital social que é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividido em 400.000 (quatrocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado pelos sócios, passa a ser assim distribuído:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR EM R\$
SÉRGIO LUIZ SELBACH	 95	380.000	380.000,00
SÉRGIO LUIZ GRAEBIN	 5	20.000	20.000,00
TOTAL	 100	400.000	400.000,00

6 m 8.

QUARTA: A administração e o uso da firma caberá ao sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, que se encarregará de todas as operações e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

QUINTA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção que a sociedade melhor aprouver, livre no que diz respeito a proporção das quotas de cada sócio, porém, obrigatório o comum acordo entre ambos os sócios, ou então, levados à conta especial para futura destinação ou amortização.

PARÁGRAFO ÚNICO: Havendo distribuição de lucros, esta poderá ser distribuída antecipadamente, não sendo necessário aguardar o término do exercício social para a mesma, desde que com a aquiescência de ambas as sócias.

SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência, caso algum quotista pretender ceder as que possui, formalizando, se realizada a cessão destas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA: No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar o outro por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres lhe serão reembolsados na modalidade que estabelece a cláusula Oitava.

OITAVA: No caso de falecimento ou impedimento de qualquer dos sócios, a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial nesta data, e, se convier aos herdeiros, será lavrada nova alteração contratual com a inclusão destes, ou então, receberão todos os seus haveres em 12 (doze) prestações mensais, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o balanço especial.

PARÁGRAFO ÚNICO: Mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

NONA: O Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

RÁDIO VALE FELIZ LTDA

PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de RÁDIO VALE FELIZ LTDA.

SEGUNDA: A sociedade tem sua sede e domicílio à Rua João Ruschel, nº. 149, Sobre-loja, Centro, na cidade de Feliz – RS, Cep: 95770-000.

Good X

TERCEIRA: O capital social é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividido em 400.000 (quatrocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado pelos sócios, sendo assim distribuído:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR EM R\$
SÉRGIO LUIZ SELBACH	 95	380.000	380.000,00
SÉRGIO LUIZ GRAEBIN	 5	20,000	20.000,00
TOTAL	 100	400.000	400.000,00

QUARTA: A sociedade tem por objeto social a execução, instalação e exploração do serviço de radiodifusão sonora, com fins culturais, educacionais, artísticos e comerciais, na forma da legislação federal em vigor e mediante permissão ou concessionária do Governo Federal.

QUINTA: A sociedade deu início as atividades em 13 de Janeiro de 1988 e seu prazo de duração é indeterminado.

SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência, caso algum quotista pretender ceder as que possui, formalizando, se realizada a cessão destas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

OITAVA: A sociedade é administrada e representada pelo sócio **SÉRGIO LUIZ SELBACH,** no cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, dispensado de caução.

NONA: A administração e o uso da firma cabe ao sócio SÉRGIO LUIZ SELBACH, que se encarrega de todas as operações e representa a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

DÉCIMA: É expressamente vedado aos diretores e/ou sócios, assim como procuradores ou encarregados, utilizar-se da sociedade em negócios, transações ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais e interesses da sociedade, como também avalizar ou afiançar em nome da sociedade obrigações de terceiros, sendo individualmente responsabilizados pelos compromissos contraídos.

DÉCIMA PRIMEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído por no mínimo 2/3 (dois terços) de brasileiros. Para as funções de gerentes, procuradores, locutores e encarregados de instalações rádio elétricas só serão admitidos brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos. Os administradores deverão ser brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidora nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

DÉCIMA SEGUNDA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção que a sociedade melhor aprouver, livre no que diz respeito a proporção das quotas de cada sócio, porém, obrigatório o comum acordo entre ambos os sócios, ou então, levados à conta especial para futura destinação ou amortização.

DÉCIMA TERCEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

DÉCIMA QUARTA: A sociedade podere a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada per ambos os sócios.

DÉCIMA QUINTA: Os sócios no exercício da administração ou em atividade na empresa, terão direito a uma retirada mensal a título de prolabore, em valor a ser fixado de comum acordo, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DÉCIMA SEXTA: No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar o outro por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres lhe serão reembolsados na modalidade que estabelece a cláusula Décima Sétima.

DÉCIMA SÉTIMA: No caso de falecimento ou impedimento de qualquer dos sócios, a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial nesta data, e, se convier aos herdeiros, será lavrada nova alteração contratual com a inclusão destes, ou então, receberão todos os seus haveres em 12 (doze) prestações mensais, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o balanço especial.

PARÁGRAFO ÚNICO: Mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DÉCIMA OITAVA: O administrador, devidamente qualificado no preâmbulo deste instrumento, declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

DÉCIMA NONA: Fica eleito o Foro da Comarca de Feliz (RS), para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Feliz (RS), 07 de Janeiro de 2016.

CLÓVIS JOSÉ ASSMANN

SÉRGIO LUIZ SÉLBACH

Testemunhas:

SÉRGIO LUIZ GRAEBIN

MICHELE WISSMANN

1060954193 SSP do RS

IRINELL BRAUN

5009382978 SSP do RS CI

CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/L2/2016 SOB Nº: 4.231666

Protocoto: 16/003151-6, DE 28/01/2016

Empresa: 43 2 0145491 8

RÁDIO VALE FELIZ LTDA

JOSÉ TADEU JACOBY SECRETÁRIO-GERAL



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO VALE FELIZ LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Número de Identificação do CNPJ Data de Arquivamento do Ato Data de Início de Atividade

Registro de Empresas - NIRE Constitutivo

4320145491-8 91.825.802/0001-96 26/01/1988 13/01/1988

Endereço Completo:

RUA JOAO RUSCHEL 149 SOBRE-LOJA - BAIRRO CENTRO CEP 95770-000 - FELIZ/RS

Objeto Social:

EXECUCAO, INSTALACAO E EXPLORACAO DO SERVICO DE RADIODIFUSAO SONORA, COM FINS CULTURAIS, EDUCACIONAIS, ARTISTICOS E COMERCIAIS, NA FORMA DA LEGISLACAO FEDERAL EM VIGOR E MEDIANTE PERMISSAO OU CONCESSIONARIA DO GOVERNO FEDERAL.

Capital Social: R\$ 400.000,00

QUATROCENTOS MIL REAIS

Capital Integralizado: R\$ 400.000,00

QUATROCENTOS MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno

presa ou Prazo de Duração

Porte NÃO

NAO (Lei Complementar nº123/06) INDETERMINADO

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE Nome

502.607.230-53 SERGIO LUIZ GRAEBIN

172.470.040-53 SERGIO LUIZ SELBACH

xxxxxxx

R\$ 20.000,00 R\$ 380.000,00

SOCIO Sócio / Administrador

Função

Status: CADASTRADA

Último Arquivamento: 22/12/2017

IVallie1110. 22/12/2017

Situação: ATIVA Número: 4564374

Térm. Mandato Participação

310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO

Endereço

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ

NADA MAIS#

Porto Alegre, 19 de Julho de 2018 14:29

CLEVERTÓN SIGNOR SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (http://jucisrs.rs.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

1) Validação por envio de arquivo (upload)

2) Validação visual (digite o n^2 C180000574737 e visualize a certidão)



 Empresa:
 RADIO VALE FELIZ LTDA

 CNPJ:
 91.825.802/0001-96

 Insc. Junta Comercial:
 43201454918 Data:
 26/01/1988

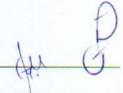
 Balanço encerrado em:
 31/12/2017

BALANÇO PATRIMONIAL

Página: Número livro:

0001 0026

Descrição	2017	2016
and the	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO	718.001,64	580.132,42
ATIVO CIRCULANTE	585.753,57	467.275,46
DISPONIBILIDADES	472.767,53	358.764,49
CAIXA GERAL	6.032,00	6.619,79
CAIXA	6.032,00	6.619,79
BANCOS CONTA MOVIMENTO	221,66	1.582,12
BANRISUL S/A	1,00	303,22
SICREDI	220,66	1.278,90
APLICACOES FINANCEIRAS	466.513,87	350.562,58
BANRISUL S/A	198.169,84	102.522,08
BANRESUL 5/A CDB	17.805,20	19.453,63
SICREDI SICREDINVEST FLEX	250.538,83	228.586,87
CLIENTES	112.312,35	99.304,02
CLIENTES DIVERSOS	112,312,35	99.304,02
CLIENTES DIVERSOS	112.312,35	99.304,02
OUTROS CREDITOS	0,00	7.650,00
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00	7.650,00
SIGNO DO BRASIL COM DE EQUIPAMENTOS	0,00	7.650,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	0,00	851,95
IMPOSTOS A RECUPERAR	0,00	851,95
IMPOSTO DE RENDA (2016)	0,00	851,95
DESPESAS ANTECIPADAS	673,69	705,00
DESPESAS ANTECIPADAS	673,69	705,00
IPVA	673,69	705,00
ATIVO NAG-CIRCULANTE	132.248,07	112.856,96
INVESTIMENTOS	3.847,80	3.205,44
INVESTIMENTOS	3.847,80	3.205,44
SICREDI - CAPITAL SOCIAL	3.847,80	3.205,44
IMOBILIZADO	121.292,90	104.649,07
IMOBILIZADO	121.292,90	104.649,07
TERRENOS	23.000,00	23.000,00
PREDIOS	19.797,62	19.797,62
DEPREC. ACUMULADA PREDIOS (-)	(6.335,04)	(5.543,16)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	129.414,55	129,414,55
DEPREC, ACUM, MAQUINAS E EQUIP. (-)	(95.277,95)	(76.665,51)
INSTALAÇÕES	20.777,07	20,777,07
DEPREC. ACUM. INSTALAÇÕES (-)	(20,777,07)	(20.777,07)
MOVEIS E UTENSILIOS	38.737,81	37.182,81
DEPREC. ACUM. MOVEIS E UTENSILIOS (+)	(31.321,13)	(28.082,01)
VEICULOS	40.523,84	40.523,84
DEPREC. ACUMULADA VEICULOS (-) TORRE - FM	(40.523,84) 6.361,80	(40.523,84) 6.361,80
DEPREC. ACUMULADA TORRE - FM (+)	(6.361,80)	(6.361,80)
APARELHOS ELETRONICOS	114.020,60	68.322,60
DEPREC. ACUM. APAR. ELETRONICOS (-)	(74.010,60)	(68.322,60)
ANTENA FM	7.631,61	7.631,61
DEPREC. ACUM, ANTENA FM (-)	(7.631,61)	(7.631,61)
MAQUINAS E EQUIP. DE INFORMATICA	44.395,56	44.395,56
DEPREC. ACUM, MAQ. INFORMATICA (-)	(41.128,52)	(38.850,79)
INTANGIVEL		E 802
INTANGIVEL	7.107,37	5.002,45
GASTOS COM CRIACAO DE SITE INTERNET	7.107,37	5.002,45
AMORT, ACUM, GASTOS CRIACAO SITE (-)	4,200,00	4.200,00
SISTEMAS DE PROCESS. DADOS	(4.200,00) 7.440,00	7,440,00
	7,440,00	2,440,00
AMORT, ACUM, SIST, PROC. DADOS (+)	(7.056,11)	(6.733,55)



 Empresa:
 RADIO VALE FELIZ LTDA

 CNP):
 91.825.802/0001-96

 Insc. Junta Comercial:
 43201454918 Data:
 26/01/1988

 Balanço encerrado em:
 31/12/2017

BALANÇO PATRIMONIAL

Página: Número livro:

0002 0026

Descrição	2017	201
	31/12/2017	31/12/201
PASSIVO	718.001,64	580.132,4
PASSIVO CIRCULANTE	316.604,46	178.735,2
FORNECEDORES	1.274,00	425,6
FORNECEDORES	1.274,00	425,6
MDR CONTABILIDADE LTDA EPP	1.274,00	0,0
SISMO - SERV INTEG DE SEG DE TRAB E MEDI	0,00	425,6
IMPOSTOS/OBRIGACOES A RECOLHER	20.857,39	13.843,4
IMPOSTOS A RECOLHER	9.368,97	3.538,1
IMPOSTO DE RENDA	3.069,00	0,0
IRRF	975,23	413,3
CONTRIBUICAO SINDICAL	20,10	52,
COFINS	3.441,31	2.576,
CONTRIBUICAO SOCIAL	1.842,87	454,
CONTR. SOCIAIS RETIDAS	20,46	41,
OBRIGACOES SOCIAIS A RECOLHER	11.488,42	10.305,
INSS	6.806,67	6.091,
FGTS	3.952,75	3.554,
PIS S/FATURAMENTO	729,00	549,
PROVISOES	36.706,93	44.410,
PROVISOES	36.706,93	44.410,
FERIAS	36,706,93	44,410,
OUTRAS CONTAS PAGAR	257.766,14	120.055,
OUTRAS CONTAS	257.766,14	120.055,
LUCROS A DISTRIBUIR	257.766,14	120.055
PATRIMONIO LIQUIDO	401.397,18	401.397,
PATRIMONIO LIQUIDO	401.397,18	401.397,
CAPITAL SOCIAL	400.000,00	400.000,
CAPITAL SUBSCRITO	400.000,00	400.000
RESERVAS DE CAPITAL	1.397,18	1.397
RESERVAS DE CAPITAL	1.397,18	1.397

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 718.001,64 (setecentos e dezoito mil e um reais e sessenta e quatro centavos)

SERGIO LUIZ SELBACH SOCIO ADMINISTRADOR CPF: 172.470.040-53

JONATHAN MATHEUS GRAHL Reg. no CRC - R5 sob o No. 82503 Técnico em Contabilidade CPF: 002.422.600-98

CNPJ: 91.825.802/0001-96

Insc. Junta Comercial: 43201454918 Data: 26/01/1988

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

Página:

Número livro:

0003

0026

Descrição 2017 Total 2016 Total Soma RECEITA OPERACIONAL SERVICOS PRESTACAO DE SERVICOS 1.037,646.05 945.024.22 1.037.646.09 RECEITAS FINANCEIRAS JUROS E DESCONTOS 5.891,68 5.947,16 REND. EM APLICACOES FINANCEIRAS 35.000,37 40.892,05 34.059,03 OUTRAS RECEITAS JUROS S/CAPITAL PROPRIO 327,80 306,01 ALUGUEIS 19.719,00 18,925,76 LUCROS/DIVIDENDOS RECEBIDOS INVEST. 672,69 20,697,70 1.099,235,80 625,70 1.004,909,67 DEDUÇÕES DEDUCOES DA RECEITA (-) PIS S/FATURAMENTO (-) (7.340.89) (6.720,39)COFINS (-) (34,286,99) (31,414,26) CONTRIBUICAD PREVIDENCIARIA (-) (16.478,45) (15.064,26) (58,106,33) (58, 106, 33) (53.198,91) RECEITA LÍQUIDA 1.041.129,47 951,710,76 **CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS** CUSTOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS SALARIOS (172,228,90) (167.005,38) (10.179,89) INSS (9.674,64) FGTS (16,250,46) (14.619, 13)13º SALARIO (17.325.88) (18.586,79) FERIAS (20.558.14) (21,003.54) MEDICINA E SAUDE OCUPACIONAL (4.910.40) (4.956,80) DESPESAS COM ALIMENTACAO (252,75)0.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS (220,00)0,00 SEGURO DE VIDA EM GRUPO (61,67) 0,00 INDENIZAÇÕES RESCISORIAS (11.217,51) (18.216,15) **OUTROS CUSTOS COM PESSOAL** (2.038,00)0.00 (253,305,60) GASTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENERGIA ELETRICA (62.256,72) (62.767,64) AGUA (1.014,55)(826,55)MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO DE BENS (8.755.50) (22,951,58) ALUGUÉIS E LOCAÇÕES (9.463,00) (9.893,00) DEPRECIAÇÕES (24.969,30) 0.00 (4.937,19) BENS BAIXO VLR, APROPR, COMO DESPESA (1,209,70) SERVIÇOS DE TERCEIROS (7.090,00) (13,765,82) COMISSÕES PJ (61.368,55) (44.664,14) 0,00 (141,93) **OUTROS GASTOS** (9.672,36) (16.141,94) (164,557,87) (417.863,47) (453,432,03) DESPESAS OPERACIONAIS DESPESAS GERAIS (338,61) FRETES 0,00 MANUTENCAO / CONSERVAÇÃO DE BENS (5.563,40)0.00 DEPRECIACOES (30.931,73) (4.521,38) SERVICOS DE TERCEIROS (1.100,00)0,00 **OUTRAS DESPESAS** (1.377,00)(39.310.74)(1.000,00)DESPESAS COM VEICULOS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES (29.469,91) (18,283,83) CONSERVAÇÃO DE VEICULOS (5.132,50)(4.482,68)IMPOSTOS E TAXAS 0,00 (705,00) MULTAS DE TRANSITO (312,36)(68,10)PEDAGLOS E ESTACIONAMENTOS (51.80)(35,671,57) (26,60)DESPESAS FINANCEIRAS JUROS PASSIVOS (6.20)0.00 DESPESAS BANCARIAS (5,458,63) (5.293,40)DESCONTOS CONCEDIDOS 0.00 (5,464,83)(71,62)DESPESAS ADMINISTRATIVAS PROLABORE (11.244,00) (10,560,00) HONORARIOS (15.149,00) (31,305,07) SALARIOS (150,450,14) (141.750,55) INSS (9.508,60) (8.419,42)FGTS (15.214,30) (13.415,26) 13º SALARIO (12.742,78) (11.409,52) FER IAS (19,449,29) (19.343,71) MATERIAL DE EXPEDIENTE (5.769,82)(7,432,76)COMUNICACOES (22,778,56) (28.413,06) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS (5,089,23) (4.339,51)REVISTAS E JORNAIS 0.00 (406,00) PUBLICIDADE (4.438,00) (1.230,00) MANUTENCAO SIST. DE PROC. DE DADOS (16.959,10) (12.693,62) SEGUROS (2.594,80) (4.191.88) SERV, DE TERCEIROS - PJURIDICA (30,00) 0,00 DESPESAS COM REGISTROS LEGAIS (705, 16)(38,04)CONSUMO, VIAGENS E ESTADIAS (55,90)0,00 SERV. DE TERCEIROS - P.FISICA (15.000,00) 0,00 DESPESAS COM DIRECTOS AUTORAIS (22.939,68)(21.853,50) CONTRIBUICCES A ENTIDADES DE CLASSE (3.754,80)(3.468,00)**OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS** (15.010,92) (360,884,08) (11.756,76) **OUTRAS DESPESAS** PERDAS COM CLIENTES (850,00) (1.740,00)(850,00) (442.181,22) (367.514,27) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO 181.084,78 130,764,45

RADIO VALE FELIZ LTDA Empresa:

CNP): 91.825.802/0001-96 Insc. Junta Comercial: 43201454918 Data: 26/01/1988

Página: Número livro: 0004 0025

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

2017 2016 Total Total Descrição Soma 130,764,46 RESULTADO DO PERÍODO DE APURAÇÃO 181.084.78 PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTR. SOCIAL (16.265,20) (27.108,67) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL IMPOSTO DE RENDA (11.718,62) (43.373,87) (43,373,87) (11.757,70) (23,476,32) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 137,710,91 107.288,14

SERGIO LUIZ SELBACH SOCIO ADMINISTRADOR CPF: 172.470.040-53

JONATHAN MATHEUS GRAHL Reg. no CRC - R5 sob o No. 82503 Técnico em Contabilidade CPF: 002.422.600-98

RADIO VALE FELIZ LIDA Empresa:

91.825.802/0001-96

Insc. Junta Comercial: 43201454918 Data: 26/01/1988 01/01/2017 - 31/12/2017

Período: CNPJ:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

0005

Página: Número livro:

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS DE CAPITAL	Total
Saldo em 31/12/2016	400,000,00		1.397,18	401.397,18
RESULTADO DO EXERCICIO		137.710,91		137.710,91
LUCROS A DISTRIBUIR		(137,710,91)		(137.710,91)
Saldo em 31/12/2017	400.000,00	00.0	1.397,18	401.397,18

SERGIO LUIZ SELBACH SOCIO ADMINISTRADOR CPF: 172.470.040-53

Johnstran Matheus Grant.
Reg. no CRC - RS sob o No 82503
Técnico em Contabilidade
CPF: 002,422,600-98

 Empresa:
 RADIO VALE FELIZ LTDA

 CNPJ:
 91.825.802/0001-96

 Periodo:
 01/01/2017 - 31/12/2017
 Insc. Junta Comercial: 43201454918 Data: 26/01/1988

Página: Número livro:

CPF: 002.422.600-98

0006 0026

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS	127 210 01	102 300 14
Resultado do Período AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISP. GERADAS PELAS ATTVIDADES OPERA	137.710,91	107.288,14
		29,490,68
Depreciação e Amortização	30.931,73	(765,79)
Resultado Positivo em Investimentos	(642,36)	
Prejuízo na Venda de Imobilizado	6,00	0,00
Lucro na Venda de Imobilizado	0,00	0,00
LUCRO OPERACIONAL BRUTO ANTES DAS MUDANÇAS NO CAPITAL DE GIRO	168.000,28	136.013,03
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	0,00	0,00
(Aumento) Diminuição de Clientes	(13.008,33)	(7.851,84)
(Aumento) Diminuição de Adiantamentos a Fornecedores	7.650,00	(7.523,29)
(Aumento) Diminuição de Adiantamentos de Salários	0,00	0,00
(Aumento) Diminuição de Estoques	0,00	0,00
(Aumento) Diminuição de Impostos a Recuperar	0,00	0,00
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	851,95	367.102,84
(Aumento) Diminuição de Despesas do Exercício Seguinte	31,31	(705,00)
(Aumento) Diminuição do Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	848,35	38,14
Aumento (Diminuição) de Débitos Fiscais	7.013,90	845,01
Aumento (Diminuição) de Débitos Trabalhistas	0,00	0,00
Aumento (Diminuição) de Provisões	(7.703,94)	4.581,66
Aumento (Diminuição) de Adiantamentos de Clientes	0,00	0,00
Aumento (Diminuição) de Credores Diversos	0,00	0,00
Aumento (Diminuição) de Resultados Diferidos	0,00	0,00
Aumento (Diminuição) do Passivo Exigível a Longo Prazo	0.00	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	163.683,52	492.500,55
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compras de Imobilizado e Intangível	(49,680,48)	(6.574,00)
Aquisição de Quotas de Investimentos	0,00	0,00
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0,00	0,00
Juros Recebidos de Empréstimos	0.00	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(49.680,48)	(6.574,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	0,00	0,00
Pagamentos de Lucros e Dividendos	0,00	(380.000,00)
Empréstimos Tomados	0,00	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00	(380.000,00)
Aumento nas Disponibilidades	114.003,04	105.926,55
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERIODO	358.764,49	252.837,94
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	472.767,53	358.764,49
	onathan M. Gray	_
SERGIO LUIZ SELBACH	JONATHAN MATHEUS GRAHL	
SOCIO ADMINISTRADOR	Reg. no CRC - RS sob o No. 82503	
CPF: 172.470.040-53	Técnico em Contabilidade	

Página: Número livro: 0007 0026

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2017

I - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 1

A EMPRESA TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA, COM FINS CULTURAIS, EDUCACIONAIS, ARTÍSTICOS E COMERCIAIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL EM VIGOR E MEDIANTE PERMISSÃO OU CONCESSIONÁRIA DO GOVERNO FEDERAL.

NOTA 2

NESTE EXERCÍCIO A EMPRESA OPTOU PELO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO APURADOS COM BASE NO LUCRO REAL.

II - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 3

AS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS FORAM ELABORADAS COM BASE NAS DISPOSIÇÕES DA ITG 1000.

A) OS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS E A APURAÇÃO DOS RESULTADOS SÃO FEITOS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA. B) AS APLICAÇÕES FINANCEIRAS ESTÃO DEMONSTRADAS PELO CUSTO DE APLICAÇÃO ACRESCIDOS DOS RENDIMENTOS APROPRIADOS ATÉ A DATA DO BALANÇO.

C)OS INVESTIMENTOS ESTÃO DEMONSTRADOS PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO ACRESCIDOS DOS RENDIMENTOS APROPRIADOS ATÉ A DATA DO BALANÇO.

D) O IMOBILIZADO ESTÁ DEMONSTRADO PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO (CORRIGIDO MONETARIAMENTE ATE 31/12/95 NO CASO DE AQUISICAO ANTERIOR) E AS DEPRECIAÇÕES SÃO CALCULADAS PELO MÉTODO LINEAR SOBRE O CUSTO, COM BASE EM TAXAS DETERMINADAS EM FUNÇÃO DA VIDA ÚTIL ESTIMADA.

III - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NOTA 4

RESUMO DO VALOR RESIDUAL E DAS MOVIMENTAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO:

CONTA CONTÁBIL	TAXA DEPRECIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	TOTAL DE AQUISIÇÕES	TOTAL DE BAIXAS
TERRENOS	0% a.a.	23.000,00	0,00	0,00	0,00
PRÉDIOS	4% a.a.	19.797,62	6.335,04	0,00	0,00
MÁQ. E EQUIP.	20% a.a.	129,414,55	95.277,95	0,00	0,00
INSTALAÇÕES	10% a.a.	20.777,07	20.777,07	0,00	0,00
MÓVEIS E UTENS.	10% a.a.	38.737,81	31.321,13	1.555,00	0,00
VEÍCULOS	20% a.a.	40.523,84	40.523,84	0,00	0,00
TORRE FM	10% a.a.	6.361,80	6.361,80	0,00	0,00
APAR. ELETRONICOS	20% a.a.	114.020,60	74.010,60	45.698,00	0,00
ANTENA FM	10% a.a.	7.631,61	7.631,61	0,00	0,00
MÁQ. EQUIP. INFOR.	20% a.a.	44.395,56	41.128,52	0,00	0,00

NOTA 5

RESUMO DO VALOR RESIDUAL E DAS MOVIMENTAÇÕES DO ATIVO INTANGÍVEL:

CONTA CONTÁBIL	TAXA DEPRECIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	TOTAL DE AQUISIÇÕES	TOTAL DE BAIXAS
CRIAÇÃO DE SITE	25% a.a.	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00
SISTEMAS PROC.	25% a.a.	7.440,00	7.056,11	0,00	0,00
MARCAS E PATENTES	-	6.723,48	0,00	2.427,48	0,00

NOTA 6

O CAPITAL SOCIAL, NO VALOR DE R\$ 400.000,00, É COMPOSTO POR 400.000 QUOTAS NO VALOR NOMINAL DE R\$ 1,00 CADA UMA, DISTRIBUÍDO ENTRE OS SÓCIOS DA SEGUINTE MANEIRA:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR EM R\$
SÉRGIO LUIZ GRAEBIN	5	20.000	20.000,00
SÉRGIO LUIZ SELBACH	95	380.000	380.000,00
TOTAL	100,00	400.000	400.000,00

FELIZ, 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÉRGIO LUIZ SELBACH SÓCIO ADMINISTRADOR CPF: 172.470.040-53

anothan JONATHAN MATHEUS GRAHL Reg. No CRC - RS sob n. 82503

Técnico em Contabilidade CPF: 002.422.600-98

Empresa: CNPJ:

RADIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91.825.802/0001-96 Insc. Junta Comercial: 43201454918 Data: 26/01/1988

Página: Número livro:

8000 0026

DECLARAÇÃO

Declaramos que estas informações financeiras, que consistem em BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E NOTAS EXPLICATIVAS são CÓPIA FIEL das demonstrações lavradas no LIVRO DIÁRIO nº 26, enviado através do SPED CONTÁBIL.

SÉRGIO WIZ SELBACH SÓCIO ADMINISTRADOR CPF: 172.470.040-53

FELIZ, 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

onatha U. Cya JONATHAN MATHEUS GRAHL Reg. No CRC - R5 sob n. 82503 Técnico em Contabilidade CPF: 002.422.600-98



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

RADIO VALE FELIZ LTDA, CNPJ 91825802000196, Endereço - RUA JOAO RUSCHEL, 149, SOBRE-LOJA, CENTRO, FELIZ/RS, CEP: 95770-000.

18 de Julho de 2018, às 10:49:59

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço http://www.tjrs.jus.br, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: 9f9cb0e3feb1082693b9e6e1756c1b1e

Receita Federal do Brasil Página 1 de 1





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 91.825.802/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS		ÃO DATA DE ABERTUR 26/01/1988	A
NOME EMPRESARIAL RADIO VALE FELIZ LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOM ********	ME DE FANTASIA)			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDA Não informada	DES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZ 206-2 - Sociedade Empresár				
R JOAO RUSCHEL		NÚMERO 149 COMPLEMEN SOBRE-L		
	RO/DISTRITO NTRO	MUNICÍPIO FELIZ		UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (I	EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CA 05/06/2004	DASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *******			DATA DA SITUAÇÃO ES	PECIAL
Aprovado pela Instrução N	ormativa RFB nº 1.634, de 0	6 de maio de 2016.		
Emitido no dia 15/07/2018	às 07:21:37 (data e hora de	Brasília).		Página: 1/1
Consulta QSA	/ Capital Social		Voltar	
<			Drane	rar Dánina



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91.825.802/0001-96

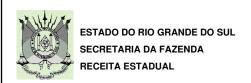
Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:51:36 do dia 11/04/2018 <hora e data de Brasília>. Válida até 08/10/2018.

Código de controle da certidão: **7402.4428.F455.E89D** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão de Situação Fiscal nº 0012248960

Identificação do titular da certidão:

Nome: RADIO VALE FELIZ LTDA

Endereço: RUA JOAO RUSCHEL, 149, SOBRE-LOJA

CENTRO, FELIZ - RS

CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certificamos que, aos 18 dias do mês de **JULHO** do ano de **2018**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

I	Descrição dos Debitos/Pendencias:
l	
I	
I	
I	
I	
I	
I	
I	
I	
I	
I	
I	
I	
I	

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar;

- a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de unisão estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 15/9/2018.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98,Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 0021778879

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em https://www.sefaz.rs.gov.br .



PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ

Estado do Rio Grande do Sul Secretaria Municipal da Fazenda CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS (GERAL)

CERTIDÃO ANO/NÚMERO: 2018/ 2592

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME....: RADIO VALE FELIZ LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 91.825.802/0001-96 ENDEREÇO: RUA JOAO RUSCHEL-

NÚMERO.: 149 CIDADE.: FELIZ- RS CEP...: 95770000

DADOS DO REQUERENTE

NOME DO REQUERENE: Emissão de certidão pelo atendimento ao cidadão

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e inscrição em Dívida Ativa Municipal.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no Endereço www.feliz.rs.gov.br (Portal se Serviços). Certidão emitida com base no Código Tributário Municipal.

CERTIDÃO EMITIDA EM: 18 de Julho de 2018.

VALIDADE: 17 de Agosto de 2018.

Codigo Autenticidade: 867113325867113





Carlos Augusto Damin
Sistemas
Interativos

BOLETO »» Nada Consta

menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO VALE FELIZ LTDA CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:18:33 do dia 15/07/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/08/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 91825802/0001-96 Razão Social: RADIO VALE FELIZ LTDA

RUA JOAO RUSCHEL 149 SOBRELOJA / CENTRO / FELIZ / RS / 95770-Endereço:

000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/07/2018 a 05/08/2018

Certificação Número: 2018070707411813664919

Informação obtida em 18/07/2018, às 10:39:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO VALE FELIZ LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certidão nº: 150327668/2018

Expedição: 17/05/2018, às 10:29:09

Validade: 12/11/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO VALE FELIZ LTDA**(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n°

91.825.802/0001-96, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Laudo de Vistoria Técnica

Renovação de Outorga

Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada

1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: Rádio Vale Feliz Ltda.	
1.2- Indicativo de chamada: ZYD 704	Horário de funcionamento: 00:00 – 24:00
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: Morro das Batatas	
Cidade: Feliz UF:	RS
CEP: 95.770-000 Telefone	: (51) 3637 1200
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 29° S 25' 17,7"	
Longitude: 51° W 18' 57,2"	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	
2.3.2 – Modelo: FM5000	
2.3.3- Homologação/Certificação: 00596-03-00518	
2.3.4- Potência de operação(kW): 5,000 Potência medida(kW): 5,000	
23.5- Freqüência(PBFM)[MHz]: 96,3 MHz Freqüência medida:	96.301.370 Hz
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (±2000 Hz):	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de	
RF:	(X) Operante () Com defeito ()
	Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final	(V) Operante () Com defeite ()
de RF:	(X) Operante () Com defeito ()
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	Inoperante
2.3.10- Medidoi de potencia refativa de saida incidente e referida.	(X) Operante () Com defeito ()
	Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do	
transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado,	(X) Sim () Não
quando existir:	
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da	
frequência de operação:	(X) Sim () Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer	
controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da	(X) Sim () Não
potência de operação autorizada:	

2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para	
descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(X) Sim () Não
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores	(X) Sim () Não
que 350 Volts	
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a	(X) Sim () Não
terra:	
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350	(X) Sim () Não
Volts:	
2.3.18- Fonte de tensão com proteção contra sobrecarga:	(X) Sim () Não
2.4- Transmissor Auxiliar	
2.4.1- Fabricante:	
2.4.2 – Modelo:	
2.4.3- Homologação/Certificação:	
2.4.4- Potência de operação(kW): Potência medida(kW):	
24.5- Freqüência(PBFM)[MHz]: Freqüência medida:	
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (±2000 Hz):	
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	() Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final	() Operante () Com defeito () Inoperante
de RF:	
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final	() Operante () Com defeito () Inoperante
de RF:	
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	() Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do	
transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado,	() Sim () Não
quando existir:	
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da	
frequência de operação:	() Sim () Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer	
controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da	() Sim () Não
potência de operação autorizada:	
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para	
descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	() Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores	() Sim () Não
que 350 Volts	
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a	() Sim () Não
terra:	
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350	() Sim () Não
Volts:	
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	() Sim () Não

2.5- Sistema Irradiante Principal		
2.5.1- Antena:		
2.5.1.1- Fabricante: Mapra Indústria e Comércio de Antenas Ltd	a.	
2.5.1.2- Modelo: FMB-3		
2.5.1.3- Quantidade de Elementos: 03 (três)		
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo):	56 metros	
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV):	000°	
2.5.2- Linha de Transmissão Principal		
2.5.2.1- Fabricante: Radio Frequency Systems		
2.5.2.2- Modelo: LCF 158		
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da		
Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim	() Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar		
2.6.1- Antena		
2.6.1.1- Fabricante:		
2.6.1.2- Modelo:		
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:		
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo):		
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):		
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar		
2.6.2.1- Fabricante:		
2.6.2.2- Modelo:		
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da		
Linha de Transmissão ligado à terra):	() Sim	() Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:		
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e		
A1)	(X) Sim	() Não
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante () Com defe	eito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(X) Operante () Com defe	eito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe	() Sim	(V) Na
Especial).	() Sim	(X) Não
Especial).		

FVT-RO- FM

4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência		
4.1- Transmissor Principal	Atenuação m	edida(dB):
2° Harmônico	> 86	dB
3° Harmônico	> 86	dB
Espúrios	Impercer	otíveis
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação m	edida(dB):
	Impercep	otíveis
4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim	(X) Não
5- Outras Constatações:		
	(X) Sim	() Na
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente	(X) Sim	() Não
a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos		
e eletromagnéticos:	<u> </u>	
6.Estúdios		
6.1- Estúdio Principal		
6.1.1- Endereço: Rua João Ruschel nº 149 - Centro - Feliz - RS		
6.2- Estúdio Auxiliar		
6.2.1- Endereço:		
7. Informações Adicionais		
8- Instrumentos Utilizados na Vistoria:		
Frequencímetro de fabricação Minipa, modelo MF-7150i, nº de	série FD715100263,	
Analisador de Espectro de fabricação Tektronix, modelo RSA3	06, nº de série B01285	3.
Analisador de Espectro de fabricação Deva Broadcast, modelo	Band Scanner 2, n° de	série BS2H703D.

9- Responsável pela vistoria técnica:

Nome: Carlos Augusto Damin

Formação: Engenheiro Eletricista, Modalidade Eletrônica

CREA: 57.454, 8ª Região

Local: Feliz/RS
Data: 03 e 04/07/2018

Assinatura: Carlos Augusto Darrin

Representante legal da Entidade

Nome: Sérgio Luiz Selbach

Assinatura:



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977



ART Número 9722050

E-mail: carlosdamin@terra.com.br

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Convênio: NÃO É CONVÊNIO

Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS057454 Profissional: CARLOS AUGUSTO DAMIN

RNP: 2201223661 Título: Engenheiro Eletricista

Empresa: NENHUMA EMPRESA Nr.Reg.:

Contratante

Nome: RÁDIO VALE FELIZ LTDA E-mail: sergio@radiovalefeliz.com.br

 Endereço: RUA JOÃO RUSCHEL 149
 Telefone:
 51 3637 1711
 CPF/CNPJ: 91825802000196

 Cidade: FELIZ
 Bairro.: CENTRO
 CEP: 95770000
 UF: RS

Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL

Identificação da Obra/Serviço

Tipo:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Proprietário: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

Endereço da Obra/Serviço: MORRO DAS BATATAS
Cidade: FELIZ
Bairro: CEP: 95770000 UF:RS

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES
VIr Contrato(RS): 3.000,00

Data Início: 04/07/2018 Prev.Fim: 04/08/2018

VIr Contrato(RS): 3.000,00

Ent.Classe: SEAAQ

Atividade TécnicaDescrição da Obra/ServiçoQuantidadeUnid.Laudo TécnicoLAUDO DE VISTORIA PARA FINS DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA5,00KWLaudo TécnicoLAUDO DE VISTORIA PARA FINS DE LICENCIAMENTO5,00KW

ART registrada (paga) no CREA-RS em 16/07/2018

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Feliz/RS, 04 de Julho de 2018

Local e Data

Carlos Augusto Damin

Profissional

7 ...

De acordo,

RÁDIO VALE FELIZETDA

Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA



BOM DIA Débora Neves Seabra de Almeida

> Sistemas Interativos



BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet teia

menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS **ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

RADIO VALE FELIZ LTDA Nome: CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:16:58 do dia 30/07/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/08/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas
Interativos

🙆 Menu Principal 🔻

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | internet teia | menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RS Município: Feliz

EntidadeMunicípioData OutorgaValidadeRADIO VALE FELIZ LTDAFeliz08/08/200808/08/2018

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida Data: 30/07/2018 Hora: 11:17:06

Registro 1 até 1 de 1 registros Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas

Interativos

🛳 Menu Principal 🔻

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet teia | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 91.825.802/0001-96

	RADIO VALE FELIZ LTDA												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO		
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607.230- 53	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- <u>96</u>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz		
SERGIO LUIZ	172.470.040-	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		RS	Feliz		
SELBACH	<u>53</u>	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz		

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida Data: 30/07/2018 Hora: 11:16:34



BOM DIA Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas Interativos

Menu Principal *

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário internet teia menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 502.607.230-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607.230- <u>53</u>	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida Data: 30/07/2018 Hora: 11:19:38



Débora Neves Seabra de Almeida Sistemas Interativos

🔷 Menu Principal 🔻

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet teia | menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 172.470.040-53

	• • • • •	7 21 17 010 10 35									
NOME	СПРЈ/СРБ	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SERGIO LUIZ	172.470.040-	· -	91.825.802/0001- 96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM	-	RS	Feliz
SELBACH	<u>53</u>	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida Data: 30/07/2018 Hora: 11:20:33

menu ajuda



Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas
Interativos

SRD internet teia

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: RS Distrito:
Município: Feliz Sub Distrito:
Freqüência: 96,3 MHz Local Especifico:

Classe: A1 Fase: 3 - Licenciada

Canal: 242

Dados da Entidade

Entidade:RADIO VALE FELIZ LTDAFistel:03030154971Nome Fantasia:CNPJ:91.825.802/0001-96Nº Estação:9629122Situação:Entidade não possui débitos

Primeiro Último 01/01/1997 Licenciamento: Licenciamento:

- **±** Dados do Plano Básico
- **∃** Dados da Outorga
- Documentos Emitidos

Atualização de Documentos



- Dados do Licenciamento

	t .
Tela Inicial	Imprimir

100 NO D.O. DE 08/ 3 /1988



Portario nº 202, je 05 de agosto de 1988.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o aitigo 1º do Decreto nº 70.568, d- 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifundo, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1903, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.008893/87. (Edital nº 235/87), resolve:

explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com os preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.06, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS MAGALHAES



Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, II da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias, à pessoa jurídica INSPECENTER -INSPEÇÕES TÉCNICAS LTDA, CNPJ nº 05.133.858/0001-48, situada no Rio de Janeiro - RJ, na Rua Newton Prado, 46 - Rua Carneiro de Campos, 34 - São Cristóvão, CEP 20.920-410, atuando como Instituição Técnica Licenciada - ITL por força de liminar concedida por meio do Mandado de Segurança nº 1006255-49.2015.4.01.3400 em trâmite na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em razão das irregularidades previstas no item 05 e 2ª ocorrência no item 19 do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07, constatadas em fiscalização realizada no dia 29/10/2014, constantes do Processo nº 80000.040671/2014-56.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ALBERTO ANGERAMI

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.669, DE 6 DE JANEIRO 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II. do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 53000.072343/2013-65, resolve,

Art. 1° Renovar, de acordo com o art. 33, § 3°, da Lei n 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de abril de 2014, a concessão outorgada à RÁDIO SÃO ROQUE LITDA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Faxinal do Soturno, estado do Rio Grande do Sul, serviço esse outorgado meio do Decreto nº 74.048, de 13 de maio de 1974, publicado no Diário Oficial da União de 13 de maio de 1974.

Diário Oficial da União - Secão 1

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

blicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACÕES

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 21 de dezembro de 2015

Nº 11.096 - O Presidente da Anatel, homologa a avaliação especial de desempenho dos servidores Francilene Maciel de Sousa, Yohana Cavalcante Pereira, Paulo Cesar dos Santos, Murilo Pereira de Freitas Quaresma e Vanessa Macedo dos Anjos, nos termos do §1º do art. 20 da Lei nº 8.112/90, para os efeitos que estabelece o parágrafo 4.º do artigo 41 da Constituição - Processo n.º 53500.009359/2015-62;

JOÃO BATISTA DE REZENDE

PORTARIA Nº 6.773, DE 6 DE JANEIRO 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 94, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodífusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006961/2013-17, resol-

ve:
Art. 1º Autorizar a RÁDIO VALE FELIZ LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado de Rio Grande do Sul, a realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da minuta da 4º alteração contratual, datada em 26 de julho de 2012, da qual resultará, respectivamente, nos seguintes quadros societário e diretivo:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Sérgio Luiz Selbach	380.000	380.000,00
Sérgio Luiz Graebin	20.000	20.000,00
TOTAL	4000.00	400.000,00
		•
NOME	CARGO	
Sérgio Luiz Selbach	Administra	ador

Sérgio Luiz Selbach Administrador

Art. 2º A alteração autorizada no art. 1º deverá ser registrada no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Portaria. Parágrafo único. A comprovação do registro a que se refere o caput deverá ser apresentada para aprovação deste Ministério no prazo de até sessenta dias, a contar da data do registro.

Art. 3º A efetivação da mudança do controle societário ora pretendido poderá vir a obstar eventual assinatura de contratos relativos a outras delegações.

Art. 4º O Congresso Nacional deverá ser comunicado acerca da aprovação dos atos de alteração societária a que se refere o art 3º, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição da República.

Art. 5º No caso de descumprimento de quaisquer dos prazos previstos nos artigos anteriores, a presente autorização perderá automaticamente sua eficácia.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO UNIDADE OPERACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DA GERENTE

Aplica às entidades abaixo relacionadas às sanções, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei nº 9.472/97, por infrações aos dispositivos normativos indicados:

L	Nº do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Sanção	Enquadramento Legal	Despacho
4	3536.000568/2014		Matriz de Camaragibe	02.869.269/0001-34	Multa	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998 e Art. 18 da	5.088, de 29/06/2015
		DE BARRÔS LINS	_			Resolução nº 303/2002.	
- 5	3539.001090/2014	RADIO PANATI LTDA	Patos - PB	09.172.917/0001-48	Multa	Art. 53, do anexo á Resolução nº 73/98, art. 17 da Re-	10.413, de 23.11.2015
						solução nº 259/2001 c/c art. 163 da LGT.	
5	3500.024361/2014	EWELSON CARLINHOS FERREIRA BRAGANÇA	Brasilândia de Minas	07.337.701/0001-60	Multa	Art. 10 da Resolução nº 614/2013 c/c Art. 53 da Re-	10.041, de 10/11/2015
L		· ·				solução nº 73/1998 c/c art. 131 da LGT.	·

Aplica às entidades abaixo relacionadas às sanções, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei nº 9.472/97, por infrações aos dispositivos normativos indicados:

Nº do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Sanção	Enquadramento Legal	Despacho
53500.014806/2015	SISTEMA CENTRO OESTE DE COMUNICAÇÃO E RA-	Santo Antônio do Descoberto -	03.890.565/0001-80	MULTA	Art. 17 da Resolução nº 259/2001 e Art. 163 da Lei nº	
53500.014653/2015	DIODIFUSAO LTDA SISTEMA CENTRO OESTE DE COMUNICAÇÃO E RA-	Conto Antânio do Doscobosto	02 900 565/0001 90	MULTA	9.472/1997. Itens 5.4.1 e 6.1.1 da Resolução nº 116; Art. 5º da Re-	zembro de 2015.
33300.014033/2013	DIODIFUSÃO LTDA	GO Altolilo do Descoberto -	03.690.303/0001-60	MULIA	solução nº 571/2011; e Art. 18 da Resolução nº	
					303/2002.	
53539001227/2014	MATEUS MEDEIROS CAVALCANTI LIMEIRA	Patos - PB	090.659.934-28		Art. 162 §2° e art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 da	
					Resolução nº 259/2001.	zembro de 2015.

MARIA APARECIDA MUNIZ FIDELIS DA SILVA

DESPACHO DO GERENTE

Nº 5 - Ref.: Processo n.º 53500.016753/2015
O GERENTE DA UNIDADE OPERACIONAL DA ANATEL NO DISTRITO FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe, instaurado em desfavor de IACIARA NET TELECOM E INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJMF n.º: 08.865.465/0001-17, executante do Serviço de Comunicação Multimídia, no município de Iaciara, no Estado de Goiás, que tem por objeto a apuração de vos não autorizado de radiofrequências na operação do Serviço de Comunicação Multimídia, decide aplicar a sanção de MULTA no valor de R\$ 5.398.95 (cinco mil tezentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos), pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 9/2015/SEI/UO001/SFI.

ANTÔNIO ALEX PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 50.025, DE 7 DE JANEIRO DE 2016

Processo nº 53500.205448/15. Assoc. Comunit. Desenv. Cult. Artist . Corumbataí do Sul - RADCOM - Corumbataí do Sul/PR · Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES perintendente de Outorga e Recursos à Prestação

ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Nº 31 Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICI-PAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Vitória/ES, no período de 15/01/2016 a 18/01/2016. Nº 32 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA,

CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de eq pamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 30/12/2015 a 05/01/2016.

Nº 33 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 30/12/2015 a 05/01/2016.

Nº 34 Autorizar NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ Nº 66.970.229/0001-67 a realizar operação temporária de equi pamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 30/12/2015 a 05/01/2016.

Nº 35 Autorizar VERTIX EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE AUDIO LTDA, CNPJ Nº 32.304.206/0001-00 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 15/01/2016 a 15/02/2016

> VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES Superintendente

ATO Nº 50.025, DE 7 DE JANEIRO DE 2016

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), a seguir relacionada(s) à COLARES PROVEDOR E SERVIÇOS DE INTERNET LTDA, CNPJ nº 07.000.820/0001-22, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade.

> VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES Superintendente

ATO Nº 50.517, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

Declarar extinta, por renúncia, a partir de 05 de novembro de 2015, a autorização outorgada à NET6 PROVEDOR & INFORMÁ-TICA LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 08.649.411/0001-14, por intermédio do Ato n° 3.773, de 25 de junho de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 03/07/2008, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo

> VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016011200036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



BOM DIA JUDSON JOSE TELES CONFORTIN

> Sistemas Interativos

省 Menu Principal 🔻

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 91.825.802/0001-96

	RADIO VALE FELIZ LTDA										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607.230-53	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001-96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz
CERCIO LUIZ CELRACU	172 470 040 52	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		RS	Feliz
SERGIO LUIZ SELBACH	172.470.040-53	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001-96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: judson.mc - JUDSON JOSE TELES CONFORTIN Data: 23/05/2019 Hora: 10:27:11



BOM DIA JUDSON JOSE TELES CONFORTIN

> Sistemas Interativos

🔷 Menu Principal 🔻

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 502.607.230-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607.230-53	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001-96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: judson.mc - JUDSON JOSE TELES CONFORTIN Data: 23/05/2019 Hora: 10:36:52



BOM DIA JUDSON JOSE TELES CONFORTIN

> Sistemas Interativos

🔷 Menu Principal 🔻

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 172.470.040-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CERCIO LUIZ CEL RACIL	172 470 040 52	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		RS	Feliz
SERGIO LUIZ SELBACH	172.470.040-53	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001-96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: judson.mc - JUDSON JOSE TELES CONFORTIN Data: 23/05/2019 Hora: 10:37:02



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:27:20 do dia 23/05/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/06/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERÁD Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 01250.042861/2018-13				
Entidade: Rádio Vale Feliz Ltda. CNPJ: 91.825.802/0001-96				
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM Localidade: Feliz UF: RS				
Validade da Outorga: vincenda	Período: 08/08/2018			

1. REQUISITOS MÍNIMOS				
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).		
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; - a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	3202657 1/2		
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	ОК	3208962 3/5		

	2. RELATIVOS À ENTIDADE					
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	3202657 4/33			
RÍDICA	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	ОК	3400888 2-4			
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	3202657 35/42			
EIRA	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	3202657			

	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3202657 44
REGULARIDADE FISCAL	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	3202657 F-45 E-46 M-47
RIDADI	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3202657 48
E FISCA	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	3202657 49
F	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	3202657 50
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	3202657 51/56 3400888 5-9

CONCLUSÃO

A documentação apresentada $\underline{\text{est\'a em conformidade}}\ \text{com o disposto na legislação}.$

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Heitor dos Santos Costa Pereira CARGO: Analista Técnico-Administrativo	23/05/2019

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 01250.042861/2018-13

Interessado: Radio Vale Feliz Ltda

- 1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado às páginas 5 a 9 (evento SEI nº 3400888), pela RÁDIO VALE FELIZ LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada ,no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul, com vistas à renovação da referida outorga, encaminho os autos ao Serviço de Alteração de Características Técnicas SEACT/em, para que verifique se a estação encontra-se em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, conforme o Decreto 52.795/1963, art. 113, inciso X.
- 2. Após a adoção das medidas de estilo, solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão-CORAC informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,

Brasília, 24 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, **Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/08/2020, às 17:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **5813745** e o código CRC **C808D777**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 SEI-MC nº 5813745



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:06:28 do dia 25/08/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/09/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

1 of 2 8/25/2020, 10:14 AM



Sistemas Interativos

省 Menu Principal 🔻

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91825802000196

Presidente:

Endereço: Rua João Ruschel - Centro E-mail: valefeliz@radiovalefeliz.com.br

Capital Social: 400.000,00

Reserva de Capital:

Total: 400.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	VIr. Cotas
172.470.040-53	SERGIO LUIZ SELBACH	380.000	380.000,00
502.607.230-53	SERGIO LUIZ GRAFBIN	20.000	20.000.00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO

172.470.040-53 SERGIO LUIZ SELBACH ADMINISTRADOR

Página: [1] [Ir] [Reg] Registro 1 até 1 de 1 registros

Voltar Imprimir Exportar Excel

24277	~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~	
The second secon	the the case and the April 18 th the April 18 th the Common term of the April 18 th the Common term of the April 18 th the Common term of the April 18 th the	The state of the s
ENCIA MODULADA	OSONORA	
78 - 49 3 - 44 - 46 - 47 - 47 - 47 - 47 - 47 - 47	The section of the se	Monthly of the Control of the Contro
	91:825.802	0001-96
		ે કો ફિલ્ફેટ પ્રેશાન પ્રેક્ષ્ટ ક્યાર્ક્સ કોઇ હતું. ૧૯ સામાન વસ્તી છે છે. છે કરે છે છે ૧૯ કાર્યું કર્યા કરાવે છે છે છે જે
And the state of the second se	er germanische State der Germanische State der Sta Germanische State der State de	Contraction and Contraction of the Contraction of t
5 MUNICIPIO	THE COLD STREET COLD STREET ST	rkelisi i M olecovi kassoko ko yansi i u nkasoko ma
<u></u>	and the second of the second o	or proof of the state of the
0,819	"LIMITADO	发发的00%内操 22.50
	12 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	ning, syan a syahistra Kanggarana ingkata
Brigary Paris - James and Berneth Carlo	A STATE OF THE STA	en e
	A CONTRACTOR OF THE STATE OF TH	e come e excessos dan natacharas a bandares natacharas e come e
HINDER TO THE TOTAL THE TOTAL TO THE TOTAL THE TOTAL TO T	116 (18)	EOGRÁFICAS 2021 - Ly Meistre
FELIXIN	RS. 299.S. 510 W	25.64.64644644
	A MARKAN BERMARKAN BARA BARA BARA BARA BARA BARA BARA BA	ngeneralyong dan 12 tahunggan dan 12 tahunggan dan 12 tahunggan dan 12 tahunggan
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	CONTROL OF THE STATE OF THE STA	pa (1994) de productiva de 19 1913 de maior de 1940
STLEÃO	Company of the Company of Company of the Company of	n in der der Stein der Stein der Stein Die Stein der Steiner der Stein der Stein Die Stein der Stein der Stein der Stein der Stein der Stein der Stein
	And the second second	nething being the first of the contract of the
		er en klein gen fil Frysker Werder etwa <u>An er en skriver (CS)</u> An en figseger e Bekelke kreiser CF (C
THE STATE OF THE S		nago naniona palama di mina di Ale 1906: Prima di Saffie de di Alexanda 1906: Prima di Saffie di Alexanda di Alexanda
and the second of the second o		a i verili i esta i esta esta esta esta esta esta esta esta
Municipio		The state of the s
		and the service of th
top the first section of the section	Company of the control of the contro	CHARLES CONTROL OF THE PARTY OF
	28 POTENCIA INVI	COD: DENTEL
MPFM 1	000 1.0 *	1 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
REDUZIDA PARA	0 , 7. KW	Contraction of the contraction o
MODELO	POTENCIA INNI-	COD DENTEL
A STATE OF THE STA		11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
	A CONTRACTOR STATE STATE AND A STATE OF THE	The second secon
MODELD	G MAX (all of a lange of the factor	ml mile Hca (ml
3.00		
FMB-3	The second second	The state of the s
	A Company	Specialization of the Special Control of the
A STATE OF THE STA	SINATURA	And the second of the second o
	FELIZ O 819 LEAO LEAO MUNICIPIO FELIZ MUNICIPIO MEDIZIDA PARA REDUZIDA PARA	SO DE RADIODIFUSÃO SONORA ENCIA MODULADA CGC FORMATION FORM



Informações da Entidade

Dados da Entidade			
Nome da Entidade: RADIO VALE FELIZ LTDA			
Nome Fantasia:			
Telefone: (51) 6371711	E-mail: valefeliz@radiovalefeliz.com.br		
CNPJ: 91.825.802/0001-96 Número do Fistel: 03030154971			
Tipo Usuário: Adm Privada Tipo Taxa: Integral			
Data do contrato: 08/08/2008	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		
Carater: Primário Local específico:			
Rede: Val. RF: 08/08/2028			
Observações: SSR85/86,251/88;SNC363/92;SSC44/96,RESOLUCAO ANATEL 125/99			

Endereço Sede			
Logradouro: Rua João Ruschel		Complemento: - Sobreloja	
Bairro: Centro		Numero: 149	
Município: Feliz UF: RS			CEP: 95770000

Endereço Correspondência			
Logradouro: RUA JOAO RUSCHEL		Complemento: SOBRELOJA, CAIXA POSTAL 90	
Bairro: CENTRO		Numer	p: 149,
Município: Feliz UF: RS			CEP: 95770000

Endereço do Transmissor			
Logradouro: MORRO DO BATATA Complemento:			
Bairro:		Numero: .	
Município: Feliz	UF: RS		CEP: 95770000

Endereço do Estúdio Principal								
Logradouro: RUA JOAO RUSCHEL, 149		Complemento:						
Bairro:		Numer	o: .					
Município: Feliz	UF: RS		CEP: 95770000					

Endereço do Estúdio Auxiliar									
Logradouro:		Complemento:							
Bairro:		Numer):						
Município:	UF:		CEP:						

Informações do Plano Basico

Localização							
Município: Feliz	UF: RS						
Latitude: -29.42111 (29° 25' 16.0" S)	Longitude: -51.315 (51° 18' 54.0" W)						

	Parâmetros Técnicos										
Canal: 242	Frequência: 96.3 MHz	Classe: E3	ERP: 60kW								
Altura: 300 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2								

	Limitação por radial dBd												
0 º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0		
120º: 0	130º : 0	140º : 0	150 º: 0	160 º: 0	170 º: 0	180 º: 0	190 º: 0	200º : 0	210º : 0	220º: 0	230 º: 0		
240º: 0	250 º: 0	260º: 0	270 º: 0	280º: 0	290 º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 10	350º: 0		

Aug 25, 2020 1/3



9999

447

Informaçõe	es da Esta	ação											
						Informa	ações Gerais						
Número da E	stação: 962	29122					Número Ir	dicativo: ZYD7	04				
Data Último	Licenciame	nto: 01/01/1997	7				Número da Licença:						
						Estaç	ão Principal						
						Loc	calização						
Latitude: -29	.42111 (29°	25' 16.0" S)		Longi	tude: -51.	.315 (51°	18' 54.0" W)		Cota da base	: 493.00 m			
						Transmi	issor Principal						
Código Equi	pamento: 04	48388XXX0051	8				Modelo: F						
Fabricante: N	MTA Eletrôni	ica Industrial Ltd	da.				Potência o	le Operação: 5.	000 kW				
					Linh	ha de Tra	nsmissão Princ	cipal					
Modelo:			1				Fabricante	: FABRICANTE	INDEFINIDO				
Compriment	o da Linha:	m	Atenuação:	dB/100	m		Perdas Ac	essórias: 0.5 d	В	Impedância:	: ohms		
						Anter	na Principal						
Modelo:							Fabricante	: FABRICANTE	INDEFINIDO				
Ganho: dBd		Beam-Tilt: .	00 º	Orien	tação NV	': .00 º	Polarizaçã	io:	HCI: 56 m		ERP Máximo	o: 0 kW	
						Padrão o	de Antena dBd						
0º: 0	10º: 0.03	20º: 0.1	30º: 0.2	40 º: 0	0.3 50	i0 º: 0.41	60º: 0.54	70º: 0.68	80º: 0.81	90º: 0.92	100º: 0.98	110º: 1.02	
120º: 1.05	130º: 1.09	140º: 1.14	150º: 1.22	160º:	1.31 1	70º: 1.38	180º: 1.41	190º: 1.4	200º: 1.36	210º: 1.3	220º: 1.23	230º: 1.19	
240º: 1.16	250º: 1.13	260º: 1.09	270 º: 1.01	280º:	0.89	290º: 0.74	300º: 0.57	310º: 0.42	320º: 0.3	330º: 0.19	340º: 0.09	350º: 0.03	
						Estaç	ção Auxiliar						
						Transm	nissor Auxiliar						
Código Equi	pamento:						Modelo: E	quipamento não	encontrado				
Fabricante:							Potência de Operação: kW						
						Transmi	ssor Auxiliar 2						
Código Equi	pamento:						Modelo: E	quipamento não	encontrado				
Fabricante:							Potência o	le Operação: k\	N				
					Linl	ha de Tra	ansmissão Aux	iliar					
Modelo:							Fabricante) :					
Compriment	o da Linha:	m	Atenuação:	dB/100	lm		Perdas Ad	essórias: dB		Impedância:	: ohms		
						Ante	na Auxiliar						
Modelo:							Fabricante) :					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: 9		Orien	tação NV	1: ⁰	Polarizaçã	io:	HCI: m		ERP Máximo	o: 0 kW	
				Informações do doc		documento de	Outorga						
Núm Proce	sso Núr	m Documento	Tipo Docum	ento	Orgã	ão l	Data do docu	Data DOU		Razão do Do	С	Natureza	
9999	202		Portaria		MC	0	5/08/1988	08/08/1988	Outorga			Jurídico	
	'			Infor	rmações d	do docum	ento de Aprova	ıção de Locais	•				
Núm Proce	sso Núr	m Documento	Tipo Docum		Orgã		Data do docu	Data DOU		Razão do Do	С	Natureza	

Aug 25, 2020 2/3

18/11/1988

Histórico de Documentos Emitidos

15/02/1989

Aprovação de Local

Técnico

Dentel-RS

Portaria



Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	220692	Despacho	MC	22/06/1992		Advertência	Jurídico
9999	593	Portaria	MC	25/10/1995	01/11/1995	Multa	Jurídico
53790.001410/199 6	166	Portaria	DMC-RS	20/08/1997		Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	1234	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
9999	310701	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	463	Portaria	MC	12/09/2006	29/09/2006	Renovação	Jurídico
9999	302	Portaria	MC	01/08/2011	18/08/2011	Renovação	Jurídico
9999	260	Decreto Legislativo	CN	03/07/2014	04/07/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.058041/201 7-77	8875	Ato	ORLE	20/05/2017	12/06/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.049479/201 9-26	7341	Ato	ORLE	23/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

Aug 25, 2020 3/3

Boletim de Serviço Eletrônico em 08/01/2020 DOU de 08/01/2020, seção 1, página 11

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO № 7341, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 183, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 1.919, de 20 de setembro de 2019, que delega competência à Gerência de Outorga e Licenciamento de Estações para outorgar autorização para exploração de serviços de telecomunicações e de autorização de uso de radiofrequências, não decorrentes de procedimentos licitatórios, bem como decidir pela adaptação, prorrogação e extinção, exceto por caducidade,

CONSIDERANDO o disposto nos artigo 163 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 67, de 12 de novembro de 1998, que aprova o Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, e no Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO a atribuição de competências estabelecida na Portaria nº 448, de 4 de junho de 2013, do Conselho Diretor da Anatel;

CONSIDERANDO o constante dos autos Processo nº 53500.049479/2019-26,

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO VALE FELIZ LTDA, CNPJ 91.825.802/0001-96, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Feliz, do estado do Rio Grande do Sul, mediante a utilização da radiofrequência de 96.3 MHz, correspondente ao canal 242, até a data de 08/08/2028, sendo o uso da radiofrequência não exclusivo, em caráter precário e primário.

Art. 2º Fixar em R\$ 280,70 (duzentos e oitenta reais e setenta centavos), o preço público pelo direito de uso da radiofrequência autorizada no art. 1º, ficando condicionada a publicação do extrato da presente Autorização de Uso de Radiofrequência à efetivação do recolhimento do referido valor ou, quando parcelado, do valor da primeira parcela.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação deste Ato no DOU, para que a entidade apresente laudo de vistoria da estação, elaborado por profissional habilitado, para fins de licenciamento.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por Cristian Charles Marlow, Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações, Substituto(a), em 07/01/2020, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em http://www.anatel.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **4937791** e o código CRC **BF1E8175**.

Referência: Processo nº 53500.049479/2019-26

SEI nº 4937791

Boletim de Serviço Eletrônico em 11/08/2020 DOU de 11/08/2020, seção 1, página 9

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 4186, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 156, inciso VII, e 187, inciso XVI, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o resultado das Consultas Públicas nº 62/2020 e 34/2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.032383/2020-62;

RESOLVE:

- Art. 1º Alterar, na forma dos Anexos os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.
- Art. 2º As entidades cujos canais estão sendo alterados deverão apresentar requerimento de licenciamento com as novas características técnicas no prazo de 12 (doze) meses contado da data de publicação deste Ato.
- Art. 3º Na hipótese de alteração da frequência ou do canal, as entidades deverão apresentar requerimento de novo ato de autorização de uso de radiofrequência no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de publicação deste Ato.
- Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por Vinicius Oliveira Caram Guimarães, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação, em 10/08/2020, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em http://www.anatel.gov.br/autenticidade, informando o código verificador 5836977 e o código CRC 0959BBDA.

Legenda / situação: A (Atual); Situação: P (Proposta)

ANEXO I: ALTERAÇÃO DE CANAIS

Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD)

					Coord	lenadas		Limitação		йo	
Item	UF	Município	Situação	Canal	Latitude	Longitude	Classe	Azimut	e (º)	Redução (dB)	Observações
					Latitude	Longitude		Inicial	Final	iedução (ub)	
1	SP	Barra Bonita	Α	22	22°29'27" S	48°33'30" W	0,08	-	-	-	
	36	Darra Dunita	Р	22	22°30'50" S	48°33'51" W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 22S3050; 48W3351
,	SE	Estância	Α	35	11°16'6'' S	37°26'18" W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 11S1606 37W2618
) JE	ESTAILCIA	Р	22	11°14'46" S	37°24'55" W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 11S1446 37W2455
,	SP	Iguape	Α	27	24°41'55" S	47°33'48" W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 24S4155-47W3348
	35	iguape	Р	27	24°41'57" S	47°33'48'' W	0,01	-	-	-	Coordenadas de sítio 24S4157; 47W3348.
1	SE	Lagarto	Α	35	10°55'2'' S	37°39'0'' W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 10S5502 37W3900 Colocalizado com o canal 34D.
	J.	Lagarto	P	29	10°55'50" S	37°39'36" W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 10S5550; 37W3936.
-	PE	Afogados da	Α	30	7°45'22'' S	37°38'53" W	0,08	-	-	-	Coordenadas prefixadas:07S4522; 37W3853
	FL	Ingazeira	Р	30	7°45'0'' S	37°38'8'' W	0,02	-	-	-	Coordenadas de sítio: 07S4500; 37W3808;
6	MG	Belo Horizonte	Α	39	19°58'15" S	43°55'47'' W	8	-	-	-	Reúso do canal 39 de Mateus Leme/MG. Co-localizado com os canais 38 e 40.
	IVIG	Belo Horizonte	P	39	19°58'15" S	43°55'47'' W	80	-	-	-	Coordenadas de sítio: 1955815; 43W5517. Reúso do canal 39 de Mateus Leme/MG. Co-localizado com os canais 38 e 40;
-	MG	São Geraldo	Α	42	20°54'12" S	42°50'30" W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 20S541200 42W503000
′_	IVIG	3a0 Geraluo	P	42	20°55'43" S	42°50'8'' W	0,03	-	-	-	Coordenadas de sítio: 20S5543; 42W5008
8	CE	Barra dos Coqueiros	Α	46	10°54'18" S	37°1'59'' W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 10S5418 - 37W0159
L°	SE Barra dos Co	barra dos Coqueiros	Р	46	10°53'47" S	37°3'42" W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 10S5347-37W0342

9 BA	Brumado	Α	21	14°11'41" S	41°42'44" W	0,8	-	-	-	14S114100; 41W424400 - Coordenadas do Sítio. 14S1141;41W4244.
9 DA	Bruillauo	Р	21	14°11'41" S	41°42'44" W	3,296	-	-	-	Coordenadas do Sítio. 14S1141;41W4244. Em atendimento ao art.23 Portaria 925/2014.
10 CE	Fortaleza	Α	30	3°44'47" S	38°30'1" W	100	-	-	-	Coordenadas do Sítio: 03S4447;38W3001.
10 CE	FOITAIEZA	Р	30	3°44'47" S	38°30'1" W	20	-	-	-	Coordenadas do Sítio: 03S4447;38W3001.
11 ES	Colatina	Α	39	19°16'48" S	40°37'24" W	8	-	-	-	Coordenadas do Sítio. 19S1648;40W3724.
11 ES	Coldtilla	Р	39	19°16'48" S	40°37'24" W	43	-	-	-	Coordenadas do Sítio. 19S1648;40W3724. Em atendimento ao art.23 Portaria 925/2014.
12 ES	Guarapari	Α	32	20°35'33" S	40°31'51" W	8	-	-	-	20S353000; 40W315100 - Coordenadas do Sítio. 20S353330; 40W3151.
12 63	Guarapari	Р	32	20°35'33" S	40°31'51" W	80	-	-	-	20S353000; 40W315100 - Coordenadas do Sítio. 20S353330; 40W3151.
13 MG	Patos de Minas	Α	42	18°34'6'' S	46°28'48" W	0,8	-	-	-	18S340600; 46W284800 - Coordenadas do Sítio. 18S3406;46W2848.
15 IVIG	Patos de Ivillias	Р	42	18°34'8'' S	46°28'55" W	0,3	-	-	-	Coordenadas do Sítio. 18S3408;46W2855.
		۸	35	22°49'20" S	43°31'18" W	8				22S492000; 43W311800 - Coordenadas do Sítio. 22S4920;43W3118 - Co-localizado com o canal 34 - Reuso do canal do sítio
14 RJ	Rio de Janeiro	Α	33	22 49 20 3	43 31 16 W	0	_		_	22S5700;43W1347.
		Р	35		43°31'25" W	80	-	-	-	Coordenadas do Sítio. 22S4926;43W3125 - Reuso do canal do sítio 22S5700;43W1347.
15 RJ	São Fidélis	Α	44	21°39'18" S	41°45'36" W	0,08	-	-	-	21S391800; 41W453600 - Coordenadas do Sítio. 21s3918;41w4536.
13 1/3	3ao Flueiis	Р	44	21°38'20" S	41°44'41" W	0,005	-	-	-	Coordenadas de sítio: 21S3820; 41W4441;
		۸	25	30°4'49'' S	51°11'1" W	591				Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Colocalizado com o canal 26D. Potência ERP (kW): - 1 - Proteção: 100,000 - 2- Interferência:
16 RS	Porto Alegre	A	23	30 4 49 3	31 11 1 VV	331	_		_	Ver Tabela 1.ERP ajustada para HNMT de 150m em 02/6/2020 - 53500.022477/2020-23
10 113	TOTO Alegie	D	25	30°4'49'' S	51°11'1" W	430	_	_	_	Coordenadas de sítio: 30S0449 51W1101 Colocalizado com o canal 26D. ERP ajustada para HNMT de 150m em 02/6/2020 -
										53500.022477/2020-23 Solicitada a redução da ERP para 430 kW a 150m pelo processo 53500.020432/2020-14.
17 RS	Capão da Canoa	Α	29	29°46'2" S	50°1'17'' W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 29S460200 50W011700
17 113	capao da carioa	Р	29	29°45'36" S	50°0'55" W	0,021	-	-	-	Coordenadas de sítio: 29S4536 50W0055
18 AL	Maceió	Α	40	9°39'34'' S	35°43'50" W	8	-	-	-	09S393400; 35W435000 - Coordenadas do Sítio. Coordenadas de sítio: 09S3934 35W4350. Colocalizado com o canal 39D.
10 AL	iviaceio	Р	40	9°39'34" S	35°43'50" W	2,5	-	-	-	Coordenadas de sítio: 09S3934 35W4350. Colocalizado com o canal 39D.
19 MA	lana a satuia	Α	36	5°31'10" S	47°29'12" W	8	-	-	-	05S311000; 47W291200 - Coordenadas do Sítio. 05S3110;47W2912.
19 IVIA	Imperatriz	Р	36	5°29'49'' S	47°26'56" W	8	-	-	-	Coordenadas do Sítio. 05S2949;47W2656.
20 PB	Campina Grande	Α	35	7°11'59'' S	35°53'16" W	0,8	-	-	-	07S1159 35W5316
20 PB	Campina Grande	Р	35	7°11'59'' S	35°53'16" W	8	-	-	-	Coordenadas de sítio: 07S1159 35W5316.
21 00	Porto Velho	Α	35	8°45'43'' S	63°54'14" W	0,8	-	-	-	08S454300; 63W541400 - Coordenadas do Sítio. 08S4543;63W5414 - Co-localizado com o canal 36D.
21 RO	Porto veino	Р	35	8°45'43'' S	63°54'14" W	0,21	-	-	-	Coordenadas do Sítio. 08S4543;63W5414 - Co-localizado com o canal 36D.

Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF (PBRTV)

						lenadas				tação	
Item	UF	Município	Situação	Canal	Latitude	Longitude	Classe	Azimut		Redução (dB)	Observações
				-	084014411.6	700241271114	1	Inicial	Final		
22	AC	Feijó	A	5	8°10'14'' S	70°21'27" W	1	-	-	-	
		-	P	5	8°10'14'' S	70°21'27" W	0,048	-	-	-	0
23	AM	Autazes	Α	7+	3°34'24" S	59°7'27'' W	1	-	-	-	Coordenada pré-fixada 03S3424;59W0726
			P	7+	3°34'24" S	59°7'27'' W	0,072	-	-	-	Coordenada pré-fixada 03S3424;59W0727;
24	AM	Itacoatiara	A	11	3°8'11" S	58°26'56" W	2	-	-	-	
			Р	11	3°8'11" S	58°26'56" W	0,063	-	-	-	
25	AM	Silves	Α	12+	2°44'49'' S	58°13'4'' W	3,16	210	-	20	
	7	JVes	P	12+	2°44'49'' S	58°13'4" W	3,16	-	-	-	
26	AP	Ferreira Gomes	Α	7	0°53'19" N	51°15'13" W	0,025	-	-	-	
20	Α'	Terreira dornes	P	7	0°53'19" N	51°15'13" W	0,009	-	-	-	
27	MG	Cataguases	Α	50	21°17'46" S	42°41'48" W	0,1	-	-	-	Coordenada pré-fixada: 21S1746; 42W4148.
21	IVIG		P	51	21°23'4" S	42°41'48" W	0,1	-	-	-	Coordenada pré-fixada: 21S2303.92; 42W4148.00.
20	RO	Animuman	А	7+	9°55'22" S	63°2'16" W	1	-	-	-	
28	RO	Ariquemes	Р	7+	9°55'22'' S	63°2'16" W	0,359	-	-	-	
20			А	2	8°48'53'' S	69°15'44" W	0,1	-	-	-	
29	AC	Manoel Urbano	Р	2	8°50'18'' S	69°15'44" W	0,012	-	-	-	
		0.1.7	Α	6	3°50'24" S	62°3'37" W	1	-	-	-	
30	AM	Codajás	Р	6	3°50'24" S	62°3'37" W	0,025	-	-	-	
			A	10	2°31'39" S	66°5'34" W	3,16	-	-	-	
31	AM	Fonte Boa	Р	10	2°31'39" S	66°5'34" W	0,058	-	-	-	
			А	8	7°31'52'' S	72°34'59" W	3,16	-	-	-	Coordenada pré-fixada 07S3152;72W3459
32	AM	Guajará	Р	8	7°31'52'' S	72°34'59" W	0,006	-	-	-	Coordenada pré-fixada 07S3152;72W3459
		. ,	A	9	1°52'49'' S	66°59'56" W	3,16	-	-	-	Coordenada pré-fixada 01S5249;66W5956
33	AM	Japurá	Р	9	1°52'49'' S	66°59'56" W	0.015	-	-	-	Coordenada pré-fixada 01S5249;66W5956
			A	13	3°28'27'' S	66°3'43" W	3,16	-	-	-	Coordenada pré-fixada 03S2827;66W0342
34	AM	Juruá	Р	13	3°28'27" S	66°3'43'' W	0,024	-	-	-	Coordenada pré-fixada 03S2827;66W0343;

25	AM	Lábrea	Α	7	7°15'59'' S	64°47'45" W	3,16	-	-	-	
33	Alvi	Labrea	Р	7	7°15'59'' S	64°47'45" W	0,012	-	-	-	
20	AM	Marrida	Α	4	3°23'17" S	57°42'54" W	1	-	-	-	Coordenadas pré-fixadas: 03S231710;57W425390.
36	AIVI	Maués	Р	4	3°23'17" S	57°42'54" W	0,032	-	-	-	Coordenadas pré-fixadas: 03S231710;57W425390.
27	AM	Nova Olinda do Norte	Α	12	3°45'0" S	59°1'60'' W	3,16	-	-	-	
37	AIVI	Nova Officia do Norte	Р	12	3°45'0" S	59°1'60'' W	0,086	-	-	-	
38	AM	Dunaidanta Figurainada	Α	11-	2°2'52" S	60°1'6" W	0,016	-	-	-	Coordenadas pré-fixadas: 02S0252;60W0106
38	AIVI	Presidente Figueiredo	Р	11-	2°2'52" S	60°1'6" W	0,032	-	-	-	Coordenadas pré-fixadas: 02S0252;60W0106

Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (PBFM)

	_				_		Basico	de Distri			adiodifusão Sonora em Frequência Modulada (PBFM)
					Coord	lenadas				tação	
Item	UF	Município	Situação	Canal	Latitude	Longitude	Classe	Azimu		Redução (dB)	Observações
						_		Inicial	Final	*	
39	SP	São Carlos	Α	216	22°0'42" S	47°53'22" W	B1	105	150	10	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pré fixadas 22S0042; 47W5322.
	٥,	540 Carros	P	216	22°0'42" S	47°53'22" W	B1	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pré fixadas 2250042; 47W5322.
40	sc	Concórdia	Α	229	27°13'25" S	52°0'43" W	A1	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pré-fixadas 2751325; 52W0043.
	50	Concordia	P	229	27°12'23'' S	52°2'10" W	A1	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pré-fixadas 2751223; 52W0210.
l								0	20	3	
			Α	235	28°24'43'' S	54°57'21" W	A2	310	320	3	Coordenadas pré-fixadas: 2852455; 54W5558. (ZC). Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
41	RS	São Luiz Gonzaga						350	-	3	
41	11.5	Jao Luiz Gonzaga	Jonizaga				0	20	3		
			P	235	28°24'53'' S	54°58'56" W	A2	310	320	3	Coordenadas pré-fixadas: 28S2453; 54W5856. (ZC). Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
								350	-	3	
42	PE	Olinda	Α	287	7°59'52" S	34°51'52" W	A4	-	-	-	Coordenadas Pré-fixadas: 07S5952;34W5152. Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
42	PE	Ollilua	Р	287	7°59'43" S	34°51'34" W	A4	-	-	-	Coordenadas Pré-fixadas: 07S5943;34W5134. Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
43	AC	Fall4	Α	208	8°10'15" S	70°21'27" W	С	-	-	-	
43	AC	Feijó	Р	208	8°10'15" S	70°21'27" W	B1	-	-	-	
	1	Dia Danasa	Α	300	9°58'13" S	67°48'34" W	A4	-	-	-	
44	AC	Rio Branco	Р	300	9°58'13" S	67°48'34" W	A2	-	-	-	
	Ī.,	D (1)	Α	233	15°50'4" S	48°3'2" W	A1	-	-	-	Coordenada pré-fixada 15S5004;48W0302.
45	DF	Brasília	Р	233	15°49'36'' S	48°5'59" W	A1	-	-	-	Coordenada pré-fixada 15S4936;48W0559.
			Α	214	16°34'35" S	49°9'35" W	А3	150	170	6,99	Coordenadas pré-fixadas: 16S3435;49W0935.
46	GO	Goianápolis	Р	214	16°34'35" S	49°9'35" W	A1	150	170	6,99	Coordenadas pré-fixadas: 16S3435;49W0935.
	<u> </u>		Α	218	19°30'48'' S	49°30'39" W	С	-	-	-	
47	MG	Campina Verde	Р	295	19°30'49'' S	49°30'40" W	B1	-	-	-	
			А	247	18°58'8" S	49°27'54" W	A2	-	-	-	
48	MG	Ituiutaba	P	247	18°58'33" S	49°30'22" W	A2	-	-	_	
			Α	291	1°11'59" S	47°23'52" W	A4	-	-	-	
49	PA	Nova Timboteua	P	297	1°11'59" S	47°23'52" W	А3	-	-	-	
			А	248	8°18'12" S	42°12'51" W	B1	-	-	-	
50	PI	São João do Piauí	P	248	8°22'11" S	42°14'52" W	B1	-	-	_	
			A	259	24°14'38'' S	49°42'24" W	A4	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
51	PR	Jaguariaíva	P	259	24°14'42'' S	49°43'59" W	A4	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.
			A	206	23°34'15'' S	46°38'34" W	E3	0	-	1	Coordenada pré-fixada 23S3421;46W3834
52	SP	Osasco	P	206	23°34'15" S	46°38'39" W	E3	-	-	-	Coordenada pré-fixada 253421;46W3839
	†		A	279	22°55'30" S	45°27'46" W	C	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pré-fixadas: 22S5530;45W2746.
53	SP	Pindamonhangaba	P	288	22°55'30" S	45°27'46" W	B1	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pre-fixadas: 2255330;45W2746.
	\vdash		A	284	12°57'43" S	38°28'16" W	A3		-	-	Same planejado em decidamento do Secreto 0.125/2013. Confectidado pre fixados. 225550,45W2/40.
54	BA	Salvador	P	284	12°59'50" S	38°30'2" W	A3		-	-	
	\vdash		A	265	19°58'0" S	43°54'0'' W	E3		-	_	
55	MG	Belo Horizonte	P	265	19°58'15" S	43°55'47'' W	E3			-	
			A	237	29°22'14" S	50°52'19" W	A1			-	Coordenada pré-fixada 29S2213;50W5218. (ZC)
56	RS	Gramado	P	237	29°22'14" S	50°52'19" W	E3		-	-	Coordenada pré-fixada 29S2214;50W5219. (ZC) Em atendimento à Portaria nº 6.707, de 28/12/2018, DOU de 31/12/2018;
	+		A	297	28°24'37" S	51°50'22" W	A4	 			(ZC)
57	RS	David Canabarro	P	297	28°24'37" S	51°50'22" W	A3	-	-	-	(ZC). Em atendimento à Portaria nº 6.707, de 28/12/2018, DOU de 31/12/2018.
	-		A	242	29°25'16" S	51°18'54" W	A1	340	_	10	Coordenada pré-fixada 29S2516;51W1854 (ZC)
58	RS	Feliz	P	242		51°18'57,1" W	E3	340	-	10	Coordenada pré-fixada 29S2516;51W1854 (ZC) Em atendimento à Portaria nº 6.707, de 28/12/2018, DOU de 31/12/2018.
_	-		A	244	12°51'10" S	39°29'33" W	B1	-	-	-	(LC) LIII dicitumiento a Fortana in 0.707, de 20/12/2016, DOU de 31/12/2016.
59	BA	Castro Alves	P P				A3	-	-	-	
	1		1	234	12°51'10'' S	39°28'34" W	A3	-	-	-	

Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média (PBOM)

Item	UF	Município	Situação	Frequência	Coord	lenadas	Classe	Potê	ncia (kW)	11/22	Fa (ma) (/ma)	Diretivo				
item	UF		Situação	Frequencia	Latitude	Longitude	Classe	Dia	Noite	H (m)	Ec (mV/m)	k	psi (°)	s (°)	az (°)	h (m)
60	MG	Itabira	A	770	19°36'2" S	43°24'4" W	С	1	0,25	98	285	-	-	-	-	-
60	IVIG	Itabira	Р	770	19°37'26" S	43°13'2" W	С	1	0,25	98	285	-	-	-	-	-
61	PR	Curitiba	Α	670	25°29'33" S	49°9'12'' W	В	10	2	92	302	-	-	-	-	-
91			Р	670	25°29'38" S	49°6'39'' W	В	10	2	92	302	-	-	-	-	-
62	SP	Mogi das Cruzes	A	1520	23°30'55" S	46°12'8'' W	В	10	0,5	67	295	-	-	-	-	-
62	35	Mogradas Cruzes	Р	1520	23°30'45" S	46°11'51" W	В	10	0,5	67	295	-	-	-	-	-
63	SP	Pirajuí	Α	1260	22°0'18'' S	49°25'42" W	С	1	0,25	70	317	-	-	-	-	-
63	35		Р	1260	22°0'28'' S	49°25'47" W	С	1	0,25	70	317	-	-	-	-	-

ANEXO II: INCLUSÃO E EXCUSÃO DE CANAIS

Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD)

					Coord	lenadas			Limi	tação						
Item	UF	Município	Situação	Canal	Latitude	Longitude	Classe	Azimu	e (º)	Redução (dB)	Observações					
					Latitude	Longitude		Inicial	Final	nedução (db)						
64	PE	Recife	P	13	8°3'14" S	34°52'52" W	0,016	-	-	- Coordenadas de Sítio: 08S0314; 34W5252.						
65	PA	Belém	P	26	1°6'27" S	48°25'4'' W	0,09	-	-	-	Coordenadas de sítio: 01S0627; 48W2504. Canal incluído por Reúso do canal 26D de Belém/PA no Distrito de Mosqueiro.					
66	RJ	Rio de Janeiro	Р	38	22°56'59" S	43°13'45" W	80	-	-	-	Coordenadas de Sítio: 22S5659; 43W1345.					
67	MG	Sabará	Р	12	19°53'48" S	43°48'26" W	0,016	-	-	-	Coordenadas de sítio: 19S5348; 43W4826					
68	MT	Barra do Garças	Р	51	15°52'19" S	52°15'35" W	0,08	-	-	-	Coordenadas de sítio: 15S5219; 52W1535.					
69	RJ	Volta Redonda	EXC	46	22°29'16" S	44°6'3" W	8	-	-	-	22S291600; 44W060300 - Coordenadas do Sítio. 22S2915;44W0603.					

Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (PBFM)

					Coord	lenadas			Limi	tação						
Item	UF	Município	Situação	Canal	Latter of a	1 14 1 -	Classe	Azimut	e (º)	D (-ID)	Observações					
					Latitude	Longitude		Inicial	Final	Redução (dB)						
70	PR	Pérola d Oeste	Р	205	25°49'37'' S	53°43'46'' W	С	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pré-fixadas 25S4937; 53W4346.					
71	SP	Porto Ferreira	Р	252	21°50'21'' S	47°27'52'' W	С	-	-	-	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.					
72	PR	Pérola d Oeste	EXC	205	25°49'37'' S	53°43'46'' W	С	-	-	=	(ZC)					
73	SP	Porto Ferreira	EXC	252	21°50'21'' S	47°27'52'' W	С	-	-	-	(ZC)					

 Referência:
 Processo nº 53500.032383/2020-62

 SEI nº 5836977

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST
Renovação de Outorga
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada — FM

Processo nº 01250.042861/2018-13									
Canal: 242 Frequência: 96,3 MHz	CNPJ: 12.684.189/0001-68								
Localidade: FELIZ	UF: RS								
Entidade: RÁDIO VALE FELIZ LTDA.									

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA	SIM	NÃO	DOCUMENTO, PÁGINA
1) Trata-se de migração do Serviço de OM para FM?		Х	5817731-5
1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A frequência do Serviço de OM já foi devolvida ao Poder Concedente?			
·			
1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:			
A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de OM?			
obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.			
2) A estação de FM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?	х		5817731-3

2.1) Se a resposta do "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se:

No caso de migração de OM para FM, a estação de OM foi alguma vez licenciada?

Responder as afirmativas abaixo, marcando com "S" se os documentos entregues atendem aos requisitos, com "N" se não atendem ou não foram entregues, com "NA" se não for aplicável e com "NV" se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO PÁGINA
3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	5817731-1
4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	S	5817731-2
5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORRA solução Anatel n.º 67, de 12/11/1998 e Portaria SERAD n° 4.775/2018).	S	3202657-51 a 56 3400888-5 a 9
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	3202657-51 3400888-7
5.2) Localização:a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	3202657-51 e 54 3400888-7 e 8
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (±10%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação.	S	3202657-51 3400888-7
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (±10%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação.	NA	
5.4) Antena.		
 5.4.1) Antena Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. 	S	3202657-53 3400888-7

5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. 	I NA	
5.5) Linha de Transmissão.		
5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	3202657-5 3400888-
5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.		
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	S	3202657-5
5.7) Declaração do profissional habilitado.		
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações dalocalizada na cidade deno Estado de	S	3400888-5
5.7.2) <i>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS <mark>18/09/2018)</mark> "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."</i>	S	3400888-5
5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	S	3400888-5
5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."	S	3400888-5
5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da(nome da emissora), declaro que o Sr(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade deno Estado denos dias,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.	NA	
5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.	1	3202657-5 3400888-

6) <i>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</i> Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD n° 4.775 de 14 de setembro de 2018.	NA	
6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).	S	3202657-55 3400888-6

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:Plano Básico:Ato 4186, de 06/08/2020-DOU 11/08/2020, altera a classe para E3 e as coordenadas geográficas para 29°25'17,7"S e 51° 18'57,1"W conforme consta no laudo. Tecnicamente apta.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini**, **Engenheiro**, em 26/08/2020, às 18:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **5817746** e o código CRC **0D439500**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13

SEI nº 5817746

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Radiodifusão Comercial Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 3026/2020/SEI-MC

Processo n.°: 01250.042861/2018-13. Assunto: Renovação de outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando no canal 242 (duzentos e quarenta e dois), classe A1, encaminhado pela **RÁDIO VALE FELIZ LTDA**inscrita no CNPJ sob o n.º 91.825.802/0001-96, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Feliz/RS, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

- 2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n° 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.° 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.° 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:
 - 2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:
 - Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017) [...]
 - X laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- 3. A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica ART devidamente quitada, eventos SEI n°3202657 e 3400888, atesta que a estação operava, na data de confecção dos referidos laudos, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão - CORAC informando que os laudos técnicos da estação exigidos nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, estão em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 26/08/2020, às 18:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 26/08/2020, às 18:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga, em 26/08/2020, às 19:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código les conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, info

Minutas e Anexos

Não Possui.

 Referência:
 Processo nº 01250.042861/2018-13
 SEI nº 5820530

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Radiodifusão Comercial Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão Serviço de Alterações de Características Técnicas

DESPACHO

Processo nº: 01250.042861/2018-13 Interessado: RÁDIO VALE FELIZ LTDA. Assunto:Renovação de Outorga

À CORAC,

Tendo em vista que a análise dos laudos técnicos apresentados concluiu que a entidade se encontra devidamente instalada em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga, conforme teor da Nota Técnica n° 3026/2020/SEI-MC, encaminhamos o processo à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas de Serviços de Radiodifusão - CORAC para prosseguimento da análise jurídica do pedido de Renovação de Outorga.

Brasília, 26 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis**, **Engenheiro**, em 26/08/2020, às 18:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga, em 26/08/2020, às 19:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **5821718** e o código CRC **D2A1D742**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

 Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13
 SEI-MC nº 5821718



Sistemas Interativos

🛳 Menu Principal 🔻

SRD »» Relatórios »» *Outorga* internet

menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

Município: Feliz

Entidade Município **Data Outorga** Validade RADIO VALE FELIZ LTDA 08/08/2018 Feliz 08/08/2008

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa Hora: 10:22:22 Data: 31/05/2021

Registro 1 até 1 de 1 registros Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:24:48 do dia 31/05/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/06/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar



Sistemas Interativos

省 Menu Principal 🔻

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNP1: 91 825 802/0001-96

	CNPJ: 91.8	25.802/0001-9	סי								
				RADIO VALE FELIZ	Z LTDA						
NOME	OME CNPJ/CPF ENTIDADE CNPJ		CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607.230- 53	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz
SERGIO LUIZ	172.470.040-	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		RS	Feliz
SELBACH	<u>53</u>	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa Data: 31/05/2021 Hora: 10:26:04



Sistemas Interativos

省 Menu Principal 🔻

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 502.607.230-53

NOME	СПРЈ/СРБ	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607.230- 53	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa Data: 31/05/2021 Hora: 10:27:55



Sistemas Interativos

省 Menu Principal 🔻

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 172 470 040-53

	CF1. 1/2.	17 0.0 10 33									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SERGIO LUIZ	<u>172.470.040-</u>		91.825.802/0001- 96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		RS	Feliz
SELBACH	<u>53</u>	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa Data: 31/05/2021 Hora: 10:28:13 31/05/2021 Spectrum-E: Canais

Carrais de Radiodirusao



Id solicitação: 57dbac3c613b6

Informações da Entidade

Dados da Entidade				
Nome da Entidade: RADIO VALE FELIZ LTDA	Nome da Entidade: RADIO VALE FELIZ LTDA			
Nome Fantasia:				
Telefone: (51) 6371711	E-mail: valefeliz@radiovalefeliz.com.br			
CNPJ: 91.825.802/0001-96	Número do Fistel: 03030154971			
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral			
Data do contrato: 08/08/2008	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada			
Carater: Primário Local específico:				
Rede: Categoria da Estação: Principal				
Observações: SSR85/86,251/88;SNC363/92;SSC44/96,RESOLUCAO ANATEL 125/99				

Endereço Sede			
Logradouro: Rua Pedro Noll		Complemento: - Sala 301	
Bairro: Centro		Numero: 141	
Município: Feliz	UF: RS		CEP: 95770000

Endereço Correspondência				
Logradouro: RUA JOAO RUSCHEL		Complemento: SOBRELOJA, CAIXA POSTAL 90		
Bairro: CENTRO		Numero: 149,		
Município: Feliz	UF: RS		CEP: 95770000	

Endereço do Transmissor			
Logradouro: MORRO DO BATATA		Complemento:	
Bairro:		Numero: .	
Município: Feliz	UF: RS		CEP: 95770000

Endereço do Estúdio Principal			
Logradouro: RUA JOAO RUSCHEL, 149		Complemento:	
Bairro:		Numer	o: .
Município: Feliz	UF: RS		CEP: 95770000

Endereço do Estúdio Auxiliar			
Logradouro:		Complemento:	
Bairro:		Numer	o:
Município:	UF:		CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Feliz	UF: RS

Parâmetros Técnicos					
Canal: 242	Classe: E3	ERP Máxima: -kW			
HCI: 56 m	Pareamento:	Decalagem:	•	Fase: 2	

Informações da Estação

Informações Gerais	

May 31, 2021 1/3

Número da Estação: 9629122	Número Indicativo: ZYD704		
Data Último Licenciamento: 01/01/1997	Número da Licença:		

Estação Principal				
Localização				
Latitude: 29°25'16" S Longitude: 51°18'54" W Cota da base: 493.00 m				

Transmissor Principal		
Código Equipamento: 048388XXX00518	Modelo: FM5000	
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 5.000 kW	

Linha de Transmissão Principal					
Modelo:		Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO			
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms		

	Antena Principal							
Modelo:			Fabricante: FABRICANTE	INDEFINIDO				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: .00 º	Orientação NV: .00 º	Polarização:	HCI: 56 m	ERP Máxima: 0 kW			

	Padrão de Antena dBd										
0 º: 0	5º: 0	10º: 0.03	15º: 0	20º: 0.1	25º: 0	30º: 0.2	35º: 0	40º: 0.3	45º: 0	50º: 0.41	55º: 0
60º: 0.54	65º: 0	70º: 0.68	75º: 0	80º: 0.81	85º: 0	90º: 0.92	95º: 0	100º: 0.98	105º: 0	110º: 1.02	115º: 0
120º: 1.05	125º: 0	130º: 1.09	135º: 0	140º: 1.14	145º: 0	150º: 1.22	155º: 0	160º: 1.31	165º: 0	170º: 1.38	175º: 0
180º: 1.41	185º: 0	190º: 1.4	195º: 0	200º: 1.36	205º: 0	210º: 1.3	215º: 0	220º: 1.23	225º: 0	230º: 1.19	235º: 0
240º: 1.16	245 º: 0	250º: 1.13	255º: 0	260º: 1.09	265º: 0	270º: 1.01	275 º: 0	280º: 0.89	285º: 0	290º: 0.74	295 º: 0
300º: 0.57	305 º: 0	310º: 0.42	315º: 0	320º: 0.3	325º: 0	330º: 0.19	335º: 0	340º: 0.09	345º: 0	350º: 0.03	355º: 0

	Coordenadas por radial										
0º: Lat - Lon -	9°: Lat - Lon 5°: Lat - Lon 10°: Lat - 15°: Lat - 20°: Lat - 25°: Lat -										
60º: Lat -	65º: Lat -	70º: Lat -	75º: Lat -	80º: Lat -	85º: Lat -	90º: Lat -	95º: Lat -	100º: Lat -	105º: Lat -	110º: Lat -	115º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
120º: Lat -	125º: Lat -	130º: Lat -	135º: Lat -	140º: Lat -	145º: Lat -	150º: Lat -	155º: Lat -	160º: Lat -	165º: Lat -	170º: Lat -	175º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
180º: Lat -	185º: Lat -	190º: Lat -	195º: Lat -	200º: Lat -	205º: Lat -	210º: Lat -	215º: Lat -	220º: Lat -	225º: Lat -	230º: Lat -	235º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
240º: Lat -	245º: Lat -	250º: Lat -	255º: Lat -	260º: Lat -	265º: Lat -	270º: Lat -	275º: Lat -	280º: Lat -	285º: Lat -	290º: Lat -	295º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
300º: Lat -	305º: Lat -	310º: Lat -	315º: Lat -	320º: Lat -	325º: Lat -	330º: Lat -	335º: Lat -	340º: Lat -	345º: Lat -	350º: Lat -	355º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -

	Distância por radial										
0 º:	5º:	10º:	15º:	20º:	25º:	30º:	35º:	40º:	45º:	50º:	55º:
60º:	65º:	70 º:	75º:	80º:	85º:	90º:	95º:	100º:	105º:	110º:	115º:
120º:	125º:	130º:	135º:	140º:	145º:	150º:	155º:	160º:	165º:	170º:	175º:
180º:	185º:	190º:	195º:	200º:	205º:	210º:	215º:	220º:	225º:	230º:	235º:
240º:	245º:	250º:	255º:	260º:	265º:	270º:	275º:	280º:	285º:	290º:	295º:
300º:	305º:	310º:	315º:	320º:	325º:	330º:	335º:	340º:	345º:	350º:	355º:

Estação Auxiliar					
Transmissor Auxilliar					
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado				
Fabricante: Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2

May 31, 2021 2/3

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar						
Modelo:		Fabricante:				
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms			

	Antena Auxiliar						
Modelo:			abricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: 2	Orientação NV: º	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW		

Informações do documento de Outorga									
Núm Processo Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Natureza									
9999	202	Portaria	MC	05/08/1988	08/08/1988	Outorga	Jurídico		

	Informações do documento de Aprovação de Locais										
N	Núm Processo Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Naturez										
999	99	447	Portaria	Dentel-RS	18/11/1988	15/02/1989	Aprovação de Local	Técnico			

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	220692	Despacho	МС	22/06/1992		Advertência	Jurídico
9999	593	Portaria	МС	25/10/1995	01/11/1995	Multa	Jurídico
53790.001410/199	166	Portaria	DMC-RS	20/08/1997		Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	1234	Portaria	МС	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
9999	310701	Despacho	МС	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	463	Portaria	МС	12/09/2006	29/09/2006	Renovação	Jurídico
9999	302	Portaria	МС	01/08/2011	18/08/2011	Renovação	Jurídico
9999	260	Decreto Legislativo	CN	03/07/2014	04/07/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.058041/201 7-77	8875	Ato	ORLE	20/05/2017	12/06/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.049479/201 9-26	7341	Ato	ORLE	23/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.037641/202 0-05	4567	Ato	ORLE	22/08/2020	02/09/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

May 31, 2021 3/3

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 6870/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.042861/2018-13
INTERESSADO: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO VALE FELIZ LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Feliz/RS, referente ao seguinte período: 08/08/2018 a 08/08/2028.

ANÁLISE

- 2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.
- 3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- 3.2. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios/diretores, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) cédula de identidade; (d) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (e) carteira profissional; (f) Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS; ou (g) passaporte;

Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CP<u>NÃO</u> serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

- 3.3. Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos.
- 4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

- § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.
- § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.
- § 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)
- 5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Feliz/RS, encontra-se com o status "C2", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, <u>ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação</u>.

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/06/2021, às 14:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro</u> <u>de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **7503169** e o código CRC **F21503F6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 12072/2021/MCOM

Brasília, 31 de maio de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da **RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ Nº91.825.802/0001-96)**Rua Pedro Noll, 141 Sala 301 - Centro

95.770-000 Feliz/RS

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.042861/2018-13.

Senhor (a) Representante Legal,

- 1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6870/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.
- 2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
- 3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/06/2021, às 14:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro</u> de 2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **7503401** e o código CRC **B52F62BF**.

Correspondência Eletrônica - 7509975

Data de Envio:

01/06/2021 16:03:03

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

sergio@radiovalefeliz.com.br valefeliz@radiovalefeliz.com.br jornalismo@radiovalefeliz.com.br carlosdamin@terra.com.br

Assunto.

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 01250.042861/2018-13

INTERESSADA: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente, Secretaria de Radiodifusão Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7503401.html Nota_Tecnica_7503169.html

Correspondência Eletrônica - 7929565

Data de Envio:

28/07/2021 10:10:50

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Renovação de Outorga - Processo de Apuração de Infração - Contrato e pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 01250.042861/2018-13

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 9002/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.042861/2018-13

INTERESSADO: RADIO VALE FELIZ LTDA - EPP

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO VALE FELIZ LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Feliz/RS, referente ao seguinte período: 08/08/2018 a 08/08/2028.

ANÁLISE

- 2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 6870/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 12072/2021/SEI-MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o rº 53115.018534/2021-02, acompanhado de documentos. (SEI 7503169 e 7503401)
- 3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

- 3.1. declaração de inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;
- 4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Feliz/RS, encontra-se com o status "C2", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, <u>ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação</u>.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30** (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial, em 30/07/2021, às 13:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **7925807** e o código CRC **C7A4FA80**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13

SEI nº 7925807



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 15906/2021/MCOM

Brasília, 28 de julho de 2021.

Ao (À) Senhor (a) Representante Legal da RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ Nº91.825.802/0001-96) Rua Pedro Noll, 141 Sala 301 - Centro 95.770-000 Feliz/RS

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.042861/2018-13.

Senhor (a) Representante Legal,

- Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 9002/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
- No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
- Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial, em 30/07/2021, às 13:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código 💆 verificador **7925831** e o código CRC **06D19D26**.

Correspondência Eletrônica - 7940342

Data de Envio:

30/07/2021 14:45:33

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

sergio@radiovalefeliz.com.br valefeliz@radiovalefeliz.com.br jornalismo@radiovalefeliz.com.br carlosdamin@terra.com.br

Assunto.

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 01250.042861/2018-13

INTERESSADA: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente, Secretaria de Radiodifusão Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7925831.html Nota_Tecnica_7925807.html

Correspondência Eletrônica - 7994617

Data de Envio:

16/08/2021 16:57:46

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério das Comunicações

Mensagem:

Processo nº: 01250.042861/2018-13

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO VALE FELIZ LTDA.(CNPJ nº 91.825.802/0001-96), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de FELIZ/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



BOM DIA
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

internet teia

menu ajuda

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ												
	CNPJ: 91.825.802/0001-96											
	RADIO VALE FELIZ LTDA											
NOME CNPJ/CPF ENTIDADE CNPJ CARGO Qtd. Cotas					PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO		
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607. <u>53</u>	230-	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz
SERGIO LUIZ	172.470.	040-	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		RS	Feliz
SELBACH	<u>53</u>		RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco Data: 18/08/2021 Hora: 10:44:01



BOM DIA
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

menu ajuda

Sistemas Interativos

internet

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF	PF												
CPF: 502.607.230-53														
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO			
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607.230- <u>53</u>	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz			

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco Data: 18/08/2021 Hora: 10:44:43



BOM DIA Ricardo Henrique Pereira Nolasco

menu ajuda

Sistemas Interativos

👛 Menu Principal 🔻

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** internet

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Co	Tipo de Consulta: CPF										
	CPF: 172.470.040-53										
NOME	CNPJ/CPF ENTIDADE CNPJ CARGO Qtd. PART. PART. SERVIÇOS TIPO UF MUNI					MUNICIPIO					
SERGIO LUIZ	172.470.0		DIO VALE .IZ LTDA	91.825.802/0001- <u>96</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM	 RS	Feliz
SELBACH	<u>53</u>		DIO VALE .IZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM	 RS	Feliz

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco Data: 18/08/2021 Hora: 10:45:07



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO VALE FELIZ LTDA

CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:46:12 do dia 18/08/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/09/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Id solicitação: 57dbac3c613b6

Informações da Entidade

Dados da Entidade							
Nome da Entidade: RADIO VALE FELIZ LTDA							
Nome Fantasia:							
Telefone: (51) 6371711	E-mail: valefeliz@radiovalefeliz.com.br						
CNPJ: 91.825.802/0001-96	Número do Fistel: 03030154971						
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral						
Data do contrato: 08/08/2008	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada						
Carater: Primário	Local específico:						
Rede: Categoria da Estação: Principal							
Observações: SSR85/86,251/88;SNC363/92;SSC44/96,RESOLUCAO ANATEL 125/99							

Endereço Sede							
Logradouro: Rua Pedro Noll		Comple	emento: - Sala 301				
Bairro: Centro			Numero: 141				
Município: Feliz UF: F			CEP: 95770000				

Endereço Correspondência							
Logradouro: RUA JOAO RUSCHEL			Complemento: SOBRELOJA, CAIXA POSTAL 90				
Bairro: CENTRO			Numero: 149,				
Município: Feliz UF: R			CEP: 95770000				

Endereço do Transmissor							
Logradouro: MORRO DO BATATA			Complemento:				
Bairro:			Numero: .				
Município: Feliz UF: F			CEP: 95770000				

Endereço do Estúdio Principal							
Logradouro: RUA JOAO RUSCHEL, 149			Complemento:				
Bairro:		Numer	o: .				
Município: Feliz UF: RS			CEP: 95770000				

Endereço do Estúdio Auxiliar							
Logradouro:		Complemento:					
Bairro:			Numero:				
Município:	UF:		CEP:				

Informações do Plano Basico

Localização					
Município: Feliz	UF: RS				

Parâmetros Técnicos							
Canal: 242 Frequência: 96.3 MHz Classe: E3 ERP Máxima: -kW				áxima: -kW			
HCI: 56 m	Pareamento:	Decalagem:	•	Fase: 2			

Informações da Estação

Informações Gerais

Sep 13, 2021 1/3

Número da Estação: 9629122	Número Indicativo: ZYD704			
Data Último Licenciamento: 01/01/1997	Número da Licença:			

Estação Principal						
	Localização					
Latitude: 29°25'16" S Longitude: 51°18'54" W Cota da base: 493.00 m						

Transmissor Principal				
Código Equipamento: 048388XXX00518	Modelo: FM5000			
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 5.000 kW			

Linha de Transmissão Principal					
Modelo:		Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO			
Comprimento da Linha: m Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms		

Antena Principal						
Modelo:			Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO			
Ganho: dBd	anho: dBd Beam-Tilt: .00 ² Orientação I		Polarização:	HCI: 56 m	ERP Máxima: 0 kW	

	Padrão de Antena dBd										
0º: 0	5º: 0	10º: 0.03	15º: 0	20º: 0.1	25º: 0	30º: 0.2	35º: 0	40º: 0.3	45º: 0	50º: 0.41	55º: 0
60 º: 0.54	65º: 0	70º: 0.68	75º: 0	80º: 0.81	85º: 0	90º: 0.92	95º: 0	100º: 0.98	105º: 0	110º: 1.02	115º: 0
120º: 1.05	125º : 0	130º: 1.09	135 º: 0	140º: 1.14	145 º: 0	150º: 1.22	155º : 0	160º: 1.31	165º: 0	170º: 1.38	175º: 0
180º: 1.41	185º : 0	190º: 1.4	195 º: 0	200º: 1.36	205 º: 0	210º: 1.3	215 º: 0	220º: 1.23	225º: 0	230º: 1.19	235º: 0
240º: 1.16	245º : 0	250º: 1.13	255 º: 0	260º: 1.09	265 º: 0	270 º: 1.01	275 º: 0	280º: 0.89	285º: 0	290º: 0.74	295 º: 0
300º: 0.57	305º: 0	310º: 0.42	315º: 0	320º: 0.3	325º: 0	330º: 0.19	335º: 0	340º: 0.09	345º: 0	350º: 0.03	355º: 0

	Coordenadas por radial										
0º: Lat - Lon	5º: Lat - Lon	10º: Lat -	15º: Lat -	20º: Lat -	25º: Lat -	30º: Lat -	35º: Lat -	40º: Lat -	45º: Lat -	50º: Lat -	55º: Lat -
-		Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
60º: Lat -	65º: Lat -	70º: Lat -	75º: Lat -	80º: Lat -	85º: Lat - Lon -	90º: Lat -	95º: Lat -	100º: Lat -	105º: Lat -	110º: Lat -	115º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -		Lon -					
120º: Lat -	125º: Lat -	130º: Lat -	135º: Lat -	140º: Lat -	145º: Lat -	150º: Lat -	155º: Lat -	160º: Lat -	165º: Lat -	170º: Lat -	175º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
180º: Lat -	185º: Lat -	190º: Lat -	195º: Lat -	200 º: Lat -	205º: Lat -	210º: Lat -	215º: Lat -	220º: Lat -	225º: Lat -	230º: Lat -	235º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
240º: Lat -	245º: Lat -	250º: Lat -	255º: Lat -	260º: Lat -	265º: Lat -	270º: Lat -	275º: Lat -	280º: Lat -	285º: Lat -	290º: Lat -	295º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
300 º: Lat -	305º: Lat -	310º: Lat -	315º: Lat -	320º: Lat -	325º: Lat -	330º: Lat -	335º: Lat -	340º: Lat -	345º: Lat -	350º: Lat -	355º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -

	Distância por radial										
0 º:	5º:	10º:	15º:	20º:	25º:	30º:	35º:	40º:	45º:	50º:	55º:
60º:	65º:	70 º:	75º:	80º:	85º:	90º:	95º:	100º:	105º:	110º:	115º:
120º:	125º:	130º:	135º:	140º:	145º:	150º:	155º:	160º:	165º:	170º:	175º:
180º:	185º:	190º:	195º:	200º:	205º:	210º:	215º:	220º:	225º:	230º:	235º:
240º:	245º:	250º:	255º:	260º:	265º:	270º:	275º:	280º:	285º:	290º:	295º:
300º:	305º:	310º:	315º:	320º:	325º:	330º:	335º:	340º:	345º:	350º:	355º:

Estação Auxiliar Transmissor Auxiliar		
Fabricante:	Potência de Operação: kW	

Transmissor Auxiliar 2

Sep 13, 2021 2/3

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:	Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar				
Modelo:		Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms	

Antena Auxiliar						
Modelo:			Fabricante:			
Ganho: dBd Beam-Tilt: ² Orientação NV: ²		Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW		

Informações do documento de Outorga								
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza	
9999	202	Portaria	MC	05/08/1988	08/08/1988	Outorga	Jurídico	

Informações do documento de Aprovação de Locais								
Núm Processo Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Natu						Natureza		
9999	447	Portaria	Dentel-RS	18/11/1988	15/02/1989	Aprovação de Local	Técnico	

			Histórico de	Documentos Em	nitidos		
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	220692	Despacho	МС	22/06/1992		Advertência	Jurídico
9999	593	Portaria	МС	25/10/1995	01/11/1995	Multa	Jurídico
53790.001410/199	166	Portaria	DMC-RS	20/08/1997		Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	1234	Portaria	МС	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
9999	310701	Despacho	МС	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	463	Portaria	МС	12/09/2006	29/09/2006	Renovação	Jurídico
9999	302	Portaria	МС	01/08/2011	18/08/2011	Renovação	Jurídico
9999	260	Decreto Legislativo	CN	03/07/2014	04/07/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.058041/201 7-77	8875	Ato	ORLE	20/05/2017	12/06/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.049479/201 9-26	7341	Ato	ORLE	23/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.037641/202 0-05	4567	Ato	ORLE	22/08/2020	02/09/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

Sep 13, 2021 3/3

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA № 11059/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.042861/2018-13
INTERESSADO: RÁDIO VALE FELIZ LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO VALE FELIZ LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de FELIZ/RS, referente ao seguinte período: 08/08/2018 a 08/08/2028 .

ANÁLISE

- 2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 9002/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 15906/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI7925807 e 7925831). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o $n^{0.5}$ 53115.022125/2021-01, acompanhado de documentos.
- 3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, a entidade deverá apresentar o seguinte documento:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

- 3.1. Declaração, datada e assinada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:
 - a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30** (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 13/09/2021, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 15/09/2021, às 14:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **8102496** e o código CRC **E4D9EC3E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 19560/2021/MCOM

Brasília, 13 de setembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da **RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ Nº91.825.802/0001-96)**Rua Pedro Noll, 141 Sala 301 - Centro

95.770-000 - Feliz/RS

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.042861/2018-13.

Senhor(a) Representante Legal,

- 1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 11059/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
- 2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
- 3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 15/09/2021, às 14:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de</u> 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **8102757** e o código CRC **649065C4**.

Correspondência Eletrônica - 8114580

Data de Envio:

15/09/2021 15:12:25

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

sergio@radiovalefeliz.com.br valefeliz@radiovalefeliz.com.br jornalismo@radiovalefeliz.com.br carlosdamin@terra.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.042861/2018-13

INTERESSADA: - RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente, Secretaria de Radiodifusão Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_8102496.html Oficio_8102757.html

RE: Envio de correspondência oficial Ministério das Comunicações

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Qui, 19/08/2021 20:29

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado,

Informa-se que esta consulta já foi respondida anteriormente em 30 de julho de 2021. Favor consultar a caixa de email de sua coordenação.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 16 de agosto de 2021 16:57

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Envio de correspondência oficial Ministério das Comunicações

Processo nº: 01250.042861/2018-13

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO VALE FELIZ LTDA.(CNPJ nº 91.825.802/0001-96), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de FELIZ /RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

RE: Renovação de Outorga - Processo de Apuração de Infração - Contrato e pena de Cassação

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Sex, 30/07/2021 10:53

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 28 de julho de 2021 10:10

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Renovação de Outorga - Processo de Apuração de Infração - Contrato e pena de Cassação

Processo nº: 01250.042861/2018-13

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renar Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CUL-TURAL DE BOA ESPERANÇA - ACEC-BE para executar serviço de radiodifusão nitária na cidade de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 346,
de 15 de abril de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Boa Esperança - ACECBE para executar, por
10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguin

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2014

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO ROBERTO RA-BELLO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para explorar serviço de radiodifusão so-nora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 202, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de fevereiro de 2005, a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

> Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNI-TÁRIA TERMAS DE IBIRÁ para execu serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirá. Estado de São Paulo

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 324, de 1º de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Cul-tural e Comunitária Termas de Ibirá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

> Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan os, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO N* 259, DE 2014

ASSOCIAÇÃO ELDORADO SANTARI-TENSSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita d'Oeste, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 33, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Eldorado Santaritensse para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita d'Oeste, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

> Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o

> DECRETO LEGISLATIVO N* 260, DE 2014

Aprova o ato que renova a permissão ou torgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

de 1º de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de agosto de 2008, a permissão outorgada à Rádio Vale Feliz Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

> Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à CMM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão so frequência modulada na cidade de Fazenda Nova, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 419, de 7 de maio de 2010, que outorga permissão à CMM Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade. serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fazenda Nova, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

> Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO N[‡] 262, DE 2014

FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radio-difusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Talhada, Estado de Per-

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 291, de 4 de julho de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequên-cia modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de

sua publicação.

Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2014

o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA "NOSSA FM" DE PRESIDENTE PRUDENTE para executar serviço de radiodifusão con tária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica aprovado o ato a qu

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 191, de 6 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Co-munitária "Nossa FM" de Presidente Prudente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2014

torgada à CIANORTE FM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência de comunicación serviço de radiodifusão sonora em frequên-cia modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 51,
de 3 de fevereiro de 2012, que renova por 10 (dez) anos, a partir de
30 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Cianorte FM
Sistema de Comunicação Ltda, para executar, sem direito de exna cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. clusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

Senado Federal, em 3 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

196-3



PORTARIA Nº 302 , DE 1º DE AGOSTO

DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014365/2008 e 53790.000552/1998, RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 08 de agosto de 2008, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA, pela Portaria nº 202, de 05 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 08 de agosto de 1988, renovada pela Portaria nº 463, de 12 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2006, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

Ministro de Estado das Comunicações

196-3 196-2 PUBLICADO NO DIARIO

OFICIAL DE 291 09 1900

Página: 131 Seção: 1

ANOTADO POR: Polis

PORTARIA Nº 463 , DE 12 DE

SETEMBRO

DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art.5° da Lei n° 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6°, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000552/98, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 08 de agosto de 1998, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA., pela Portaria nº 202, de 05 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 08 de agosto de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações

DO NO D.O. DE 08/ 3 /1988



Portaria nº 202, de 05 de agosto de 1988.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto nº 70.568, d- 18 de maio de 1972, e o artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.008893/87, (Edital nº 235/87), resolve:

I - Outorgar permissão à RÁDIO VALE FELIZ LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

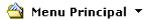
II - A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com os preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES



Sistemas Interativos



BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet teia

menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS **PELA ANATEL**

Nome: **RADIO VALE FELIZ LTDA**

CNPJ: 91.825.802/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:25:10 do dia 03/05/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/06/2023.

Certidão expedida gratuitamente.





9629122

NOME/RAZÃO SOCIAL

Nº DA ESTAÇÃO

RADIO VALE FELIZ LTDA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

| CNPJ | 91825802000196 |
| SERVICO | NAT. SERV. LATITUDE | LONGITUDE

FLS: 1/1

29° 25' 17.69" S

241

486

51° 18' 57.10" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO

Morro das Batatas, nº .

BAIRRO

MUNICÍPIO
Feliz

DISTRITO

UF
RS

CANAL:

BAIRRO:

COTA BASE DA TORRE:

NUMPROCESSO:

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 08/08/2028

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO: Feliz UF: RS

FREQUENCIA: 96.3 MHz
CLASSE: E3

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD704

NOME FANTASIA:
CIDADE DA OUTORGA: Feliz

CIDADE DA OUTORGA: Feliz ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Pedro Noll BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Feliz UF: RS

NUMERO: 141 COMPLEMENTO: Sala 301

ESTUDIO AUXILIAR ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: UF:

MUNICIPIO: UF:
NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy - EPP MODELO: FM6,5s

CÓDIGO: 041981802252 POTÊNCIA: 6.500 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MTA Eletrônica Industrial Ltda. MODELO: FM5000

CÓDIGO: 048388XXX00518 POTÊNCIA: 3.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW
ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IF Telecom Ltda. MODELO: IFFMC-3-96.3-C-LR

POLARIZAÇÃO:CircularGANHO:2.00 dBdDESCRIÇÃO:Sistema Irradiante de três elORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:355 graus

DESCRIÇÃO:Sistema Irradiante de três elORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:355 grausALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:56.2 mBEAM TILT:.00 graus

ANTENA AUXILIAR
FABRICANTE: MODELO: BECP-1 L

POLARIZAÇÃO:CircularGANHO:-3.37 dBdDESCRIÇÃO:Sistema Irradiante de um elemeORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:135 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 36.6 m BEAM TILT: 0 graus LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA-A0 LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF158-50JA-A0

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF158-50JA-AU

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 03/05/2023 13:26:02

Código PI:

APLICAÇÃO







Sistemas Interativos

🔷 Menu Principal 🔻

SRD »» Relatórios »» *Outorga* internet teia

menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RS			Muni	cípio: Feliz					
Entidade			Município		Data	a Outorga		Validade	
	RADIO VALE F	ELIZ LTDA		Feliz					
Usuário: keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira D		Data: 0	3/05/2023	Hora: 13:	27:26				
Registro 1 até	1 de 1 regist	tros					Página: [1]	[Ir]	[Reg]
Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel							



Id solicitação: 57dbac3c613b6

Informações da Entidade

Dados da Entidade					
Nome da Entidade: RADIO VALE FELIZ LTDA					
Nome Fantasia:					
Telefone: (51) 6371711	E-mail: valefeliz@radiovalefeliz.com.br				
CNPJ : 91.825.802/0001-96	Número do Fistel: 03030154971				
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral				
Data do contrato: 08/08/2008	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada				
Carater: Primário	Local específico:				
Rede: Categoria da Estação: Principal					
Val. RF: 08/08/2028					
Observações: SSR85/86,251/88;SNC363/92;SSC44/96,RESOLUCAO ANATEL 125/99					

Endereço Sede				
Logradouro: Rua Pedro Noll		Complemento: - Sala 301		
Bairro: Centro		Numero: 141		
Município: Feliz	UF: RS		CEP : 95770000	

Endereço Correspondência				
Logradouro: Rua Pedro Noll		Complemento: Sala 301		
Bairro: Centro		Numero: 141		
Município: Feliz	UF: RS		CEP : 95770000	

Endereço do Transmissor					
Logradouro: Morro das Batatas			Complemento:		
Bairro:		Numero:			
Município: Feliz	UF: RS		CEP : 95770000		

Endereço do Estúdio Principal				
Logradouro: Rua Pedro Noll		Complemento: Sala 301		
Bairro: Centro		Numero: 141		
Município: Feliz	UF: RS		CEP : 95770000	

Endereço do Estúdio Auxiliar					
Logradouro:		Complemento:			
Bairro:	Bairro:		o:		
Município:	UF:		CEP:		

Informações do Plano Basico

Localização		
Município: Feliz UF: RS		

	Parâmetros Técnicos							
Canal: 242	Canal: 242 Frequência: 96.3 MHz Classe: E3 ERP Máxima: 9.0091kW							
HCI: 56.2 m Pareamento: Decalagem: Fase: 2								

Informações da Estação

03/05/2023 13:05:40



Informações Gerais						
Número da Estação: 9629122 Número Indicativo: ZYD704						
Data Último Licenciamento: 26/01/2022	Número da Licença: 53500.081011/2021-41					

Estação Principal							
	Localização						
Latitude: 29° 25′ 17.69" S							

Transmisso	or Principal				
Código Equipamento: 041981802252	Modelo: FM6,5s				
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 6.500 kW				

	Linha de Transmissão Principal								
Modelo: LCF158-50JA-A0		Fabricante: Radio Frequency Systems							
Comprimento da Linha: 60.5 m	Atenuação: 0.6319 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.2 dB	Impedância: 50 ohms						

	Antena Principal									
Modelo: IFFMC-3-96.3-C-L	.R		Fabricante: IF Telecom Ltda.							
Ganho: 2.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 355 °	Polarização: Circular	HCI : 56.2 m	ERP Máxima: 9.01 kW					

	Padrão de Antena dBd										
0°: 0.15	5°: 0.15	10°: 0.15	15°: 0.14	20°: 0.14	25°: 0.14	30°: 0.14	35°: 0.14	40°: 0.13	45°: 0.13	50°: 0.13	55°: 0.13
60°: 0.12	65°: 0.12	70°: 0.11	75°: 0.1	80°: 0.1	85°: 0.09	90°: 0.08	95°: 0.06	100°: 0.05	105°: 0.03	110°: 0.03	115°: 0.02
120°: 0.01	125º: 0.01	130° : 0	135° : 0	140° : 0	145° : 0	150°: 0.01	155°: 0.02	160º: 0.03	165º: 0.03	170°: 0.04	175°: 0.05
180°: 0.06	185°: 0.07	190º: 0.08	195°: 0.09	200°: 0.09	205°: 0.1	210°: 0.1	215°: 0.1	220°: 0.1	225°: 0.1	230°: 0.1	235°: 0.1
240°: 0.1	245°: 0.1	250°: 0.1	255°: 0.1	260°: 0.1	265°: 0.1	270°: 0.1	275°: 0.11	280°: 0.11	285°: 0.12	290°: 0.13	295°: 0.14
300°: 0.14	305°: 0.15	310°: 0.16	315°: 0.16	320°: 0.17	325°: 0.17	330°: 0.17	335°: 0.17	340°: 0.17	345°: 0.16	350°: 0.16	355°: 0.16

					Coordenada	as por radial					
0°: Lat 29°2 0′49.74′′ S Lon	5°: Lat 29°1 7′55.95′′ S Lon 51°18′	10°: Lat 29° 18′19.67′′ S Lon 51°1	15°: Lat 29°13′2.4″ S Lon 51°1	20°: Lat 29° 13′44.62″ S Lon	25°: Lat 29° 11′38.69′′ S Lon 51°1	30°: Lat 29° 11′50.34″ S Lon	35°: Lat 29° 13′24.48″ S Lon	40°: Lat 29° 13′26.96″ S Lon	45°: Lat 29°13′7.59′ ′S Lon	50°: Lat 29°13′9.62′ ′ S Lon	55°: Lat 29°13′3.1′′ S Lon 50°5
51°18′57.1′ 60 : Lat 29° 14′10.74′′ S Lon 50°5 6′56.86′′ W	12.78" W 65°: Lat 29° 15'15.15" S Lon 50°5 4'21.61" W	7'32.57'' W 70°: Lat 29° 17'27.48'' S Lon 50°5 4'22.91'' W	5'11.37'' W 75°: Lat 29° 19'33.62'' S Lon 50°5 4'33.78'' W	51°14′8.07′ 80°: Lat 29° 21′41.14′′ S Lon 50°5 5′41.12′′ W	1'39.72' W 85°: Lat 29° 23'41.65'' S Lon 50°5 8'18.03' W	51°10′3.33′ 90 ¹ : Lat 29° 25′16.43′′ S Lon 51°0′34.54′	51°9′25.14′ 95′: Lat 29° 26′47.75′′ S Lon 50°5 8′55.38′′ W	51°7′34.21′ 100°: Lat 29 °28′25.11′′ S Lon 50°5 8′25.88′′ W	51°5′1.38″ Yb5°: Lat 29°30′7.59″ ´S Lon 50°58′7.04″	51°2′24.31′ 110°: Lat 29 °32′10.34′′ S Lon 50°57′8.38′	8'57.51'' W 115°: Lat 29°34'0.07' 'S Lon 50° 57'24.85''
120°: Lat 29 °36′16.29′′ S Lon 50°57′1.52′	125°: Lat 29 °37′53.66′′ S Lon 50°5 8′12.39′′ W	130°: Lat 29 °39′49.58′′ S Lon 50°5 8′59.27′′ W	135°: Lat 29°41′7.15′ ′ S Lon 51°0′42.77′	140°: Lat 29 °42′59.24′′ S Lon 51°1′50.41′	145°: Lat 29 °44′59.68′′ S Lon 51°3′3.06′′	'W 150°: Lat 29 °46′32.21′′ S Lon 51°4′48.84′	155°: Lat 29 °46′23.02′′ S Lon 51°7′37.08′	160°: Lat 29 °47′54.36′′ S Lon 51°9′27.94′	'W 165°: Lat 29 °48′41.54′′ S Lon 51°11′43.5′	'W 170°: Lat 29 °50′23.82′′ S Lon 51°1 3′50.92′′ W	W 175°: Lat 29°51′9.65′ ′ S Lon 51° 16′20.54′′
180°: Lat 29 °51′34.57′′ S Lon 51°18′57.1′	185°: Lat 29 °51′42.72′′ S Lon 51°21′37′′	190°: Lat 29 °51′24.52′′ S Lon 51°2 4′15.67′′ W	'W 195°: Lat 29 °50′45.19′′ S Lon 51°2 6′49.05′′ W	200°: Lat 29 °49′41.26′′ S Lon 51°29′11.3′	W 205°: Lat 29°48′6.1″ S Lon 51°3 1′12.74″ W	'W 210°: Lat 29 °47′13.23′′ S Lon 51°3 3′32.77′′ W	'W 215°: Lat 29 °45′53.98′' S Lon 51°3 5′35.15′' W	'W 220°: Lat 29 °44'22.62'' S Lon 51°3 7'24.77'' W	'W 225°: Lat 29 °42′44.14′′ S Lon 51°39′3.69′	230°: Lat 29 °40′53.36′′ S Lon 51°4 0′22.95′′ W	W 235°: Lat 29 °38′50.53″ S Lon 51°4 1′15.87″ W
24%: Lat 29 °36′58.73′′ S Lon 51°4 2′17.87′′ W	245°: Lat 29 °34′47.84″ S Lon 51°4 2′28.13″ W	250°: Lat 29 °32′40.89′′ S Lon 51°4 2′23.25′′ W	255°: Lat 29 °30′41.55′′ S Lon 51°4 2′14.66′′ W	260°: Lat 29°28′41.3′ ′S Lon 51° 41′15.67′′	265°: Lat 29 °26′48.54′′ S Lon 51°39′9.67′	270°: Lat 29 °25′16.56′′ S Lon 51°3 6′19.76′′ W	275°: Lat 29 °23′56.14″ S Lon 51°3 6′31.83″ W	280°: Lat 29 °22′38.05″ S Lon 51°36′8.83′	285°: Lat 29 °21′15.39′′ S Lon 51°36′9.85′	290°: Lat 29°20′9.34′ ′S Lon 51°35′5.83′	295°: Lat 29 °17′32.35′′ S Lon 51°3 7′58.01′′ W
300°: Lat 29 °15′41.31″ S Lon 51°3 7′58.76″ W	305°: Lat 29 °13′57.72′′ S Lon 51°3 7′27.82′′ W	310°: Lat 29 °12′29.87′′ S Lon 51°3 6′23.89′′ W	315°: Lat 29°9′2.22′′ S Lon 51°3 7′32.56′′ W	**Y20°: Lat 29 *11′52.36′′ S Lon 51°31′50.6′′ ′ W	325°: Lat 29 °13′43.92′′ S Lon 51°2 8′13.49′′ W	330°: Lat 29 °10′48.68′′ S Lon 51°2 8′31.52′′ W	335°: Lat 29 °11′12.88′′ S Lon 51°2 6′28.21′′ W	340°: Lat 29 °13′13.41′′ S Lon 51°2 3′59.11′′ W	345°: Lat 29 °13′16.14′′ S Lon 51°2 2′38.61′′ W	350°: Lat 29 °14′58.83′′ S Lon 51°21′2.16′ ′ W	355°: Lat 29 °19′25.71″ S Lon 51°1 9′32.42″ W

	Distância por radial										
0°: 8.3	5º: 13.7	10º: 13.1	15º : 23.5	20°: 22.8	25°: 27.9	30°: 28.8	35°: 26.9	40°: 28.6	45°: 31.9	50°: 34.9	55°: 39.5
60°: 41.1	65°: 43.9	70°: 42.3	75° : 40.8	80°: 38.2	85°: 33.5	90°: 29.7	95° : 32.4	100°: 33.6	105°: 34.8	110º: 37.4	115°: 38.3
120°: 40.8	125° : 40.8	130º : 42	135°: 41.5	140° : 42.8	145°: 44.6	150° : 45.5	155°: 43.1	160° : 44.6	165°: 44.9	170°: 47.2	175°: 48.1

03/05/2023 13:05:40 2/4



	1	1	I .	I .	1	1	1	1	I.	1	I.
180°: 48.7	185º: 49.1	190°: 49.1	195°: 48.9	200°: 48.1	205°: 46.7	210°: 46.9	215°: 46.7	220°: 46.2	225° : 45.8	230° : 45	235°: 43.9
240° : 43.4	245°: 41.8	250°: 40.2	255°: 38.9	260°: 36.5	265°: 32.7	270°: 28.1	275°: 28.5	280°: 28.2	285°: 28.8	290°: 27.8	295°: 33.9
300°: 35.5	305°: 36.5	310°: 36.8	315° : 42.6	320° : 32.4	325°: 26.1	330° : 31	335° : 28.8	340° : 23.8	345°: 23.1	350° : 19.4	355°: 10.9

Estação Auxiliar						
Transmissor Auxiliar						
Código Equipamento: 048388XXX00518	Código Equipamento: 048388XXX00518 Modelo: FM5000					
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda. Potência de Operação: 3.000 kW						

Transmissor Auxiliar 2					
Código Equipamento: Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:	Potência de Operação: kW				

Linha de Transmissão Auxiliar									
Modelo: LCF78-50JA-A0		Fabricante: Radio Frequency Systems							
Comprimento da Linha: 43 m	Atenuação: 1.0670 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.2 dB	Impedância: 50 ohms						

Antena Auxiliar											
Modelo: BECP-1 L Fabricante:											
Ganho: -3.37 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 135 °	Polarização: Circular	HCI: 36.6 m	ERP Máxima: 9.01 kW						
		RI	os								
Código PI:											

	Informações do documento de Outorga											
Núm Processo Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Na												
9999	202	Portaria	MC	05/08/1988	08/08/1988	Outorga	Jurídico					

	Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Nature:												
9999	447	Portaria	Dentel-RS	18/11/1988	15/02/1989	Aprovação de Local	Técnico					

	Histórico de Documentos Emitidos											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza					
9999	220692	Despacho	МС	22/06/1992		Advertência	Jurídico					
9999	593	Portaria	МС	25/10/1995	01/11/1995	Multa	Jurídico					
53790.001410/199 6	166	Portaria	DMC-RS	20/08/1997		Consol. Carac. Técnicas	Técnico					
9999	1234	Portaria	МС	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico					
9999	310701	Despacho	МС	31/07/2001		Advertência	Jurídico					
9999	463	Portaria	МС	12/09/2006	29/09/2006	Renovação	Jurídico					
9999	302	Portaria	МС	01/08/2011	18/08/2011	Renovação	Jurídico					
9999	260	Decreto Legislativo	CN	03/07/2014	04/07/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico					
53500.058041/201 7-77	8875	Ato	ORLE	20/05/2017	12/06/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico					
53500.049479/201 9-26	7341	Ato	ORLE	23/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico					
53500.037641/202 0-05	4567	Ato	ORLE	22/08/2020	02/09/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico					

Horário de funcionamento

03/05/2023 13:05:40 3/4



03/05/2023 13:05:40 4/4



Sistemas Interativos



SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** ir

internet te

nenu ajud

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo	de	Consulta:	CNPJ

CNPJ: 91.825.802/0001-96

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira Data: 03/05/2023 Hora: 13:28:24



Sistemas

Interativos

internet

省 Menu Principal 🔻

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Co	nculta	CNIDI											
ripo de co	CNPJ: 91.825.802/0001-96												
					RADIO VALE FELIZ	Z LTDA	I						
NOME	ME CNPJ/CPF ENTIDADE CNPJ CA		CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO			
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607 <u>53</u>		RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz	
SERGIO LUIZ	172.470	0.040-		91.825.802/0001- 96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		RS	Feliz	
SELBACH	<u>53</u>	<u> </u>	RADIO VALE	91.825.802/0001- 96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz	

Usuário: keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira Data: 03/05/2023 Hora: 13:28:46



menu ajuda

Sistemas Interativos

internet



SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF	CPF											
CPF:	502.607.230-	2.607.230-53											
NOME	CNPJ/CPF	CNPJ/CPF ENTIDADE CNPJ CARGO Qtd. Cotas PART. PART. PART. SERVIÇOS TIPO UF MUNICIP								MUNICIPIO			
SERGIO LUIZ GRAEBIN	502.607.230- 53	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz		

Data: 03/05/2023 Usuário: keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira Hora: 13:28:52



menu ajuda

Sistemas Interativos



SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** internet

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Co	Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 172.470.040-53												
NOME	CNPJ/CF	F ENTIDADE MC	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO		
SERGIO LUIZ	172.470.04		91.825.802/0001- 96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		RS	Feliz	
SELBACH	<u>53</u>	RADIO VALE FELIZ LTDA	91.825.802/0001- 96	Sócio	380000	0,00%	0,00%	FM		RS	Feliz	

Usuário: keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira Data: 03/05/2023 Hora: 13:29:10

Estações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Privada Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8102/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.042861/2018-13

INTERESSADO: RÁDIO VALE FELIZ LTDA - EPP

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA

INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO VALE FELIZ LTDA - EPP, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Feliz/RS, referente ao seguinte período: 08/08/2018 a 08/08/2028.

ANÁLISE

- 2. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 11059/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 19560/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI8102496 e 8102757). Em resposta, a Interessada protocolou requerimentos sob o nº 53115.026812/2021-97, nº 53115.026812/2021-97 e nº 01245.017089/2022-57, acompanhado de documentos.
- 3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. certidão <u>simplificada</u> emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), <u>atualizada</u>, em que conste o <u>atual</u> <u>quadro societário e diretivo da Entidade</u>;

Justificativa: o documento ora apresentado trata-se de uma certidão específica (SUPER 10147553).

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30** (**trinta**) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/06/2023, às 09:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 10937782 e o código CRC C2C8D0B3.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 Documento nº 10937782



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Privada Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 15037/2023/MCOM

Brasília, 02 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a) Representante Legal da **RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ Nº91.825.802/0001-96)** Rua Pedro Noll, 141 Sala 301 - Centro 95 770 000 - Feliz/RS

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO № 01250.042861/2018-13.

Senhor(a) Representante Legal,

- 1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8102/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento desta notificação.
- 2. A documentação deverá ser encaminhada <u>exclusivamente</u> por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:
 - <u>Protocolo Digital do MCom</u> (https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes).
- 3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: https://acesso.gov.br/.
- 4. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
- 5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
- 6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/06/2023, às 09:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 10937783 e o código CRC 765F7520.

Anexos:

• Nota Técnica 8102 (10937782)

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 Documento nº 10937783

Correspondência Eletrônica - 10938666

Data de Envio:

02/06/2023 11:19:58

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

sergio@radiovalefeliz.com.br valefeliz@radiovalefeliz.com.br jomalismo@radiovalefeliz.com.br carlosdamin@terra.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

PROCESSO Nº: 01250.042861/2018-13

INTERESSADA: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente, Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10937783.html Nota_Tecnica_10937782.html 02/06/2023, 11:20 CADSEI :: [[14024]]

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

elatório nsultar Sair								
Consultar e-ma	Consultar e-mails							
○ CPF	© CNPJ							
CNPJ:	91.825.802/0001-96							
Razão Social								
		Pesquisar						
		10 🗸						
Razão Social	Razão Social CNPJ Emails							
RADIO VALE FEL LTDA	RADIO VALE FELIZ 91.825.802/0001- sergio@radiovalefeliz.com.br, valefeliz@radiovalefeliz.com.br, jornalismo@radiovalefeliz.com.br, carlosdamin@terra.com.br							
_		10 🗸 📗 1 / 1						

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Superintendência de Administração Geral Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças Gerência de Arrecadação

Impresso por: Ricardo Henrique Pereira Nolasco Data/Hora: 14/06/2023 19:14:49

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO VALE FELIZ LTDA Nº FISTEL: 03030154971

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada CNPJ/CPF: 91825802000196

Situação: Ativa Data Validade: 08/08/1998 ± CADIN: Não

Incide FUST: Data Início Operação Comercial: Div. Ativa: Não Tipo Usuário:

Integral ± UF: RS Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Rua Pedro Noll 141 - - Sala 301 **Bairro:** Centro

Município: Feliz CEP: 95770-000 UF: RS

End. Corresp.: Rua Pedro Noll 141 Sala 301 Bairro: Centro

Município: Feliz CEP: 95770-000 UF: RS

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	28/01/1998	526,68	171,87	0001	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	28/01/1998	354,81	160,15	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	28/01/1998	194,66	194,66	0003	Quitado	0,00
1660	0	1995	27/12/1995	0,00	27/12/1995	1.047,98	1.047,98	0004	Cancelado	0,00
8766 - TFI	1	1995	30/11/1995	0,00	30/11/1995	85,26	85,26	0005	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	29/03/1996	44,43	44,43	0006	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1996	27/12/1996	0,00	27/12/1996	189,72	189,72	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	53,61	31/03/1997	48,82	48,82	8000	Quitado	0,00
9666	0	1997	16/12/2000	0,00	07/11/2000	514,64	719,16	0009	Restituído	0,00
8766 - TFI	0	1997	27/08/1997	0,00	27/08/1997	195,31	195,31	0010	Cancelado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 2.900,00	31/03/1998	48,82	48,82	0011		
					18/08/1998	2.851,18	2.851,18		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.900,00	29/03/1999	2.900,00	2.900,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	30/03/2000	2.900,00	2.900,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	30/03/2001	2.900,00	2.900,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	28/03/2002	2.900,00	2.900,00	0015	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	31/03/2003	2.900,00	2.900,00	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	30/03/2004	2.900,00	2.900,00	0017	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	30/03/2005	2.900,00	2.900,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	27/03/2006	2.900,00	2.900,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	29/03/2007	2.900,00	2.900,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	20/03/2008	2.900,00	2.900,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	31/03/2009	2.610,00	2.610,00	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	27/05/2009	290,00	290,00	0025	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	31/03/2010	2.610,00	2.610,00	0026	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	31/03/2010	290,00	290,00	0027	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	31/03/2011	2.610,00	2.610,00	0028	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	31/03/2011	290,00	290,00	0029	Quitado	0,00
tns://sistemasnet/s	igec/Cons	ultasGe	rais/Extratol and	amentos/tela as	n2hdnImprimir=	true				1/2

390,00 Total devido em 14/06/2023 (em reais):

0058

0059

Quitado

Quitado

Total de créditos em 14/06/2023 (em reais):

2.574,00

Legenda do Campo Situação

1329 - TFF

4200 - CFRP

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

2023

2023

31/03/2023

31/03/2023

R\$ 2.574,00

R\$ 390,00

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado

1

1

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

23/03/2023

23/03/2023

2.574,00

390,00

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

BF - Benefício Fiscal

0,00

0,00

0,00

0,00



BOA TARDE Ricardo Henrique Pereira Nolasco

> Sistemas Interativos



SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita>** internet teia | menu ajuda

Consulta Tabela de Receita

go da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551		Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	-	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855		Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
		3 ;
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887		Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889		Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672		Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684		Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
		·
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	i e	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
	9341	Serviços Administrativos
5341		
	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5341		Devolução de Diárias - Exercício Multa sobre Contratos de Bens e Serviços

5345	9345	Cessão de Uso/Aluqueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527		Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9527 9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofreqüências
6529		
	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/200
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício
Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Privada Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 01250.042861/2018-13 Entidade: RÁDIO VALE FELIZ LTDA CNPJ nº: 91.825.802/0001-96 FISTEL nº: 03030154971 Localidade: Feliz/RS

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 26/07/2018

Período: 08/08/2018 a 08/08/2028

Tipo de outorga a ser renovada:

() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	3202657 Págs. 1-2 10147551	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.
i) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147551	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.
 Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO); 	(X) Sim () Não () Não se aplica	10885348 Págs. 8-11	- Art. 12 do Decreto- Lei nº 236, de 1967

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10947550	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147560	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147564 10147570	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as	(X) Sim	F 10147571	- Art. 113, inciso VI do	
Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	() Não () Não se aplica	E 10147574	Decreto nº 52.795, de 1963.	
	() Ital se apirea	M 10147575		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10885348 Pág. 1	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à	(X) Sim	INSS 10147571	- Art. 113, inciso VIII	
Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	() Não () Não se aplica	FGTS 10147578	do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10147580	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	

10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SERGIO LUIZ SELBACH 10147556 SERGIO LUIZ GRAEBIN 10147557	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10885348 Pág. 2	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	() Sim (X) Não	10954108	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	7943727	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR- MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais					
- n/a					
.,, -					

Conclusão

A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 15/06/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10885171** e o código CRC **87FDE286**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13

SEI nº 10885171

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Privada Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA № 6461/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.042861/2018-13 INTERESSADA: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Vale Feliz Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 91.825.802/0001-96**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, vinculado ao **FISTEL nº 03030154971**, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- 2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

- 3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
- 4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:
 - Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

- Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- I (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de

- 5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.
- 6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Vale Feliz Ltda a outorga do serviço radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 202, de 5 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de agosto de 1988 (SUPER 8401167 Pág. 4).
- 7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2008-2018**. De acordo com a Portaria nº 302, de 1º de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2011, a permissão foi renovada, pelo prazo de **10** (dez) anos, a partir de **8 de agosto de 2008**. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 260, de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de julho de 2014 (SUPER 8401167 Págs. 1-2).
- 8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **26 de julho de 2018**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 3202657). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 8 de agosto de 2017 a 8 de agosto de 2018.
- 9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER10885171). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

- § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I certidão de antecedentes criminais;
- II informações sobre pessoa jurídica;
- III outras expressamente previstas em lei.
- 10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
- 11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10885171).
- 12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO en³ de maio de 2023 (SUPER 10885348 Págs. 8-11).
- 13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Sergio Luiz Selbache o sócio Sergio Luiz Graebin não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
- 14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER10885348 Págs. 4-7). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações CGFM informou que não está em trâmite processo

de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 7943727).

- 15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10885171).
- 16. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.
- 17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:
 - Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.
 - § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.
 - § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:
 - I a identificação da entidade, com:
 - a) a razão social;
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
 - c) o nome fantasia; e
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
 - II os dados da outorga, com:
 - a) o estado e o município de execução do serviço; e
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
 - III os dados da estação, com:
 - a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e
 - IV a data de emissão da licença.
 - $\mbox{\ensuremath{V}}\mbox{-}$ a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.
 - § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação TFI.
 - § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.
 - § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
 - § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4° e 5° desse artigo.
 - § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.
 - § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
 - § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.
 - § 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de

renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

- 20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 26 de janeiro de 2022, com validade até 8 de agosto de 2028 (SUPER 10885348 Pág. 2; e SUPER 10954562).
- 21. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER10954108). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.
- 22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

- 23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.
- 24. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:
 - a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER10886078) e de Exposição de Motivos (SUPER 10886081), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
 - b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicaçõeş** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.
- 25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).
- 26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/06/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/06/2023, às 17:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/06/2023, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10885482** e o código CRC **3857ADDC**.

- Minuta Portaria (10886078)
- Minuta Exposição de Motivos (10886081)

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13

Documento nº 10885482

MINUTA DE

PORTARIA № , DE DE DE 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕESo uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº_______,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/06/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/06/2023, às 17:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/06/2023, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10886078** e o código CRC **68D5C7AA**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº ______, acompanhado da Portaria nº _____, de ___ de ____ de ____, publicada em ______, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/06/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/06/2023, às 17:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/06/2023, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de</u> novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10886081** e o código CRC **F9A736FA**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 Documento nº 10886081

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 37536/2023/MCOM

Brasília, 16 de junho de 2023

A Senhor Felipe Nogueira Fernandes Consultor Jurídico Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM (10885482)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM 10885482), no qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Vale Feliz Ltda**, inscrita no CNPJ nº 91.825.802/0001-96, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Feliz/RS**, vinculado ao FISTEL nº 03030154971, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado**, **Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 19/06/2023, às 14:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10958515** e o código CRC **75AD2E99**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 Documento nº 10958515



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042861/2018-13

INTERESSADAS: RÁDIO VALE FELIZ LTDA. e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE

EMENTA:

- I Pleito formulado pela RÁDIO VALE FELIZ LTDA., com o objetivo de renovar a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- II Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 42 e 43 deste parecer.
- V Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
 - VII Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

<u>I - RELATÓRIO</u>

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela RÁDIO VALE FELIZ LTDA., objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.

- 2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM (10885482),** da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:
- "6. No caso em apreço, conferiu-se à <u>Rádio Vale Feliz Ltda</u> a outorga do serviço radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 202, de 5 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia <u>8 de agosto de 1988</u> (SUPER 8401167 Pág. 4).
- 7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de 2008-2018. De acordo com a Portaria nº 302, de 1º de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2011, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 8 de agosto de 2008. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 260, de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de julho de 2014 (SUPER 8401167 Págs. 1-2).
- 8. Pela análise dos autos, observa-se que, em <u>26 de julho de 2018</u>, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 3202657). Portanto, <u>o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente</u>, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de <u>8 de agosto de 2017 a 8 de agosto de 2018</u>." (sublinhamos)
 - 3. Conforme transcrição acima, no requerimento protocolado em 26 de julho de 2018, a entidade

apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, <u>2018-2028</u> (SUPER 3202657), solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo administrativo.

- 4. Analisado o pleito, manifestou-se a SECOE por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu **deferimento** e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: "Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do **deferimento** do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Feliz/RS**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963." (negritamos).
 - 5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

- 6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
- 7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
- 8. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria.** A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
- 9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

- 10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.
- 11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".
- 12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".
- 13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de **dez anos** para as emissoras de **rádio** e de quinze para as de televisão".
- 14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

- 15. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".
- 16. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".
- 17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".
- 18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".
- 19. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.
- 20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume
- 21. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

- 22. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE opinou pelo deferimento do pedido de interesse da RÁDIO VALE FELIZ LTDA, que busca ver aprovada a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, que detém na localidade de Feliz/RS, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- 23. Segundo apurado pela SECOE, que atestou a adequação da documentação apresentada, nos termos da sua NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM (10885482), a outorga de que se trata foi conferida com a edição da Portaria nº 202, de 5 de agosto de 1988, publicada no DOU do dia <u>8 de agosto de 1988</u> (SUPER 8401167 Pág. 4).
- 24. O último pedido de renovação deferido por esta Pasta, relativo ao decênio de 2008-2018 foi deferido com a publicação da Portaria nº 302, de 1º de agosto de 2011, publicada no DOU de 18 de agosto de 2011, sendo o ato chancelado pelo Decreto Legislativo nº 260, de 2014, publicado no DOU do dia 4 de julho de 2014 (SUPER 8401167 Págs. 1-2), resultando na renovação da concessão por mais 10 (dez) anos, a partir de, 8 de agosto de 2008.
- 25. Já, no tocante ao decênio subsequente <u>2008-2028</u> o pedido de renovação foi apresentado **tempestivamente** pela entidade no dia <u>26 de julho de 2018</u> (SUPER 3202657), pois a antiga redação do **art. 4º** da **Lei nº** 5.785/1972 estabelecia que todo requerimento de renovação de outorga deveria ser apresentado entre os <u>6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga</u>, ou seja, *in casu*, entre <u>8 de agosto de 2017 a 8 de agosto de 2018</u>.
- 26. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 10885171)
- 27. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n º 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:
- "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

- II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).
 - III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no <u>Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho</u>; e (<u>Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017</u>)
 - X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
 - XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - 28. Sobre o assunto, a SECOE se manifestou da seguinte forma:

" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE.

(...)

- 9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10885171). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
- 'Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

- $\S \ 1^o \ \acute{E}$ vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
 - I certidão de antecedentes criminais;
 - II informações sobre pessoa jurídica;
 - III outras expressamente previstas em lei.'
- 10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."
- 29. Aduzindo, ademais, ter sido juntado requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017,

- **nº 10.405/2020** e **nº 10.775/2021**, como também a **certidão simplificada**, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (**SUPER 10885171**).
- 30. Assegurou que a entidade e seus sócios/dirigentes se encontram em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO em 3 de maio de 2023 (SUPER 10885348 Págs. 8-11).
- 31. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora **somente** o serviço objeto de análise destes autos e **não** figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o **sócio administrador Sergio Luiz Selbach e o sócio Sergio Luiz Graebin <u>não</u> compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.**
- 32. Em sequência, acrescentou a SECOE não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 10885348 Págs. 4-7)), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 7943727).
 - 33. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento SUPER 10885171:
- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;
- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;
- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor,
- 34. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
- 35. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do **Decreto nº 10.405/2020**, que alterou o **Decreto nº 52.795/1963**, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do **art. 3º** da **Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020**, alterada pela **Portaria MCom nº 2.524**, **de 04 de maio de 2021**, a saber:
- "Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.
- § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.
 - § 2° Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:
 - I a identificação da entidade, com:
 - a) a razão social;
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
 - c) o nome fantasia; e
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
 - II os dados da outorga, com:
 - a) o estado e o município de execução do serviço; e
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
 - III os dados da estação, com:
 - a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e IV a data de emissão da licença.
 - V a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.
- § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação TFI.
- § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.
- § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
- \S 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos $\S\S$ 4º e 5º desse artigo.
 - § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o

vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

- § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.
- § 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."
- 36. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 37. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3°, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 38. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 26 de janeiro de 2022, com validade até 8 de agosto de 2028 (SUPER 10885348 Pág. 2; e SUPER 10954562).
- 39. Aduziu a SECOE, na oportunidade, não ter a requerente optado pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o **código 5356**, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 10954108), de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações SIGEC/ANATEL, não se aplicando ao caso dos autos, assim, a condição prevista no art. 112, § 3°, do Decreto nº 52.795/1963.
- 4 0 . Conforme se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE.
- 41. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na **Lei Complementar nº 95/98**, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
- 42. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação".
- 43. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

44. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 29 de junho de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042861201813 e da chave de acesso d896e3fd



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1212886977 e chave de acesso d896e3fd no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-06-2023 12:31. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01369/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042861/2018-13

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica -SECOE

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

- 1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela Dr^a. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
- 2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Rádio Vale Feliz Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Feliz/RS**, no período de **8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.**
- 3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Feliz/RS**, concedida à entidade **Rádio Vale Feliz Ltda**.
- 4. Conforme os termos do **PARECER N. 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2°, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2° e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
- 5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- 6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Rádio Vale Feliz Ltda**.
- 7. Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.
- 8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 29 de junho de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBAADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042861201813 e da chave de acesso d896e3fd



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1213179126 e chave de acesso d896e3fd no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-07-2023 07:47. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042861/2018-13

INTERESSADOS: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA.

Aprovo o <u>PARECER n. 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU</u>, com os acréscimos contidos no <u>DESPACHO n. 01369/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU</u>.

À DIADM, a fim de restituir os autos à SECOE.

Brasília, 05 de julho de 2023.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042861201813 e da chave de acesso d896e3fd



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1218612606 e chave de acesso d896e3fd no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-07-2023 18:26. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA № 9918, DE 06 DE JULHO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕESo uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/07/2023, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10998610** e o código CRC **E67B172C**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 Documento nº 10998610



EM Nº 51/2023/MCOM

Brasília, 06 de julho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU/2023, acompanhado da Portaria nº 9918, de 06 de Julho de 2023 publicada em _______, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/07/2023, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10998618** e o código CRC **2236DDDB**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 Documento nº 10998618

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 38391/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor **Braunner Fassheber** Chefe de Gabinete do Ministro Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 9918/2023/MCOM (10998610) e Exposição de Motivos (10998618)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 6461/2023/MCOM (10885482) e Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU10997938), encaminho a Portaria nº 9918/2023/MCOM (10998610) e Exposição de Motivos (10991618), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch

Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 17/07/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10998633** e o código CRC **7813AE00**.

 Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13
 Documento nº 10998633

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/07/2023 11:53:36 **Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro **Operador:** Rosiane Caixeta da Silva

Ofício: 9734890

Data prevista de publicação: 24/07/2023 Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1

Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias							
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor			
20791596	PORTARIA NA 9933 - J.rtf	a588b7f7f52bcc55 a12e964f923da4b8	9,00	R\$ 350,2			
20791597	PORTARIA NA 9928 - J.rtf	6d48ae07cab2822a 09b10d3285c9ce49	8,00	R\$ 311,3			
20791598	PORTARIA NA 9918 - J.rtf	a48a7d1c3a41e4b3 29568902a16237c9	8,00	R\$ 311,3			
TOTAL DO OFICIO			25,00	R\$ 973,0			

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/07/2023 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 44 Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 9.918, DE 6 DE JULHO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac3c613b6

Informações da Entidade

Dados da Entidade				
Nome da Entidade: RADIO VALE FELIZ LTDA				
Nome Fantasia:				
Telefone: (51) 6371711	E-mail: valefeliz@radiovalefeliz.com.br			
CNPJ: 91.825.802/0001-96 Número do Fistel: 03030154971				
Tipo Usuário: Adm Privada Tipo Taxa: Integral				
Data do contrato: 08/08/2008 Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada				
Carater: Primário Local específico:				
Rede: Categoria da Estação: Principal				
Val. RF: 08/08/2028				
Observações: SSR85/86,251/88;SNC363/92;SSC44/96,RESOLUCAO ANATEL 125/99				

Endereço Sede				
Logradouro: Rua Pedro Noll Co			Complemento: - Sala 301	
Bairro: Centro		Numer	o: 141	
Município: Feliz	UF: RS		CEP: 95770000	

Endereço Correspondência					
Logradouro: Rua Pedro Noll			Complemento: Sala 301		
Bairro: Centro		Numer	o: 141		
Município: Feliz	UF: RS		CEP : 95770000		

Endereço do Transmissor					
Logradouro: Morro das Batatas			Complemento:		
Bairro:			Numero:		
Município: Feliz	UF: RS		CEP : 95770000		

Endereço do Estúdio Principal					
Logradouro: Rua Pedro Noll			Complemento: Sala 301		
Bairro: Centro		Numero: 141			
Município: Feliz	UF: RS		CEP: 95770000		

Endereço do Estúdio Auxiliar					
Logradouro:			Complemento:		
Bairro:			o:		
Município: -	UF:		CEP:		

Informações do Plano Basico

Localização		
Município: Feliz	UF: RS	

Parâmetros Técnicos					
Canal: 242 Frequência: 96.3 MHz Classe: E3 ERP Máxima: 9.0091kW					
HCI: 56.2 m	Pareamento:	Decalagem: Fase: 2			

Informações da Estação

24/07/2023 16:07:30



Informações Gerais			
Número da Estação: 9629122 Número Indicativo: ZYD704			
Data Último Licenciamento: 26/01/2022	Número da Licença: 53500.081011/2021-41		

Estação Principal				
Localização				
Latitude: 29° 25' 17.69" S Longitude: 51° 18' 57.10" W Cota da base: 486 m				

Transmissor Principal		
Código Equipamento: 041981802252 Modelo: FM6,5s		
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 6.500 kW	

Linha de Transmissão Principal				
Modelo: LCF158-50JA-A0		Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 60.5 m Atenuação: 0.6319 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.2 dB	Impedância: 50 ohms	

	Antena Principal								
Modelo: IFFMC-3-96.3-C-L	-R		Fabricante: IF Telecom Ltda.						
Ganho: 2.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 355 °	Polarização: Circular	HCI : 56.2 m	ERP Máxima: 9.01 kW				

	Padrão de Antena dBd											
0°: 0.15	5°: 0.15	10°: 0.15	15°: 0.14	20°: 0.14	25°: 0.14	30°: 0.14	35°: 0.14	40°: 0.13	45°: 0.13	50°: 0.13	55°: 0.13	
60°: 0.12	65°: 0.12	70°: 0.11	75°: 0.1	80°: 0.1	85°: 0.09	90°: 0.08	95°: 0.06	100°: 0.05	105°: 0.03	110º: 0.03	115°: 0.02	
120°: 0.01	125°: 0.01	130° : 0	135° : 0	140° : 0	145º : 0	150°: 0.01	155º: 0.02	160°: 0.03	165º: 0.03	170°: 0.04	175°: 0.05	
180°: 0.06	185°: 0.07	190º: 0.08	195°: 0.09	200°: 0.09	205°: 0.1	210°: 0.1	215°: 0.1	220°: 0.1	225°: 0.1	230°: 0.1	235°: 0.1	
240°: 0.1	245°: 0.1	250°: 0.1	255°: 0.1	260°: 0.1	265°: 0.1	270°: 0.1	275°: 0.11	280°: 0.11	285°: 0.12	290°: 0.13	295°: 0.14	
300°: 0.14	305°: 0.15	310°: 0.16	315°: 0.16	320°: 0.17	325°: 0.17	330°: 0.17	335°: 0.17	340°: 0.17	345°: 0.16	350°: 0.16	355°: 0.16	

					Coordenada	as por radial					
0°: Lat 29°2 0′49.74′′ S Lon 51°18′57.1′	5°: Lat 29°1 7′55.95′′ S Lon 51°18′ 12.78′′ W	10°: Lat 29° 18′19.67′′ S Lon 51°1 7′32.57′′ W	15°: Lat 29°13′2.4″ S Lon 51°1 5′11.37″ W	20°: Lat 29° 13′44.62′′ S Lon 51°14′8.07′	25°: Lat 29° 11′38.69′′ S Lon 51°1 1′39.72′′ W	30°: Lat 29° 11′50.34′′ S Lon 51°10′3.33′	35°: Lat 29° 13′24.48′′ S Lon 51°9′25.14′	40°: Lat 29° 13′26.96′′ S Lon 51°7′34.21′	45°: Lat 29°13′7.59′ S Lon 51°5′1.38′′	50°: Lat 29°13′9.62′ ′S Lon 51°2′24.31′	55°: Lat 29°13′3.1″ S Lon 50°5 8′57.51″ W
60%: Lat 29° 14′10.74′′ S Lon 50°5 6′56.86′′ W	65°: Lat 29° 15′15.15′′ S Lon 50°5 4′21.61′′ W	70°: Lat 29° 17′27.48″ S Lon 50°5 4′22.91″ W	75°: Lat 29° 19'33.62'' S Lon 50°5 4'33.78'' W	80 : Lat 29° 21'41.14" S Lon 50°5 5'41.12" W	85°: Lat 29° 23'41.65'' S Lon 50°5 8'18.03'' W	90%: Lat 29° 25′16.43′′ S Lon 51°0′34.54′ ′ W	95%: Lat 29° 26′47.75″ S Lon 50°5 8′55.38″ W	100°: Lat 29 °28′25.11′′ S Lon 50°5 8′25.88′′ W	Yb5°: Lat 29°30′7.59′ ′ S Lon 50°58′7.04′ ′ W	110: Lat 29 °32′10.34′′ S Lon 50°57′8.38′ ′ W	115°: Lat 29°34′0.07′ ′ S Lon 50° 57′24.85′′ W
120°: Lat 29 °36′16.29′′ S Lon 50°57′1.52′′ W	125°: Lat 29 °37′53.66″ S Lon 50°5 8′12.39″ W	130°: Lat 29 °39′49.58′′ S Lon 50°5 8′59.27′′ W	135°: Lat 29°41′7.15′ ′ S Lon 51°0′42.77′ ′ W	140°: Lat 29 °42′59.24′′ S Lon 51°1′50.41′	145°: Lat 29 °44′59.68″ S Lon 51°3′3.06″ W	150°: Lat 29 °46′32.21′′ S Lon 51°4′48.84′ ′ W	155°: Lat 29 °46′23.02′′ S Lon 51°7′37.08′	160°: Lat 29 °47′54.36′′ S Lon 51°9′27.94′	165°: Lat 29 °48′41.54″ S Lon 51°11′43.5″	170°: Lat 29 °50′23.82″ S Lon 51°1 3′50.92″ W	175°: Lat 29°51′9.65′ ′S Lon 51° 16′20.54′′
180°: Lat 29 °51′34.57″ S Lon 51°18′57.1′	185°: Lat 29 °51′42.72′′ S Lon 51°21′37′′	190°: Lat 29 °51′24.52′′ S Lon 51°2 4′15.67′′ W	195°: Lat 29 °50′45.19″ S Lon 51°2 6′49.05″ W	200°: Lat 29 °49′41.26′′ S Lon 51°29′11.3′	205°: Lat 29°48′6.1″ S Lon 51°3 1′12.74″ W	210°: Lat 29 °47′13.23″ S Lon 51°3 3′32.77″ W	215°: Lat 29 °45′53.98″ S Lon 51°3 5′35.15″ W	220°: Lat 29 °44′22.62′′ S Lon 51°3 7′24.77′′ W	225°: Lat 29 °42′44.14″ S Lon 51°39′3.69′	230°: Lat 29 °40′53.36′′ S Lon 51°4 0′22.95′′ W	235°: Lat 29 °38′50.53′′ S Lon 51°4 1′15.87′′ W
24%: Lat 29 °36′58.73′′ S Lon 51°4 2′17.87′′ W	245°: Lat 29 °34′47.84″ S Lon 51°4 2′28.13″ W	250°: Lat 29 °32′40.89″ S Lon 51°4 2′23.25″ W	255°: Lat 29 °30′41.55″ S Lon 51°4 2′14.66″ W	260°: Lat 29°28′41.3′ ′S Lon 51° 41′15.67′′	265°: Lat 29 °26′48.54′′ S Lon 51°39′9.67′	270°: Lat 29 °25′16.56′′ S Lon 51°3 6′19.76′′ W	275°: Lat 29 °23′56.14″ S Lon 51°3 6′31.83″ W	280°: Lat 29 °22′38.05′′ S Lon 51°36′8.83′	285°: Lat 29 °21′15.39′′ S Lon 51°36′9.85′	290°: Lat 29°20′9.34′ ′S Lon 51°35′5.83′	295°: Lat 29 °17′32.35″ S Lon 51°3 7′58.01″ W
300°: Lat 29 °15′41.31′′ S Lon 51°3 7′58.76′′ W	305°: Lat 29 °13′57.72′′ S Lon 51°3 7′27.82′′ W	310°: Lat 29 °12′29.87′′ S Lon 51°3 6′23.89′′ W	315°: Lat 29°9′2.22′′ S Lon 51°3 7′32.56′′ W	\$20°: Lat 29 °11′52.36′′ S Lon 51°31′50.6′ ′ W	325°: Lat 29 °13′43.92″ S Lon 51°2 8′13.49″ W	330°: Lat 29 °10′48.68′′ S Lon 51°2 8′31.52′′ W	335°: Lat 29 °11′12.88′′ S Lon 51°2 6′28.21′′ W	340°: Lat 29 °13′13.41′′ S Lon 51°2 3′59.11′′ W	345°: Lat 29 °13′16.14′′ S Lon 51°2 2′38.61′′ W	350°: Lat 29 °14′58.83′′ S Lon 51°21′2.16′ ′ W	355°: Lat 29 °19′25.71′′ S Lon 51°1 9′32.42′′ W

	Distância por radial											
0º: 8.3	5º: 13.7	10º: 13.1	15º : 23.5	20°: 22.8	25°: 27.9	30°: 28.8	35°: 26.9	40°: 28.6	45°: 31.9	50°: 34.9	55°: 39.5	
60°: 41.1	65°: 43.9	70°: 42.3	75° : 40.8	80°: 38.2	85°: 33.5	90°: 29.7	95°: 32.4	100°: 33.6	105°: 34.8	110º: 37.4	115°: 38.3	
120° : 40.8	125° : 40.8	130º : 42	135°: 41.5	140° : 42.8	145°: 44.6	150° : 45.5	155°: 43.1	160° : 44.6	165°: 44.9	170º: 47.2	175°: 48.1	

24/07/2023 16:07:31



	1	1	I .	I .	I.	1	1	I .	I.	1	I.
180°: 48.7	185º: 49.1	190°: 49.1	195°: 48.9	200°: 48.1	205°: 46.7	210°: 46.9	215°: 46.7	220°: 46.2	225°: 45.8	230° : 45	235°: 43.9
240° : 43.4	245°: 41.8	250°: 40.2	255°: 38.9	260°: 36.5	265°: 32.7	270°: 28.1	275°: 28.5	280°: 28.2	285°: 28.8	290°: 27.8	295°: 33.9
300°: 35.5	305°: 36.5	310°: 36.8	315° : 42.6	320° : 32.4	325°: 26.1	330° : 31	335° : 28.8	340° : 23.8	345°: 23.1	350°: 19.4	355°: 10.9

Estação Auxiliar						
Transmissor Auxiliar						
Código Equipamento: 048388XXX00518	Modelo: FM5000					
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2					
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado				
Fabricante:	Potência de Operação: kW				

	Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo: LCF78-50JA-A0		Fabricante: Radio Frequency Systems						
Comprimento da Linha: 43 m	Atenuação: 1.0670 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.2 dB	Impedância: 50 ohms					

	Antena Auxiliar											
Modelo: BECP-1 L			Fabricante:									
Ganho: -3.37 dBd	Beam-Tilt: 0 ° Orientação NV: 135 °		Polarização: Circular	HCI: 36.6 m	ERP Máxima: 9.01 kW							
RDS												
Código PI:												

Informações do documento de Outorga										
Núm Processo Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Natur										
9999	202	Portaria	МС	05/08/1988	08/08/1988	Outorga	Jurídico			

	Informações do documento de Aprovação de Locais										
Núm Processo Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Natureza											
9999	447	Portaria	Dentel-RS	18/11/1988	15/02/1989	Aprovação de Local	Técnico				

			Histórico de	Documentos Em	nitidos		
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	220692	Despacho	MC	22/06/1992		Advertência	Jurídico
9999	593	Portaria	МС	25/10/1995	01/11/1995	Multa	Jurídico
53790.001410/199 6	166	Portaria	DMC-RS	20/08/1997		Consol. Carac. Técnicas	Técnico
9999	1234	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
9999	310701	Despacho	МС	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	463	Portaria	МС	12/09/2006	29/09/2006	Renovação	Jurídico
9999	302	Portaria	МС	01/08/2011	18/08/2011	Renovação	Jurídico
9999	260	Decreto Legislativo	CN	03/07/2014	04/07/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.058041/201 7-77	8875	Ato	ORLE	20/05/2017	12/06/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.049479/201 9-26	7341	Ato	ORLE	23/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.037641/202 0-05	4567	Ato	ORLE	22/08/2020	02/09/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
012500428612018 13	9918	Portaria	MC	06/07/2023	24/07/2023	Renovação	Jurídico

24/07/2023 16:07:31 3/4



Horário de funcionamento

24/07/2023 16:07:31 4/4

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 39124/2023/MCOM

Brasília, 24 de Julho de 2023

Ao Senhor **Ênio Soares Dias** Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10998618)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 9918/2023/SEI-MCOM (1025743), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10998618), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 24/07/2023, às 18:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **11027257** e o código CRC **796C4FC5**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13

Documento nº 11027257

Brasília, 25 de Julho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU/2023, acompanhado da Portaria nº 9918, de 06 de julho de 2023 publicada em 24 de julho de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro das Comunicações Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO № 21405/2023/MCOM

Ao Senhor Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG Casa Civil da Presidência da República Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.042861/2018-13.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se a Vossa Senhoria o presente processo para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

FRANCISCO CAVALCANTE Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Cavalcante Costa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto,** em 26/07/2023, às 13:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **11029707** e o código CRC **AF13B9D5**.

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 Documento nº 11029707

Brasília, 25 de Julho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU/2023, acompanhado da Portaria nº 9918, de 06 de julho de 2023 publicada em 24 de julho de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Privada Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.042861/2018-13

INTERESSADA: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO.

VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Vale Feliz Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 91.825.802/0001-96**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, vinculado ao **FISTEL nº 03030154971**, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- 2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

- 3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5°, da Constituição Federal, do art. 33, § 3°, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1°, do Decreto nº 52.795/1963.
- 4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:
 - Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

- Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- I (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

- VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta:
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.
- 5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.
- 6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Vale Feliz Ltda a outorga do serviço radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 202, de 5 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de agosto de 1988 (SUPER 8401167 Pág. 4).
- 7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2008-2018**. De acordo com a Portaria nº 302, de 1º de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2011, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 8 de agosto de **2008**. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 260, de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de julho de 2014 (SUPER 8401167 Págs. 1-2).
- 8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **26 de julho de 2018**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 3202657). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 8 de agosto de 2017 a 8 de agosto de 2018.
- 9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10885171). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades,

e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

 (\dots)

- § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I certidão de antecedentes criminais;
- II informações sobre pessoa jurídica;
- III outras expressamente previstas em lei.
- 10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
- 11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10885171).
- 12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO em 3 de maio de 2023 (SUPER 10885348 Págs. 8-11).
- 13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Sergio Luiz Selbach e o sócio Sergio Luiz Graebin não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
- 14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 10885348 Págs. 4-7). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 7943727).
- 15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a

ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10885171).

- 16. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.
- 17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:
 - Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.
 - § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.
 - § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:
 - I a identificação da entidade, com:
 - a) a razão social;
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
 - c) o nome fantasia; e
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
 - II os dados da outorga, com:
 - a) o estado e o município de execução do serviço; e
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
 - III os dados da estação, com:
 - a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e
 - IV a data de emissão da licença.
 - V a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.
 - § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação TFI.
 - § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.
 - § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
 - § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.
 - § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.
 - § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
 - § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é

requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

- § 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3°, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 26 de janeiro de 2022, com validade até 8 de agosto de 2028 (SUPER 10885348 Pág. 2; e SUPER 10954562).
- 21. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 10954108). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.
- 22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

- 23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1°, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.
- 24. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:
 - a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10886078) e de Exposição de Motivos (SUPER 10886081), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
 - b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga,

remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

- 25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).
- 26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/06/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/06/2023, às 17:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/06/2023, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **10885482** e o código CRC **3857ADDC**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10886078)
- Minuta Exposição de Motivos (10886081)

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13 Documento nº 10885482



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042861/2018-13

INTERESSADAS: RÁDIO VALE FELIZ LTDA. e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE

EMENTA:

- I Pleito formulado pela RÁDIO VALE FELIZ LTDA., com o objetivo de renovar a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- II Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 42 e 43 deste parecer.
- V Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
 - VII Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela RÁDIO VALE FELIZ LTDA., objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.

- 2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM (10885482),** da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:
- "6. No caso em apreço, conferiu-se à <u>Rádio Vale Feliz Ltda</u> a outorga do serviço radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 202, de 5 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia <u>8 de agosto de 1988</u> (SUPER 8401167 Pág. 4).
- 7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de 2008-2018. De acordo com a Portaria nº 302, de 1º de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2011, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 8 de agosto de 2008. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 260, de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de julho de 2014 (SUPER 8401167 Págs. 1-2).
- 8. Pela análise dos autos, observa-se que, em <u>26 de julho de 2018</u>, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 3202657). Portanto, <u>o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente</u>, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de <u>8 de agosto de 2017 a 8 de agosto de 2018</u>." (sublinhamos)
 - 3. Conforme transcrição acima, no requerimento protocolado em 26 de julho de 2018, a entidade

apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, <u>2018-2028</u> (SUPER 3202657), solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo administrativo.

- 4. Analisado o pleito, manifestou-se a SECOE por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu **deferimento** e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: "Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do **deferimento** do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Feliz/RS**, nos termos do art. 5° da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963." (negritamos).
 - 5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

- 6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
- 7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
- 8. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria.** A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
- 9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

- 10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.
- 11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, q u e "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".
- 12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria d a *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".
- 13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de **dez anos** para as emissoras de **rádio** e de quinze para as de televisão".
- 14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

- 15. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".
- 16. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".
- 17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".
- 18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".
- 19. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.
- 20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.
- 21. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

- 22. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE opinou pelo deferimento do pedido de interesse da RÁDIO VALE FELIZ LTDA, que busca ver aprovada a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, que detém na localidade de Feliz/RS, referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- 23. Segundo apurado pela SECOE, que atestou a adequação da documentação apresentada, nos termos da sua NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM (10885482), a outorga de que se trata foi conferida com a edição da Portaria nº 202, de 5 de agosto de 1988, publicada no DOU do dia <u>8 de agosto de 1988</u> (SUPER 8401167 Pág. 4).
- 24. O último pedido de renovação deferido por esta Pasta, relativo ao decênio de 2008-2018 foi deferido com a publicação da Portaria nº 302, de 1º de agosto de 2011, publicada no DOU de 18 de agosto de 2011, sendo o ato chancelado pelo Decreto Legislativo nº 260, de 2014, publicado no DOU do dia 4 de julho de 2014 (SUPER 8401167 Págs. 1-2), resultando na renovação da concessão por mais 10 (dez) anos, a partir de, 8 de agosto de 2008.
- 25. Já, no tocante ao decênio subsequente 2008-2028 o pedido de renovação foi apresentado tempestivamente pela entidade no dia 26 de julho de 2018 (SUPER 3202657), pois a antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que todo requerimento de renovação de outorga deveria ser apresentado entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, in casu, entre 8 de agosto de 2017 a 8 de agosto de 2018.
- 26. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 10885171)
- 27. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n ° 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:
- "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

- II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no <u>Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho</u>; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
 - XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (<u>Incluído pelo Decreto</u> nº 10.775, de 2021)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - 28. Sobre o assunto, a SECOE se manifestou da seguinte forma:

" SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE.

(...)

- 9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10885171). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3°, caput, e §§ 1°, 2° e 3°). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
- 'Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

- $\S \ 1^{\circ}$ É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
 - I certidão de antecedentes criminais;
 - II informações sobre pessoa jurídica;
 - III outras expressamente previstas em lei.'
- 10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."
- 29. Aduzindo, ademais, ter sido juntado requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017,

- nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10885171).
- 30. Assegurou que a entidade e seus sócios/dirigentes se encontram em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO em 3 de maio de 2023 (SUPER 10885348 Págs. 8-11).
- 31. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora **somente** o serviço objeto de análise destes autos e **não** figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o **sócio administrador Sergio Luiz Selbach e o sócio Sergio Luiz Graebin <u>não</u> compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.**
- 32. Em sequência, acrescentou a SECOE não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 10885348 Págs. 4-7)), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 7943727).
 - 33. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento SUPER 10885171:
- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;
- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;
- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor,
- 34. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
- 35. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do **Decreto nº 10.405/2020**, que alterou o **Decreto nº 52.795/1963**, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do **art. 3º** da **Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020**, alterada pela **Portaria MCom nº 2.524**, **de 04 de maio de 2021**, a saber:
- "Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.
- § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.
 - § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:
 - I a identificação da entidade, com:
 - a) a razão social;
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
 - c) o nome fantasia; e
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
 - II os dados da outorga, com:
 - a) o estado e o município de execução do serviço; e
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
 - III os dados da estação, com:
 - a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e IV a data de emissão da licença.
 - V a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.
- § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação TFI.
- § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.
- § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
- § 6° Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4° e 5° desse artigo.
 - § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o

vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

- \S 8° As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.
- § 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."
- 36. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 37. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3°, da Lei n° 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 38. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 26 de janeiro de 2022, com validade até 8 de agosto de 2028 (SUPER 10885348 Pág. 2; e SUPER 10954562).
- 39. Aduziu a SECOE, na oportunidade, não ter a requerente optado pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o **código 5356**, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 10954108), de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações SIGEC/ANATEL, não se aplicando ao caso dos autos, assim, a condição prevista no art. 112, § 3°, do Decreto nº 52.795/1963.
- 4 0 . Conforme se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE.
- 41. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
- 42. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação".
- 43. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

44. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 29 de junho de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042861201813 e da chave de acesso d896e3fd



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1212886977 e chave de acesso d896e3fd no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-06-2023 12:31. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO n. 01369/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042861/2018-13

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica -SECOE

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

- 1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
- 2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rádio Vale Feliz Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Feliz/RS, no período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- 3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI- MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Feliz/RS**, concedida à entidade **Rádio Vale Feliz Ltda**.
- 4. Conforme os termos do **PARECER N. 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, é possível, no aspecto jurídicoformal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
- 5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 8 de agosto de 2018 a 8 de agosto de 2028.
- 6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Rádio Vale Feliz Ltda**.
- 7. Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.
- 8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 29 de junho de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042861201813 e da chave de acesso d896e3fd



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1213179126 e chave de acesso d896e3fd no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-07-2023 07:47. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042861/2018-13

INTERESSADOS: RÁDIO VALE FELIZ LTDA

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA.

Aprovo o <u>PARECER n. 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU</u>, com os acréscimos contidos no <u>DESPACHO n. 01369/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU</u>.

À DIADM, a fim de restituir os autos à SECOE.

Brasília, 05 de julho de 2023.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042861201813 e da chave de acesso d896e3fd



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1218612606 e chave de acesso d896e3fd no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-07-2023 18:26. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/07/2023 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 44 **Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro**

PORTARIA Nº 9.918, DE 6 DE JULHO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), nos termos da Portaria nº 202, datada em 5 de agosto de 1988, publicada em 8 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Casa Civil Secretaria-Executiva da Casa Civil Secretaria de Administração Diretoria de Recursos Logísticos Coordenação de Documentação Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 9 de novembro de 2023.

Aos Protocolo da SAJ, SAG e CC, e à CGINF

Assunto: RENOV/FM - RÁDIO VALE FELIZ LTDA - Localidade de Feliz/RS.

1. Encaminho EXM 363 2023 MCOM, para análise e providências.

EDIVALDO SOARES DE SOUSA

Supervisor

Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por **Edivaldo Soares de Sousa**, **Supervisor(a)**, em 09/11/2023, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4721191** e o código CRC **A7F33E5E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

 Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13
 SUPER nº 4721191



OFÍCIO Nº 4198/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 363/2023 MCOM ₹721176), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, que trata da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, da permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa**, **Chefe de Gabinete**, em 10/11/2023, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4721378** e o código CRC **F6E9C7F5** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.042861/2018-13

SUPER nº 4721378

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754 CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Casa Civil Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 363/2023 MCOM (4721176) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Assunto: Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, referente à renovação da permissão outorgada à RÁDIO VALE FELIZ LTDA (CNPJ nº 91.825.802/0001-96), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Feliz/SC.

Trâmites: Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PRV21191) para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/P®FÍCIO № 4198/2023/GM/CC/PR (4721378) para a SE/CC/PR.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PF – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva, caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional, mediante expediente do Ministro de Estado desta Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple**, **Subsecretário(a)**, em 13/11/2023, às 20:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4729689** e o código CRC **819B4A50** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador-externo.php?acao=documento-conferir&id-orgao-acesso-externo=0

 Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13
 SUPER nº 4729689



Casa Civil Secretaria Especial de Análise Governamental Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão № 89/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.042861/2018-13.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00363/2023 MCOM, de 25 de Julho de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Feliz (RS).

- 1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00363/2023 MCOM (4720751), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.042861/2018-13, acompanhado da Portaria nº 9.918, de 6 de julho de 2023, que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2018, no município de Feliz, estado do Rio Grande do Sul, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO VALE FELIZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 91.825.802/0001-96, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações [1], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão [2].
- 2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
- 3. O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio daNota Técnica nº 6461/2023/SEI-MCOM, de 16 de junho de 2023 (4721181), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) posicionou-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora na localidade de Feliz (RS), nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
- 4. Por sua vez, o Parecer Jurídico nº 00428/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4720743) posicionou-se pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, destacando que "todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica".
- 5. O quadro societário e diretoria da empresa <u>RÁDIO VALE FELIZ LTD</u> <u>Ae</u> encontra registrado no <u>SIACCO Sistema de</u> <u>Acompanhamento de Controle Social [3]</u>.
- 6. A consulta ao <u>Quadro de Sócios e Administradores QSA</u>constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 91.825.802/0001-96
NOME EMPRESARIAL: RADIO VALE FELIZ LTDA

CAPITAL SOCIAL: R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: SERGIO LUIZ SELBACH
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: SERGIO LUIZ GRAEBIN

Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB. Emitido no dia 10/04/2024 às 13:23 (data e hora de Brasília).

- 7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no MOSAICO Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro [4], cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.
- 8. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) a existência da Lista de Verificação de Documentos Renovação de Outorga Comercial, de 15 de junho de 2023 (4720738), com a anotação de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR)não tem óbices ao prosseguimento do feito, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
- 9. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal, sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 25 do Decreto nº 9.191, de 2017.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor (SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC (SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental (SAG/CC/PR)

^[1] Instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

^[2] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

^[3] O SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas

funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho**, **Assessor(a)**, em 12/04/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/04/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti**, **Secretário(a) Especial**, em 12/04/2024, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5099487 e o código CRC 64E1822C no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.042861/2018-13

SUPER nº 5099487

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958 CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br



SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.042861/2018-13

Nota SAJ - Radiodifusão nº 97 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO VALE FELIZ LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	01250.042861/2018-13

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- 1. Trata-se do processo nº 01250.042861/2018-13, com renovação de outorga do serviço de <u>radiodifusão comercial</u> <u>em Frequência Modulada (FM)</u> [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO VALE FELIZ LTDA**, CNPJ nº 91.825.802/0001-96, na localidade de **Feliz/RS**.
- 2. O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- 3. Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- 4. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1° da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei n° 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto n° 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- 5. Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- 6. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM**afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido como salienta a NOTA TÉCNICA Nº 6461/2023/SEI-MCOM (4721181), tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a <u>verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações</u>, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 9918**,

de 06 de julho de 2023, de renovação.

- 7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão RSR indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.
- 8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4°, CF-1988"[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.
- 9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.042861/2018-13, conclui-se que <u>não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional</u>, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Adjunta de Infraestrutura

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCELO WEICK POGLIESE

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituto (conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Lu\(\textit{D}\). regime jurídico-constitucional da radiodifus\(\textit{o}\) e das telecomunica\(\textit{c}\)\(\textit{o}\) en Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. Revista de Informac\(\textit{o}\) Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

 $\underline{\text{[4]}} \ \text{Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto n} \underline{\text{9}} \ 52.795/1963.$



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro**, **Estagiário(a)**, em 12/04/2024, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery**, **Assessor**, em 12/04/2024, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques**, **Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 12/04/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de</u> 2020.



Documento assinado eletronicamente por Marcelo Weick Pogliese, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a), em 15/04/2024, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5099540** e o código CRC **624A0902** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.042861/2018-13

SUPER nº 5099540